UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

EVELYN MEDEIROS KAZAN

MULHERES PERIFÉRICAS E AUTORREPRESENTAÇÃO:
uma análise do **Nós, Mulheres da Periferia**

SÃO PAULO
2020

EVELYN MEDEIROS KAZAN

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

MULHERES PERIFÉRICAS E AUTORREPRESENTAÇÃO:
uma análise do **Nós, Mulheres da Periferia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, na área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Lago.

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Kazan, Evelyn Medeiros
MULHERES PERIFÉRICAS E AUTORREPRESENTAÇÃO: : uma análise do Nós, Mulheres da Periferia / Evelyn Medeiros Kazan ; orientadora, Cláudia Lago. -- São Paulo, 2020.
184 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Periferia? 2. Mulheres Periféricas 3. Interseccionalidades 4. Autorrepresesentação I. Lago, Cláudia II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

KAZAN, E. M. Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação - Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação.

Aprovada em: _____

Presidente: Profa. Dra. Cláudia Lago
Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a): _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a): _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) - Finance Code 001

Para todas as mulheres da periferia que estão nesse constante processo de (re)afirmação da sua representação e identidade

Para minha mãe, mulher forte, amável e determinada, que me inspira todos os dias a ser o meu melhor.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Cláudia Lago, agradeço pela orientação repleta de paciência, leveza e empatia, plena de incentivos e boas conversas. Por ter acreditado e estimulado meu potencial intelectual, e por proporcionar um ambiente de pesquisa baseado no diálogo, respeito e afeto. Não tenho palavras para descrever quanto sua orientação e amizade foram/são especiais para mim. Sou grata pelas trocas, reflexões, dicas e direcionamentos dados.

Com amor e admiração, agradeço aos meus pais, Neide e Allen, à minha irmã Hellen e a meu companheiro Tiago pela compreensão, carinho e apoio durante todo o período de elaboração desta pesquisa. Sou muito grata pela entrega de vocês, por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos, dividindo os prazeres e as dores de cada projeto. Obrigada por terem abraçado este meu sonho do mestrado e construído comigo uma trajetória de afeto, que, sem dúvida, fez este processo ser mais especial.

Agradeço ao coletivo **Nós, Mulheres da Periferia** por acreditarem nesta pesquisa e por todo o trabalho que fazem. Bianca Pedrina, Jéssica Moreira, Lívia Lima e Regiany Silva, sou muito grata a vocês pelas nossas conversas, trocas e encontros; vocês foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço às “poderosas”, Manuela, Natalia, Elisa e Isabella, parceiras de orientação, que dividiram comigo este delicioso processo do mestrado. Vocês são incríveis e sempre estarão no meu coração. Aproveito para agradecer a todos os amigos que a pós-graduação me proporcionou - sem vocês não teria conseguido compreender o processo de pesquisa como coletivo. Obrigada pela amizade, pelas conversas e por dividirem comigo os medos e ansiedades desse processo.

Às mulheres e parceiras que tenho encontrado durante minha trajetória de agente cultural das periferias. Gratidão por compartilharem as lutas e a resistência comigo, nesses elos de amor e companheirismo.

À banca de qualificação e defesa, agradeço pelos comentários e dicas que ajudaram a construir o caminho desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP), pela oportunidade do Mestrado, e aos professores e funcionários da ECA e da USP, pelas trocas e encontros.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro fornecido para a concretização desta pesquisa.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

RESUMO

MULHERES PERIFÉRICAS E AUTORREPRESENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA

Esta pesquisa nasce do questionamento sobre o silenciamento e a invisibilidade histórica das mulheres periféricas e do movimento de resistência e luta que essas mulheres produzem, ao elaborarem discursos contra-hegemônicos, colocando-se na condição de sujeitos políticos ativos. Sendo assim, seu objetivo é compreender como projetos midiáticos que trabalham com a temática da autorrepresentação de mulheres periféricas desconstroem e ressignificam os estereótipos impostos pelas grandes mídias. Para tal, esta dissertação traz uma reflexão sobre a terminologia sujeito periférico 'generificado', olhando-o a partir das complexidades, multiplicidades e dos diversos marcadores da diferença que os subscrevem, permeados pela condição periférica, por relações étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, geracionais, dentre outras. A pesquisa detém-se no projeto midiático **Nós, Mulheres da Periferia**, que é explorado levando em conta aspectos qualitativos e quantitativos sobre os conteúdos do site do coletivo, investigando as construções narrativas e como o coletivo propõe sua prática jornalística. Como resultado, observa-se que o coletivo representa as mulheres periféricas a partir de sua multiplicidade, atravessadas pelas interseccionalidades: são, majoritariamente, mulheres negras, lutadoras, sujeitas ao sexismo e racismo e em relação com o território periférico.

Palavras-chave: Periferia. Mulheres Periféricas Interseccionalidades. Autorrepresesentação. Nós Mulheres da Periferia.

ABSTRACT

PERIPHERAL WOMEN AND SELF-REPRESENTATION: AN ANALYSIS OF US, WOMEN FROM THE PERIPHERY

This research arises from the questioning about the historical silencing and invisibility of peripheral women and the movement of resistance and struggle that these women produce, when elaborating speeches against hegemonic ones putting themselves in the condition of active political subjects. Therefore, its aim is to understand how media projects that work with the theme of self-representation of peripheral women, deconstruct and resignify the stereotypes imposed by the mainstream media. With this purpose, this dissertation develops a reflection on the terminology 'gendered' peripheral subject, looking at it from the complexities, multiplicities and the different markers of the difference that subscribe them, permeated by the peripheral condition, by ethnic-racial, gender, sexuality, generational relations (among others). The research focuses on the media project **We Women of the Periphery**, which is explored taking into account qualitative and quantitative aspects about the contents of the collective website, investigating narrative constructions and how the collective proposes its journalistic practice. As a result, it is observed that the collective represents peripheral women from their multiplicity, crossed by intersectionalities: such women are mostly black women, fighters, subject to sexism and racism and in relation to the peripheral territory.

Keywords: Periphery. Peripheral Women. Intersectionality. Self-representation. We Women of the Periphery.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -Temáticas das matérias.....106
Gráfico 2 - Natureza dos textos.....115
Gráfico 3 - Textos assinados.....115
Gráfico 4 - Mulheres como fonte principal.....116
Gráfico 5 - Fonte por matéria.....117
Gráfico 6 - Matérias que descrevem o termo "Mulheres Periféricas" e a multiplicidade do termo.....128

Figura 1 - Prints da Home do site **Nós, Mulheres da Periferia** 101
Figura 2 - Prints da configuração do site, depois do texto. 104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1. PERIFERIA E O SUJEITO PERIFÉRICO GENERIFICADO 18

1.1. Desigualdades: Periferias da cidade de São Paulo 18

1.2. O que é periferia? 21

1.3. Sujeito periférico: identidade e representação 31

1.4. Identidade em rede 37

2. FEMINISMOS E ESPAÇO GENERIFICADO 43

2.1. Luta feminista no Brasil 43

2.2. Interseccionalidade 51

2.3. Espaço generificado e feminismo periférico 60

2.4. Sujeito periférico generificado: Mulheres da periferia 68

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS E O COLETIVO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA 78

3.1. Perspectiva Metodológica 78

3.2. Da amostragem às técnicas de análises 80

3.3. Coletivo Nós, Mulheres da Periferia: a voz das comunicadoras 87

4. COMPREENDENDO O SITE DO COLETIVO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA 98

4.1. A estrutura do site Nós, Mulheres da Periferia 99

4.2. Temáticas contidas no site 103

4.3. Um outro jornalismo? Fontes e linguagens do Nós 109

4.4. Mediações Educomunicativas 122

4.5. Autorrepresentações das "Mulheres Periféricas" 125

4.5.1. As mulheres periféricas são múltiplas 127

4.5.2. As mulheres periféricas são fortes 131

4.5.3. Mulheres periféricas estão em relação com o território 134

4.5.4. Mulheres periféricas enfrentam machismo, racismo e preconceitos 139

4.6. Desdobramentos **147**

5. CONCLUSÃO **155**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **160**

ANEXO 1 - Script do programa utilizado para coleta de dados **175**

Anexo 2 – Tabelas descritivas das matérias analisadas no site Nós, Mulheres da Periferia **177**

Anexo 3 – Tabelas descritivas do Estado da Arte **178**

Anexo 4 – Arquivo com as quatro entrevistas decupadas realizadas para esta pesquisa **180**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce da vontade de dar visibilidade às subjetividades de mulheres periféricas, que, historicamente, tiveram (e continuam tendo) suas vivências e experiências omitidas ou geralmente representadas de forma estereotipada na mídia. No entanto, mesmo que com menor alcance e visibilidade, estas mulheres estão em movimento e em luta, produzindo discursos diferentes sobre suas vidas, colocando-se, há muito tempo, na condição de sujeitos políticos, seres ativos, que produzem resistências e novos modos de existir.

O interesse por estudar como projetos midiáticos que são produzidos e voltados para mulheres periféricas que constroem e ressignificam as representações desses sujeitos surgiu a partir da minha vivência e atuação como agente cultural das periferias de São Paulo, local onde cresci, onde ainda vivo e com o qual me identifico. Desse modo, por ser mulher e pertencente a essa realidade[1], insiro-me na pesquisa, uma vez que a temática tem, para mim, uma importância singular[2]. Por estar imersa e em constante contato com histórias e vivências de mulheres periféricas, acredito na necessidade de destacar essas histórias e trajetórias, tão excluídas e ignoradas pelas narrativas tradicionais. Também considero essencial visibilizar nossas diferenças, mostrando a diversidade de contextos e culturas que nos fazem mulheres, sujeitos plurais.

Sendo assim, ao anunciar o lugar de onde parto, aponto que meu interesse, com esta pesquisa é o de contribuir para a reflexão sobre a representação de nós, mulheres periféricas, dando visibilidade às nossas diferenças e multiplicidades, de forma positiva, permitindo a percepção da pluralidade contida no termo.

Ao mesmo tempo, ao enfocar a utilização dos espaços midiáticos por sujeitos periféricos, parto do pressuposto da comunicação como um direito fundamental do ser

---

[1] Tendo em mente minha condição privilegiada de possuir pele de tom clara, não ser a primeira em minha família a concluir o ensino superior e ter/estar estudando em uma universidade pública renomada.

[2] Acredito ser de extrema importância resgatar o que Sandra Harding (1998) nos propõe, a partir do olhar das pesquisas feministas, sobre a necessidade da inserção da pesquisadora na pesquisa, por permitir melhor compreensão das escolhas teórico-metodológicas e entender o local de onde anuncia sua fala. Assim, a autora considera que todos "os pressupostos de classe, raça, cultura e gênero, as crenças e os comportamentos da própria pesquisadora devem ser colocados dentro da moldura do quadro que pretende descrever", pois, desta forma, esta aparece "não como uma voz de autoridade invisível ou anônima, mas como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos e específicos" (HARDING, 1998 apud CARDOSO, 2012, p. 21)

humano, essencial para o exercício da cidadania e da consciência crítica, pressuposto básico da educomunicação, paradigma ao qual me filio. Este exercício se dá quando esses sujeitos colocam em pauta suas manifestações e organizações, quando criam mecanismos de comunicação para fortalecer e impulsionar seus objetivos, assim como promover a conscientização da ação, a organização e a atuação, com o objetivo de amplificar e dar voz a suas demandas. A comunicação, enquanto direito fundamental, tem a potencialidade de dar e ampliar as vozes dos grupos subalternos. Ajudar a perceber como isso se dá no contexto específico das mulheres periféricas é a meta desta pesquisa.

Assim, pretendo olhar como sujeitos periféricos generificados constroem suas próprias representações do que são estas "mulheres periféricas". Pretendo fazê-lo olhando para o projeto de comunicação digital **Nós, Mulheres da Periferia**, onde são refletidas, compreendidas e expostas as questões que envolvem ser mulher da periferia. É também meta da pesquisa verificar como esse projeto midiático questiona os estereótipos e representações geralmente presentes nas mídias *mainstream*.

Portanto, a partir das encruzilhadas de gênero, raça, classe (e diversas outras) e as múltiplas opressões que mulheres periféricas carregam, a perspectiva, neste estudo, é de procurar refletir sobre o autorreconhecimento e autorrepresentação das mulheres periféricas, na disputa por espaços discursivos e na luta para ocupar lugares de fala até então silenciados, em um processo que pode emancipar e possibilitar a circulação de outras falas e discursos, em que o acesso à voz e à visibilidade são apropriados por esses sujeitos, que, assim, podem tornar-se os sujeitos de suas ações e não apenas objeto do discurso hegemônico.

Escolhi como objeto empírico o site **Nós, Mulheres da Periferia***,* coletivo composto atualmente por seis mulheres jornalistas periféricas de diversas regiões de São Paulo, que se propõe criar um ambiente para ampliar a voz da mulher periférica na imprensa. A escolha do coletivo deu-se por três motivos. Primeiro, por possuir uma grande reverberação online, possibilitando, assim, a articulação de conteúdo sobre a periferia com maior visibilidade[3]. Segundo, por ser um coletivo reconhecido e

[3] O coletivo possui, no momento da produção deste estudo (set/2020), 31.734 curtidas no Facebook e 9.040 em seu Instagram.

legitimado[4] pelos sujeitos periféricos atuantes na cena ativista como um conteúdo sério e ter uma atuação de postagens continuas em seu site. E, por último, devido a sua proximidade com a temática abordada: a reflexão sobre a representação de nós, mulheres periféricas.

Há de se pontuar também que esse coletivo é formado por comunicadoras que estudam e buscam compreender as linguagens da comunicação, possibilitando a estes sujeitos contarem e se debruçarem sobre a história da qual também fazem parte, relatando experiências pouco visíveis na mídia tradicional. Sob dessa perspectiva, acredito na potencialidade de empoderamento dos sujeitos envolvidos por meio da comunicação, ao criarem conteúdo que reflete a complexidade das mulheres periféricas, desconstruindo estereótipos sobre elas.

O **objetivo geral** da pesquisa é compreender como projetos midiáticos produzidos e/ou voltados para sujeitos periféricos constroem as representações das mulheres periféricas, focando no processo de autorrepresentação e construção da identidade das mulheres que se nomeiam mulheres periféricas no projeto **Nós, Mulheres da Periferia**, nosso objeto empírico. Como **objetivos específicos,** o que este estudo busca é: 1) verificar como o referido site constrói a sua representação de sujeitos periféricos e mulheres periféricas e 2) perceber, a partir dos pressupostos educomunicativos, as potencialidades transformadoras da construção das representações das mulheres periféricas nestes espaços, em contraposição às narrativas midiáticas hegemônicas estereotipadas sobre esees sujeitos. Parto do pressuposto de que projetos de comunicação produzidos por sujeitos periféricos constroem uma representação mais plural e complexa das mulheres periféricas.

Abro a construção da pesquisa com uma discussão teórica que parte da reflexão sobre a trajetória do termo **periferia** desde a década de 50, enfocando as representações sociais sobre as periferias e seus moradores, as mudanças nas práticas políticas e sociais junto à atuação de movimentos sociais nos últimos anos, que identificam, no ambiente virtual, uma abertura para as mobilizações. Apresento um breve recorte histórico sobre as trajetórias das lutas e dos caminhos dos movimentos das mulheres no Brasil e, logo em seguida, pela importância que a

[4] O coletivo é membro da Rede de Jornalistas das Periferias, produz também conteúdos (possui colunas) para outros veículos, como: o Aupajornalismo. É convidado constantemente a participar de palestras, cursos e bate-papos para falar sobre o trabalho do coletivo ou sobre as mulheres da periferia.

discussão adquire junto ao objeto empírico, contextualizo e analiso alguns princípios da Interseccionalidade, pois, para pensar sobre o objeto de estudo, o site do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia***,* é necessário entender de antemão o que se compreende por esse sujeito periférico 'generificado', olhando-o a partir das complexidades, multiplicidades e dos diversos marcadores da diferença que o subscrevem, permeado pela sua condição periférica, por relações étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, geracionais (dentre outras), assim como pelo trânsito nas espacialidades urbanas e por afirmações/ recusas de territorialidades que se estabelecem no processo de construção dessas identidades.

No terceiro capítulo, apresento a construção metodológica da pesquisa, descrevendo os métodos e o objeto empírico, elencando as ações e as escolhas metodológicas que perpassam esta pesquisa, estruturada a partir de métodos mistos e amparada na análise de conteúdo a partir da perspectiva de Bardin (2010) e Hercovitz (2010), e na análise interpretativa de entrevistas, bem como nos princípios que nortearam a análise.

E, no quarto e último capítulo, busco tecer uma análise a partir de aspectos qualitativos e quantitativos sobre os conteúdos do site do **Nós, Mulheres da Periferia***,* investigando sua construção narrativa, o modo como o coletivo desenvolve suas práticas jornalísticas e como constrói a autorrepresentação do que é ser mulher periférica.

1. PERIFERIA E O SUJEITO PERIFÉRICO GENERIFICADO

Neste primeiro e segundo capítulos são apresentados alguns elementos relevantes da configuração do cenário social e urbano brasileiro, mais especificamente das periferias da cidade de São Paulo.

Os capítulos teóricos estão estruturados em quatro seções cada. O primeiro tem por objetivo discutir os conceitos de periferias e a concepção de representação e identidade do “sujeito periférico”. O segundo apresenta um panorama das lutas feminista no Brasil e um o aporte teórico interseccional, acrescentando ao diálogo o conceito de espaço generificado. A finalização se dá com uma retomada da discussão realizada, pontuando como se compreenderá, nesta pesquisa, o sujeito periférico generificado: Mulheres periféricas.

1.1. Desigualdades: Periferias da cidade de São Paulo

Muitos estudiosos já trataram do debate da urbanização e periferização/ favelização brasileira, tais como Jailson Silva e Jorge Barbosa (2005), Silva (2011), Teresa Do Rio Caldeira (2012, 2014), Eliza Almeida (2003), Milton Santos (1996), Souza (1996), entre outros. A proposta desta pesquisa, baseada nesses autores e em outros apresentados no decorrer deste estudo, pretende contrapor-se às ideias que representam setores populares (tanto dos seus moradores como dos seus locais de moradia) partindo da percepção da ausência, isto é, construindo um discurso a partir do que estes *não possuem* em contraponto a outros grupos sociais. Ou seja, são formulações, que compreendem as periferias apenas como um espaço de mazelas, da violência, do abandono estatal, ou depósito da classe trabalhadora, um espaço a ser superado, noção muito presente no senso comum.

Nesta pesquisa, a periferia é compreendida como parte da cidade, da história e do cotidiano do sujeito periférico, como um espaço criativo, onde surgem manifestações culturais próprias, como saraus, rodas de samba, exibições de cinema, encontros de rappers e rima, teatro de rua, slams, entre outras. Assim, esse espaço será visto de acordo com o que diz a Carta da Maré, conforme está transcrito a seguir:

> Deste modo, a definição de periferia não deve ser construída em torno do que ela não possuiria em relação ao modelo dominante na dinâmica socioterritorial ou da distância física em relação a um centro hegemônico. Ela deve ser reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências inventivas, formas diferenciadas de ocupação do espaço e arranjos comunicativos contra-hegemônicos e próprios de cada território. (CARTA DA MARÉ, RIO DE JANEIRO - MANIFESTO DAS PERIFERIAS: AS PERIFERIAS E SEU LUGAR NA CIDADE, [s.d][5])

Isso posto, para se pensar periferia sob esta perspectiva, é importante retomar o pensamento de Milton Santos (1979), para quem as pesquisas que tematizam sobre a "pobreza" não devem se ater apenas a definições estatísticas, tendo em vista critérios econômicos e de renda, mas levar em conta que:

> [...] um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 1979, p. 10).

De fato, a pobreza é um problema social localizada territorialmente, em territórios vivos e complexos, mas as necessidades básicas dos sujeitos que ali vivem não são as mesmas. Mirlei Pereira (2008) acrescenta, sobre a pobreza urbana, que se acredita estar relacionada "à rápida urbanização do território e à forma desigual com que parcela significativa da sociedade se apropriou, de um modo também desigual, da riqueza gerada no país". (PEREIRA, 2008, p. 2)

A desproporcional distribuição de recursos e territórios, com o rápido processo de urbanização e industrialização brasileiras, expressou um processo de aumento do trabalho industrial e migração do campo, acentuando a pobreza e a escassez no meio urbano e aprofundando as diferenças regionais. (ALMEIDA, 2003; 2013; PEREIRA, 2008).

São Paulo, além de ser o principal centro financeiro da América do Sul, é uma cidade imensa, em população e território, com uma área de 1.521.110 km² e uma população estimada, em 2019, de 12.252.023 pessoas em sua região metropolitana. No entanto, assim como é reconhecida por todo o seu poder econômico, político e

---

[5] Link para a carta, acesso em agosto de 2020: http://imja.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2018/05/CARTA-MANIFESTO-PORTUGUES.pdf

cultural, é também a metrópole da desigualdade, não só de desequilíbrio na distribuição de renda, mas também de gênero, racial e regional.

Conforme aponta Do Rio Caldeira (2012), houve, nas últimas décadas, um desenvolvimento tanto na infraestrutura quanto na qualidade física do espaço urbano em São Paulo, devido à organização dos movimentos sociais urbanos, que trouxeram para o centro da arena política os moradores das periferias e suas demandas.

O Mapa da Desigualdade da Cidade[6], de 2019, apresenta 53 indicadores, que possibilitam comparar os 96 distritos da cidade por meio de “dados e verificar os locais mais desprovidos de serviços e equipamentos públicos”. Entre esses indicadores são abordados temas como habitação, meio ambiente, educação, cultura e segurança viária, possibilitando mensurar a discrepância entre os vários territórios da cidade.

Esse estudo possibilita visualizar alguns efeitos perversos da desigualdade, como, por exemplo, quantificando o tempo de vida dos habitantes de São Paulo, constata-se que 57 anos, aproximadamente, é a menor “idade média de morrer” no distrito de Cidade Tiradentes, periferia de São Paulo, enquanto a maior é de aproximadamente 81 no distrito de Moema. Os dados também revelam como esse índice está ligado à cor da pele: nos bairros com maior número de moradores que se declaram negros e pardos a média de vida é muito mais baixa do que em bairros em que a população negra não chega a 5%, como no citado bairro de Moema.

Também é possível perceber o grande aumento do Desigualtômetro, índice que mede a diferença dos percentuais de um mesmo indicador em diferentes regiões, que, em 2018, era 17,9 e subiu para 56,3 em 2019, aumentando 215%. Quando o assunto é infraestrutura pública de cultura, o índice que contabiliza o percentual de centros culturais, casas e espaços de cultura dos bairros é alarmante, revelando um número elevado de distritos sem nenhum equipamento público para amparar a população, que não tem recursos financeiros para atividades culturais em instituições privadas: dos 96 distritos da cidade, 55 não possuem equipamentos, e a maioria desses 55 distritos estão localizados nas periferias da cidade, como Ermelino Matarazzo, São Lucas, Vila

[6] Publicado em novembro de 2019, o conteúdo completo da pesquisa pode ser acessado neste link: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf

Medeiros, Vila Maria. Esses e outros distritos contabilizam indicador zero quando se trata de teatros, museus, casas de show e salas de cinema.

Outro ponto é a proporção de domicílios em favelas. Em bairros como Alto de Pinheiros, Bela Vista, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, República, entre outros, a porcentagem é de zero assentamento informal; já em bairros periféricos como a Vila Andrade, a porcentagem chega a 49,15. Esses números demonstram, explicitamente, os sinais de uma sociedade desequilibrada e com baixos índices de bem-estar social.

Essa assimetria que existe internamente na cidade acabou por desenhar uma cidade demarcada por áreas territoriais mais nobres, localizadas em grande maioria em locais mais centrais (o chamado centro expandido), nos quais há grande circulação financeira e cultural, e áreas mais distantes de polos econômicos, as periferias, onde os indicadores sociais são mais baixos e se perpetuam ciclos viciosos de estagnação social e escassez no acesso aos direitos básicos, como educação e saúde de qualidade, moradia, trabalho, boas condições de mobilidade e segurança.

Esta periferização da metrópole teve incremento nos anos 70, quando um elevado número da população mais pobre se aglomerou em territórios periféricos da cidade, já que não encontravam espaço ou condição de viver nos territórios privilegiados da cidade (centro e arredores), tendo, por isso, que partir para as atuais periferias, sem o amparo do poder público (SANTOS, 1990, p. 80).

1.2. O que é periferia?

Muitas pesquisas foram realizadas sobre as periferias urbanas brasileiras nas ciências humanas nos anos entre 1970 e 1980 e, segundo Érica Nascimento (2010), nas últimas décadas tem havido um retorno a esse objeto de estudo, no entanto com outros vieses teóricos e metodológicos. Os territórios periféricos passam a ser espaços pensados a partir de termos que carregam vários significados e complexas definições, olhando para esta trajetória discursiva e as formulações representativas dos setores populares para “rever criticamente as categorias e modelos de análise forjados nos últimos trinta anos sobre a produção do espaço urbano, bem como a

pertinência do conjunto de problemas associado ao padrão socioespacial centro-periferia dele resultante" (NASCIMENTO, 2010, p. 112)

De forma genérica, o termo **Periferia** costuma ser utilizado em discursos que referenciam apenas o lugar onde habitam as pessoas com poucas condições financeiras e marginalizadas do sistema sociocultural. Essa forma estereotipada de denominar o espaço da periferia não comporta todas as complexidades específicas que esse *locus* urbano possui e ignora as dinâmicas e necessidades peculiares dessa realidade.

Essa maneira de adoção do termo, que não se atém às plenas singularidades dos espaços sociais, faz com que diversos termos acabem tornando-se sinônimos de periferia. Por exemplo, "favela", "quebrada", "vila" e outros termos, que remetem a territórios urbanos que se constituem como lugares de segregação social, econômica e cultural, sendo delimitados por fronteiras simbólicas, demarcadas historicamente com elementos como o preconceito racial, a discriminação social e o medo.

É diante desses vários significados que o termo **periferia** se faz presente em grande parte dos textos midiáticos e no senso comum. Contudo, do ponto de vista conceitual, para se entender a concepção de periferia é necessário olhar para esse espaço como um espaço paradoxal, como já foi colocado anteriormente. Ou seja, implica analisar esse espaço considerando as complexidades existentes em suas estruturas, bem como em suas relações com a sociedade. A percepção da periferia como o lugar da pobreza, como costumeiramente se concebe esse termo, não reflete as discrepâncias históricas e culturais de cada região, pois, por mais que haja semelhanças constituídas pela pobreza, pensar estes territórios "requer o entendimento da complexidade socioeconômica que está muito além do nome que é dado a ele e de uma concepção superficial". (FREITAS, 2011, p. 26)

Assim, o termo **periferia,** enquanto fenômeno, segundo D'Andrea (2013), entrou em discussão à medida que "passava a existir socialmente". Isso quer dizer que, a partir da década de 50, com o alto índice de crescimento da população, devido às grandes industrializações e migrações da época, os arredores do centro das cidades passaram a ser ocupados com construções de moradias irregulares, no processo de ocupação de espaço que seria nomeado posteriormente como periferias urbanas.

Conforme Milton Santos, referindo-se a São Paulo (1990, p. 80), devido ao ritmo acelerado do crescimento populacional entre os anos 70 e 80, um índice de crescimento mais rápido do que era a capacidade governamental em prover os direitos básicos, parte expressiva da população passou a encontrar apenas nos espaços mais afastados do centro, nas extremidades da cidade, locais para construírem suas casas. Esses locais, como já se disse, eram desprovidos do amparo do poder público, tinham infraestrutura escassa, o que contribuía para as elevadas taxas de mortalidade, o favorecimento da pobreza e do desemprego. Essa situação gerou a segregação espacial e a esse espaço periférico da cidade começa a ser atribuída uma carga representativa, passando a ser designado como “o espaço que abriga aqueles que ocupam posição de baixa remuneração e qualificação, e que não podem pagar pela habitação dos espaços centrais, apesar de neles trabalharem” (LIMA, [s.d], p. 2).

Conforme aponta D’Andrea (2013) em sua tese, apesar de o termo periferia passar a ser empregado por teóricos, pelas mídias e pelos próprios sujeitos periféricos, sua significação não é a mesma para todos eles; o termo possui diferentes conotações e, atualmente, é utilizado e disputado especialmente por três campos discursivos distintos: pela academia, pelos sujeitos periféricos e pela indústria do entretenimento.

No campo discursivo da academia, principalmente no das ciências humanas, a temática **periferia** foi fator de destaque nas pesquisas das décadas de 1970 e 1980, conforme nos apresenta Nascimento (2010, p. 112), que aponta ainda que, a partir de alguns estudiosos recentes do campo, mesmo com as diferenças “quanto à descrição dos processos que resultaram no padrão socioespacial paulista”, é possível perceber uma conformidade entre as teorias da época sobre o tema, que traçam debates em relação à posição espacial dicotômica centro-periferia: morar e ser da periferia significa ser trabalhador com baixos salários, sem acesso à infraestrutura e sem cuidados do Estado.

Já a interpretação da sociologia marxista teve bastante disseminação entre os pesquisadores brasileiros da década de 70 e, de acordo com Frúgoli Jr. (2005), os estudos se encaminhavam no sentido de buscar explicações que compreendiam a cidade a partir de concepções macroestruturais, ao passo que emergia um conjunto de movimentos sociais por moradia e equipamentos urbanos coletivos, “vindo a reforçar uma inseparabilidade entre o urbano e a política, e que se traduziu, no plano

teórico, por uma forte aproximação entre tal sociologia urbana e a ciência política." (FRÚGOLI JR, 2005, p. 140)

Mas, pensando na academia como um todo, o conceito de **periferia**, num primeiro momento, passou a ser utilizado na tentativa de uma formulação crítica sobre o fenômeno urbano. Por conta da repressão política vigente entre os anos de 1960 e 1980, o campo acadêmico, possuindo uma abertura maior que a de outras categorias formadoras de opinião, como os movimentos sociais e o campo artístico, conseguia desenvolver e publicar pesquisas que "tratavam a periferia através de um cunho crítico e denunciando como a pobreza nesses locais era decorrência de um sistema político e econômico" (D'ANDREA 2013, p. 37). Mas, mesmo com essas denúncias, pouco se falava das movimentações populares relacionadas às demandas dessa população em situação de vulnerabilidade social, por sujeitos que eram silenciados pela repressão.

Em contraponto, a partir de Ruth Cardoso (1987), mesmo com o crescimento do autoritarismo em que a América Latina estava mergulhada, diversos estudos na área da antropologia tentavam compreender as reivindicações das classes populares, que passaram a se apresentar como novos atores sociais em busca de serem "reconhecidos pelo Estado". E é neste momento que a academia passa a olhar para as periferias brasileiras a partir das especificidades do contexto brasileiro. Como diz Ruth Cardoso: "A periferia das metrópoles, apresentada como desenho vivo da segregação espacial, social e política, começava a se fazer presente reclamando direitos iguais e cidadania plena." (CARDOSO, 1987, p. 27)

Danielle Oliveira (2019) afirma que, mesmo com as repressões, inicia-se a utilização do termo **periferia** pelos próprios movimentos populares dos anos 1970 e 1980 e sem a mediação da academia, compreendido, a partir de então, como identidade política. A autora parte sua análise da atuação das mulheres nos grupos de mães na zona sul de São Paulo, onde identifica a designação de suas lutas sociais e autorrepresentação política.

Para Do Rio Caldeira (2012), a importância dos movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980 se dá porque trouxeram os moradores das periferias e suas demandas para o centro da arena política, com o registro de mudanças benéficas nos espaços físicos das periferias, com a instalação de alguns aparatos de infraestrutura e serviços públicos e a promoção da cidadania desses sujeitos. Ao mesmo tempo, aconteceram mudanças em direção oposta. De um lado, o país estava

institucionalizando a democracia, e de outro, aumentaram os crimes violentos, gerando a proliferação de narrativas preconceituosas. E mesmo com a heterogeneidade cultural que era e é atributo da periferia, há uma desvalorização simbólica (BOURDIEU, 2002) desse ambiente, que possibilitou/possibilita um olhar discriminatório e preconceituoso sobre a população que ali reside, fazendo com que jovens dos anos 80 ainda tivessem vergonha e receio de se assumirem moradores da periferia.

Como já foi dito, São Paulo foi se constituindo como uma cidade segregada, destinando a priori a região central para os mais abastados, enquanto os mais pobres vivem nas periferias, onde os espaços de sociabilidade e os de circulação também se distinguem em função das classes. Do Rio Caldeira (2010) destaca que, com o passar do tempo, com os processos de democratização da cidade, a “mobilidade social” e a abertura do centro político aos moradores das periferias, essa referência dicotômica de centro/periferia se alterou, com o abandono do centro pelas classes sociais com maior poder aquisitivo em direção às áreas periféricas com disponibilidade de terrenos para a construção de “enclaves fortificados”.

Ainda segundo a mesma autora, tais espaços públicos que foram sendo abandonados em consequência do entrincheiramento e da adoção das tecnologias de segurança foram ocupados e reconfigurados, o que acabou por transformar o antigo *modus vivendi* que sustentava a segregação e garantia a relativa invisibilidade das camadas mais pobres, assim como a desatenção perante as profundas desigualdades sociais e espaciais. E, com essa transformação do espaço e das próprias práticas urbanas, há um novo movimento de circulação e apropriação da cidade pelos jovens, estimulando-os a se apropriarem e ressignificarem o espaço público de forma transgressora e agressiva, reivindicando seus direitos e demarcando este território como também pertencente a eles. (DO RIO CALDEIRA, 2012)

Aos poucos se inicia um processo de ressignificação do termo **periferia** no âmbito acadêmico. Há um novo olhar sobre a periferia com a aproximação dos pesquisadores ao espaço periférico. Eles se afastam das perspectivas macroestruturais e passam, então, a buscar compreender “redes de parentesco e de vizinhança, modos de vida, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e representações políticas, com ênfase em dimensões cotidianas e em representações simbólicas”. (FRÚGOLI JR., 2005, p. 141).

Para o autor, as periferias começam a designar não apenas os espaços geográficos no entorno do centro, espaços marcados pela pobreza e pela carência de equipamentos coletivos, mas também um “local de prática de formas peculiares de relações de sociabilidade, modos de consumo e lazer, bem como de representações da política”. (FRÚGOLI JR., 2005, p. 142). Desde então, as pesquisas começam a retratar os novos agentes políticos e sociais que caracterizavam um movimento cultural-artístico próprio e, segundo Borelli e Oliveira:

> [...] os jovens das periferias ganharam visibilidade por meio de suas músicas: o movimento punk consolidou-se nas grandes cidades brasileiras, composto, em sua maioria, por jovens que se sentiram atraídos pela agressividade dos sons, imagens, ideias e visual de rua dos grupos punks da Inglaterra; o rap fixou-se, no início, em São Paulo, com o Movimento Hip Hop Organizado. Nas grandes metrópoles emergiu com força a cultura de rua, protagonizada por jovens grafiteiros e pichadores. (BORELLI, S. H. & OLIVEIRA, 2010, p. 60)

Apesar de todas as peculiaridades das regiões periféricas, “nos anos de 1980 ainda não era comum a referência a uma cultura ou arte de periferia”, como enfatiza Renato Almeida (2011).

Com o passar do tempo e com a atuação de outros atores sociais, iniciou-se um movimento de multiplicidade discursiva. Concomitantemente às interpretações das Ciências Sociais, coletivos juvenis da periferia passam a ressignificar a categoria **Periferia**, construindo outro campo discursivo, que propõe outras referências, vivências e imagens sobre a vida e a cultura das periferias. No correr dos anos 1990, essa ação ganha uma importância cada vez maior, na própria medida em que conquistava “visibilidade e passava a se impor como referência para uma reinvenção do discurso crítico sobre a cidade e, especificamente, sobre a condição periférica” (D’ANDREA, 2013, p. 43). É nesse momento que os moradores da periferia passam a fazer uso do termo **periferia** com o intuito de denúncia da realidade, a partir de relatos que enfatizam os elementos violência e pobreza, com o duplo propósito de “criticar a sociedade como um todo, verdadeira responsável pelas mazelas da periferia, e alertar e induzir essa mesma sociedade a contribuir para a resolução desses dois problemas da periferia, apresentados em forma de denúncia”. (D’ANDREA, 2013, p. 276)

É importante destacar que a década de 1990 em São Paulo foi marcada por um cenário de total esgarçamento do tecido social. Foi um momento histórico marcado

por violência, alto índice de mortalidade da população e desemprego nas periferias paulistanas. Em buscas de saídas e alternativas para essa situação, diante da crise econômica persistente, houve um intenso processo de mobilização popular, projetando as classes populares no centro da cena política do país em busca de contornar a violência e se manter viva. (BORELLI e OLIVEIRA, 2010). Segundo elas relatam:

> O contexto neoliberal pós-ditadura militar nos mostra como o signo da violência é fortemente espacializado na cidade. As periferias começam a ser entendidas como "espaços violentos" e não só "espaços da pobreza". Acredito que a maior diferença que o território adquire em relação ao final da década de 1980 para os anos 1990 e começo dos 2000 seja a marca da violência articulada à pobreza e ao racismo. (OLIVEIRA, 2019, p. 126)

Diante de tal situação social, a população periférica empenhou-se em construir mecanismos e inventar formas para contornar a violência e se manter viva[7]. Deste modo, os elementos que enfatizavam a violência e a pobreza nos discursos sobre as periferias durante a década de 1990 iniciam um processo de reconfiguração, sendo de certa maneira superados, ao mesmo tempo que ainda os continham. Houve diversos processos sociais em busca da superação desta situação, no entanto se destaca o surgimento dos "coletivos culturais/ artísticos", formados principalmente por jovens moradores das periferias. D'Andrea (2013) apresenta quatro razões que motivaram isso:

> a possibilidade de fazer política em um contexto de descenso dos movimentos sociais e dos partidos políticos; a luta por pacificação; a necessidade de sobrevivência material, da qual a produção artística se revelou como uma possibilidade e; a arte como emancipação humana. (D'ANDREA, 2013, p. 16)

---

[7] Convém pontuar, aqui, que não apenas a população periférica, mas sim toda a "esquerda" latino-americana, se organizou de diversos modos para manter-se viva e ativa, como: "guerrilhas, imprensa clandestina, protestos urbanos/rurais, produção intelectual e cultural, partidos políticos (embora com fase clandestina) etc. A composição social do movimento também foi diversificada, mas a narrativa oficial destaca o protagonismo de militantes de classe média e universitários no direcionamento do processo de derrubada do militarismo. Tal fato traz repercussões em nossa memória coletiva e legado de práticas políticas para transição democrática, que, em minha leitura, percebo mais como uma "negociação" do que como uma "conquista", no sentido de que representou a defesa de interesses de grupos sociais dominantes através da democracia e não consolidou interesses do movimentos populares, como a nossa discussão sobre periferia urbana e escasso acesso à cidadania".(OLIVEIRA, 2019, p. 128)

É nessas circunstâncias, segundo D'Andrea (2013) e Érica Nascimento (2009), que se pode entender o ponto de mudança da preponderância acadêmica para a periférica sobre os termos **periferia** e **marginalidade**, passando estes a serem vinculados a noções como arte e cultura, ao contrário de categorias restritas somente às noções de violência e pobreza, diante de um Estado "que colabora para que se acentuem ainda mais esses dois fenômenos, principalmente colocando como geradores dos conflitos nas cidades grupos sociais subalternizados pela manutenção de códigos colonialistas". (OLIVEIRA, 2019, p. 129)

Analisando a apropriação do conceito pela periferia e sua ressignificação, D'Andrea (2013, p. 57) argumenta que isso se deu por diversos motivos, pontuando "oito fenômenos de ampla envergadura": 1) **o surgimento de uma narrativa,** que buscou retratar o momento e o espaço, relatando as situações econômicas precárias da população periférica, seus dilemas e sonhos, a partir da visão desses moradores da periferia exaltando o orgulho de ser periférico – o autor destaca o grupo Racionais MC's como os construtores desta nova narrativa que teve maior reverberação, ajudando, assim, na construção de uma "ética regulatória" das relações entre a população periférica e o significado do termo **periferia**; 2) **a formação de uma nova subjetividade**, que se deu no momento em que os próprios atores sociais da periferia começaram a construir novas formulações sobre si mesmos e sobre sua posição no mundo, enfatizando o orgulho de sua condição e as potencialidades dessa condição; 3) **a explosão de coletivos artísticos** em ambientes periféricos, que passaram a incluir no repertório público as características e potências artísticas e culturais desses espaços e população, deslocando o indivíduo da posição de estigma à posição de orgulho, deixando de caracterizar a periferia apenas como o lugar da pobreza e da violência**; 4) o surgimento do PCC** (Primeiro Comando da Capital)**,** para suprir a demanda de se construir "marcos regulatórios" que permitissem delimitar a vida em comunidade, estabelecendo, assim, agentes e operadores de normas e condutas que entrassem em vigor nesses espaços; **5) o crescimento evangélico,** que se relaciona de maneira direta com a busca por uma "ética regulatória", assim como o PCC, é outro fenômeno importante das periferias paulistanas**; 6) o Lulismo,** fenômeno político que se deu pelos governos Lula/Dilma, marcado pelo desejo de reorientação econômica e política por parte dos setores populares e pelo fortalecimento simbólico desses setores, por se tratar de um partido oriundo das lutas populares e pela promoção da

figura do “pobre-que-deu-certo” pelas vias do mercado e explosão do consumo popular**; 7) o aumento da presença estatal;** e **8) a governamentalização dessa população, expressa pela presença de organizações não governamentais.**

A partir disso, o termo **periferia** deixa de ter como base a delimitação geográfica, de bairros afastados do centro, e consolida-se como “um modo compartilhado de estar no mundo” (D’ANDREA, 2013, p. 45), uma identidade comunitária[8], carregada de subjetividade e um discurso a partir da valorização das experiências que lidam com os estigmas concretos circunscritos nesses sujeitos, assim como pode vir também do “relacionamento com pessoas de outra pertença sociorracial, num processo de diferenciação”. (OLIVEIRA, 2019, p. 156). O Manifesto Periférico: Pela Lei de Fomento à Periferia, assinado pelo Fórum de Cultura da Zona Leste, que circulou entre os movimentos culturais e em reuniões com a Prefeitura de São Paulo, em prol da “Lei de Fomento à Periferia” (2014 e 2015), exemplifica esta discussão:

> Pra entender os escritos e as vozes do lado de cá, é preciso entender o que vemos como periferia. Periferia é espaço urbano geograficamente identificável, abrigo de classes trabalhadoras, da maioria da população negra, indígenas urbanos e imigrantes, cujos traços culturais são entoados pela heterogeneidade resultante do encontro (nem sempre pacífico) dessa convivência multicultural atravessada pela desigualdade. Periferia, não por acaso, substantivo feminino, no qual se inscreve a história corrente de inúmeras mulheres. Museu sem teto ou paredes, bolsões de expressões ancestrais, tradicionais e experimentações inovadoras, cuja geografia é território, marca identitária e, também, espaço de exclusão econômica, com excesso de polícia e ausência de políticas públicas que procurem agir na resolução das consequências de um processo histórico de brutalidades sociais, desigualdades e injusta distribuição de riquezas. (MANIFESTO PERIFÉRICO: PELA LEI DE FOMENTO À PERIFERIA, 2014[9])

---

[8] A partir do pensamento de Zibechi, ao falar sobre a cartografia das periferias, em que reconhece a construção dessa identidade principalmente pelos afetos vividos em comum dentro desse espaço geográfico. Pontuando cinco características: “1) os sujeitos políticos já não são em sua maioria migrantes do campo, mas nascidos na cidade; 2) os bairros-ilhas se tornaram grandes manchas urbanas, territórios consolidados que limitam a entrada do Estado; 3) há uma tendência própria de produção e reprodução da vida entre os setores populares, relacionadas ao território, caracterizadas por valores cooperativos e enraizados nas memórias coletivas subalternas, que escapam das lógicas dominantes, embora ainda não sejam práticas hegemônicas; 4) há uma ofensiva dos setores populares urbanos em diversas dimensões, como educação, saúde, produção intelectual e material; 5) há dois mundos paralelos. Sua cartografia das periferias, como Zibechi intitula seu estudo, comenta sobre a construção da identidade comunitária, que extravasa o reconhecimento da dimensão geográfica, pois se constitui principalmente pelos afetos vividos em comum”. (OLIVEIRA, 2019, p. 130)

[9] Trecho do texto Manifesto Periférico: Pela Lei de Fomento à Periferia, que, na íntegra, está disponível neste link: http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/2014/06/manifesto-periferico-pela-lei-de.html

Esse trecho do manifesto apresentado pelo Fórum de Cultura da Zona Leste, mostra como os coletivos culturais organizados da periferia querem que a periferia seja interpretada. Para Almeida (2011) a palavra periferia:

> assume um conjunto de representações simbólicas que congrega aspectos relacionados à classe, à etnia, ao lugar de moradia e à condição de jovem na metrópole. Para esses grupos, tornou-se uma espécie de categoria social capaz de dar conta de alguns cruzamentos identitários assumidos na vivência de sua condição. (ALMEIDA, 2011)

Esse alargamento do termo periferia apresentado e retificado com o manifesto, aponta que falar em periferia hoje denota a existência de quatro elementos: pobreza, violência, cultura e potência, conforme exposto por D´Andrea (2013, p.177), sendo que esta potência segundo o autor, abriga dentro de si, pelo menos, quatro potencialidades: “1. O uso ou a ameaça do uso da violência. 2. A ostentação por meio do consumo. 3. A disputa pelo poder por meio da organização política. 4. Uma certa criatividade própria do morador da periferia”. Entretanto Oliveira (2019, p. 157), a partir das experiências de mulheres das periferias, faz uma ressalva em relação a essas potencialidades[10]. Devido sua lógica elitista e masculinizante, principalmente a questão do uso da violência e a disputa pelo poder, “que realocadas em nosso território não se generalizam em processo político de potência dos moradores e moradoras, mas em experiências que nos retira poder e nos coloca em situações vulneráveis”.

Sendo assim, se faz necessário pensar em outras potencialidades que contemplem os sujeitos moradores da periferia olhando a partir de suas complexidades, multiplicidades e os diversos marcadores da diferença que os subscrevem. Periferia, portanto, é um termo complexo que abrange diversas contradições em si mesmo. Por poder generalizar determinadas relações, situações e diferenças, além de abranger diversos entendimentos “detectados” na população periférica pode ser utilizado para sua afirmação política ou para fins mercadológicos e, muitas vezes a utilização desse termo pelas mídias hegemônicas esvazia o caráter

[10] calcadas no PCC, no crescimento de igrejas evangélicas, no lulismo e nos coletivos artísticos da periferia.

crítico do termo, ao retratar o morador da periferia de forma estereotipada, enquadrando-o, no máximo, como potencial consumidor “Classe C”.

1.3. Sujeito periférico: identidade e representação

O sujeito da periferia não pode ser compreendido de maneira fixa, pois possui diversas maneiras de se ser essa/esse habitante da periferia, pessoas com distintos contornos e múltiplas facetas, pois isso está diretamente ligado a suas trajetórias de vida. É necessário levar em conta as experiências comuns, vivenciadas no plano cotidiano, as relações com o outro e as “condições socioeconômicas das localidades onde habita e circula na cidade” este sujeito. Para D’Andrea (2013) o que faz essas inúmeras variedades de situações ganharem unidade é a “autoatribuição, em princípio subjetiva, expressa no sentir-se periférico”. (D’ANDREA, 2013, p. 138)

Ainda segundo esse autor essas variadas experiências comuns, mais ou menos compartilhadas, que conferem significação prática a essa autoatribuição, ao sentir-se periférico, contribuíram para a formação de um sentido de pertencimento a uma situação social compartilhada, mesmo contendo distintas situações, experiências e condições socioeconômicas encontradas na periferia.

> Em certa medida, essa subjetividade ganha sentido porque expressa uma situação geográfico-social que se confronta com outras situações geográfico-sociais na cidade[...]. Esta autoatribuição subjetiva que adquire contornos ao se defrontar com outras situações, contudo, só é possível de existir por causa de uma experiência prática e do mundo vivido, que é compartilhada coletivamente e que confere força e sentido a mesma. (*idem*, p. 138)

D´Andrea (2013) completa que as experiências compartilhadas do se sentir periférico é fundamentalmente urbana, retratada e vivenciada na segregação socioespacial e nos grandes deslocamentos pela cidade em busca de locais com melhor infraestrutura ou oportunidades de trabalho. E essas experiências comuns acabam por criar um sentimento de pertencimento a um local e a uma condição. Assim, esta população passa a se reconhecer, a se mostrar enquanto periférica, reconhecendo, assumindo e incorporando sua condição social e espacial na construção de sua subjetividade, agindo politicamente a partir dela, reforçando a

afirmação de que “a ação dos homens está sempre ditada pelas características dos lugares” (SANTOS, 2003, p.58).

> Estes sujeitos se assumem enquanto portadores de uma visão específica do mundo a partir de um ponto específico no mundo social. As letras de rap foram as porta-vozes e os coletivos artísticos potencializaram uma ação política que foi muito além do próprio campo da cultura. (D’ANDREA, 2013, p. 274)

Esse reconhecimento por meio da categoria periferia e do sentir-se periférico, instigada principalmente por meio da arte, foi uma maneira de estabelecer uma diferença entre os outros grupos sociais. Sendo assim, essa subjetividade do ser/ sentir-se periférico ganha sentido porque expressa situações cotidianas geográfico-social de ordem prática, que é compartilhada coletivamente e que, mesmo não dando conta de todas as experiências possíveis, por serem muito mais variadas do que a “autoatribuição” que as unifica, contribuem para a formação de um sentido de pertencimento a uma situação social compartilhada.

E essa situação compartilhada evocada, desse vínculo com o território, segundo Danielle Oliveira (2019, p. 125), evidencia os “antagonismos de classe, raça, gênero e sexualidade transitando pela cidade”, demonstrando que é mais do que uma questão geográfica, são relações sociais territoriais que transitam de corpo em corpo moldando as existências.

A partir disso, D´Andrea (2013, p. 142) sustenta que o atributo periférico se “impôs aos moradores de bairros populares enquanto categoria identificatória”, preponderando[11] sobre outros termos possíveis de representar os moradores de bairros populares, como: suburbano, negro, pobre e trabalhador. O autor pontua algumas “pistas” que buscam elucidar os motivos pelos quais os moradores de bairros populares preferiram se autodenominar periféricos, em determinado tempo histórico. Assim, o termo **subúrbio**, como o termo **periferia**, também possui uma característica geográfica da cidade e expressa um certo estilo de vida, mas alguns dos motivos pelos quais os habitantes de bairros populares em São Paulo preferem se autodenominar como periféricos e não suburbanos em dado momento histórico pode ser por possuir “uma ligação mais direta com o ordenamento proposto pelo mundo de trabalho”, além

[11] Categorias que não chegam a se sobrepor inteiramente, mas que possuem intersecções.

de ser um termo (suburbano) utilizado pelo movimento punk, afastando possivelmente o movimento hip-hop Soma-se a isso a influência da vasta utilização do termo **periferia** pela ciências sociais. O termo **pobre,** por sua vez**,** está ligado a questões financeiras, mas não possui uma dimensão urbana que o periférico possui, além de não incluir a possibilidade de potência desses sujeitos. D´Andrea aponta que a luta pelo orgulho e autoestima do negro na década de 90 acabou por ampliar e consolidar o orgulho periférico, mas o termo **negro** não daria conta para representar os habitantes de bairros pobres, pois este espaço também é habitado por brancos pobres e o termo não dá a dimensão urbana. Em relação ao termo **trabalhador,** o autor expõe argumentos do porque este perdeu espaço na década de 1990, por não necessariamente expressar uma desigualdade urbana e geográfica, por conta do fim do paradigma fordista, o qual dá lugar às políticas neoliberais no campo do trabalho, somado aos altos índices de desemprego, dentre outros.

Sendo assim, o autor argumenta que é justamente na transversalidade dessas categorias que o termo periférico surge como potência, articulando os sentidos de uma problemática urbana vocalizada e trazida à luz pelos sujeitos periféricos, entendendo sujeito periférico como o “morador da periferia com uma ação prática baseada em uma subjetividade” (D´ANDREA, 2013, p. 276). Isso quer dizer, é uma pessoa que vive em um espaço geográfico próximo daquilo denominado periferia, que compreende, assume e reconhece as condições e situações de ser periférico, ao compartilhar os códigos, as normas e as formas de compreender a sociedade a partir do referencial sociocultural que acabam por formar esta subjetividade periférica.

> De pronto, cabe ressaltar: nem todo periférico é um sujeito periférico. Para ser definido como tal, é necessário possuir três características:
> 1. Assume sua condição de periférico; (de periférico em si a periférico para si)
> 2. Tem orgulho de sua condição de periférico;(do estigma ao orgulho)
> 3. Age politicamente a partir dessa condição;(da passividade à ação)
> [...]
> Assim sendo, o sujeito periférico deve portar o orgulho de ser periférico; deve reconhecer-se como pertencendo a uma coletividade que compartilha códigos, normas e formas de ver o mundo; deve possuir senso crítico com relação à forma como a sociedade está estruturada; e deve agir para a superação das atuais condições.
> O sujeito periférico existe na realidade social. Sua maior expressão se encontra nas ações políticas dos movimentos sociais populares e na ação política dos coletivos artísticos da periferia. (D´ANDREA, 2013, p. 175)

Oliveira (2019) questiona a utilização destas terminologias (subúrbio, podre, negro, trabalhador), argumentando que há um enfoque na desigualdade urbana que o termo periférico confere em detrimento de outros. Para a autora, D´Andrea não aponta as diferenças geracionais e históricas da construção desses termos, e, por isso, não presume que processos sociais podem trazer outras nomenclaturas e sentidos, dependendo das relações de poder e grupos envolvidos. Sendo assim, Oliveira (2019) pontua que, ao falar sobre o termo **pobre** deveria ter sido considerada a ampliação/ diversificação da renda familiar, o contexto de consumo e endividamento das camadas populares; entretanto, "o lugar que elas moram/vivenciam dificilmente se alterou, logo, o território seria a melhor identificação, em nosso contexto, com a experiência da pobreza e não tanto a renda familiar" (2019, p. 153). Discutindo sobre o termo **Negro** Oliveira sugere que é preciso identificar que há processos de racialização sobre territórios empobrecidos, Nas suas palavras, "periferia é relacionada à negritude ou negritude à periferia". Ao pensar as discrepâncias entre trabalhador e periferia, a autora questiona a não relatividade que o autor imprime, ao pontuar que há mais sociabilidade no bairro do que no. trabalho: ela não leva em conta a permanência curta neste espaço devido à jornada de trabalho, ao trajeto para o mesmo e às distintas sociabilidades/ vivências no bairro. Além disso, pontua o caráter político do termo, que, muitas vezes, é mais utilizado por agentes que militam pelo território: "há muito mais pessoas da quebrada que se dizem "trabalhadoras" do que "periféricas", sendo este último termo mais usado por pessoas que estão inseridas em alguns movimentos sociais" (2019, p. 153).

Para efeitos desta pesquisa, interessam as críticas de Oliveira (2019) ao processo político e formativo da subjetividade do "sujeito periférico" apresentado por D'Andrea (2013). Oliveira aponta que o autor parte de uma perspectiva masculinizada, não generificando as relações, as narrativas e nem os processos nos territórios. Critica os três pontos bases que ele expressa, identificando o que avalia como um binarismo, pois, para ser um "sujeito periférico", é preciso apropriar-se do orgulho/ autoestima do ser periférico e, ao mesmo tempo, assim fazendo o estigma desapareceria.

Entretanto, segundo Oliveira, a constituição política não advém necessariamente do orgulho, já que há "uma relação complexa entre sentimentos de marginalidade e processos de superação" (2019, p. 155). Mas essa apropriação crítica do termo pode vir da valorização de experiências situadas e em convergência com os

estigmas concretos circunscritos nesses sujeitos, assim como pode vir também de um “processo de diferenciação” no relacionamento com pessoas de outra pertença sociorracial.

Além disso, Oliveira também questiona a relevância do assumir-se “periférico” no processo político, por acreditar que este agir politicamente proposto por D’Andrea não inclui todas as situações políticas, e que esta afirmação enquanto ser periférico se deve à associação a um outro que não mora na periferia. Compreende que, mesmo aqueles que não se assumem como tal em suas práticas e ações, carregam a experiência de serem moradores da periferia, o que pode vir a transformar lógicas existentes em outros espaços. Para a autora a percepção de D’Andrea acaba por criar hierarquias sobre quem pode ser considerado sujeito periférico.

> Nesse sentido, sua análise produz um sujeito periférico desencarnado, descorporificado e descontextualizado, atribuindo sentido a fenômenos sociais sem correspondência corporificada nas experiências sociais do território. Por isso que sujeito periférico não consegue dar conta de nossas experiências, pois parte de um lugar prioritariamente masculino, generalizante e introduz lógicas sobre política e leitura de contexto que não dialogam com nossa versão político-intelectual sobre a quebrada. (OLIVEIRA, 2019, p. 158)

A partir do que foi apresentado, acredito que a experiência social do ser periférico é um processo contestatório, corporificado (generificado), contextualizado, urbano e é calcado fundamentalmente na segregação socioespacial. E que, por ser um termo complexo, carregado de significações, é necessário compreendê-lo olhando para as diferenças e desigualdades de gênero, de sexualidade, racial, geracional, territorial (dentre outras). Ao mesmo tempo, é preciso verificar as relações de poder que podem revestir vínculos políticos e dar visibilidade a alguns corpos/mentes periféricas específicos, pois há heterogeneidade na periferia e em ser periférico, até mesmo quando esta identidade não é assumida.

E esse debate acerca da terminologia **periferia** e **sujeito periférico** nos ajuda a compreender a construção territorial da cidade de São Paulo, um espaço que afasta e segrega a população, não só geograficamente, mas também em relação ao acesso a experiências socioculturais e da cidadania.

Como foi enfatizado anteriormente, esta discussão não se dá apenas no âmbito da academia, mas também nas próprias periferias. Em 2017, por exemplo, no

Seminário internacional - “O que é a periferia afinal e qual o seu lugar na cidade?”, encontro realizado no Rio de Janeiro, no Complexo da Maré[12], foi elaborada a “Carta da Maré”, que apresenta características das periferias que as unificam e as aproximam, além de questionar as representações preconceituosas destes territórios e dos sujeitos que os habitam, que acabam por reforçar estigmas e fragilizar o direito de parte da população à cidade.

> De fato, como é sabido, vivemos em um mundo social dominado por representações das periferias – e de seus moradores – baseadas em estigmas que impedem uma apreensão global e complexa sobre as realidades sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais desses territórios. E, como o imaginário é um elemento fundamental na instituição do real, as representações estereotipadas sobre as periferias onde residem os grupos sociais mais empobrecidos da cidade orientam, muitas vezes, políticas públicas e investimentos sociais privados. Estes, além de não efetivarem as reais demandas dos seus moradores, contribuem para reforçar processos de expropriação material e apropriação simbólica que fragilizam estratégias coletivas construídas pelos grupos dos territórios periféricos para exercerem o seu direito à cidade. (“Carta da Maré”)[13]

Neste trecho da “Carta da Maré”, a partir da consciência da condição heterogênea da periferia, os articuladores que produziram este documento pontuam alguns elementos que são comuns entre esses espaços e seus habitantes, colocando as periferias como elementos centrais da cidade, dando-lhes “identidade, sentido e humanidade” e enfatizando as práticas cotidianas dos seus moradores, suas potências inventivas, suas formas contra-hegemônicas de ocupar o espaço e de se comunicarem. Assim, colocam que é a partir das práticas e vivências dos seus moradores que devem se estabelecer os parâmetros para o bem-estar e bem viver, ligados aos seus valores, práticas, vivências, memórias e posição social. Ressaltam, assim, a necessidade de questionar as representações sociais estereotipadas sobre as periferias e seus moradores, recusando a visão estigmatizada, reducionista, estereotipada e desqualificadora sobre os territórios periféricos.

---

[12] O Encontro teve o objetivo de fortalecer a rede internacional de atores e instituições que atuam nas periferias e construir uma visão comum sobre as periferias urbanas, respeitando a diversidade, identidade, cultura, história e especificidades inerentes a cada lugar. Contou com a participação de intelectuais, pensadores e ativistas de 15 países, inclusive do Brasil.

[13] Link para o documento na íntegra: https://revistaperiferias.org/materia/carta-da-mare-rio-de-janeiro-manifesto-das-periferias/

1.4. Identidade em rede

O intercâmbio de ideias se dinamizou com as mídias digitais, abrindo um espaço de grande circulação de informação em diversos setores da sociedade, de forma instantânea. Pode-se afirmar que essas novas experiências midiáticas operam um descentramento do sujeito (PEREIRA, 2004) devido ao abundante experimento de múltiplas ideias e a exposição de realidades para além daquelas disponíveis anteriormente, impactando significativamente na representação da identidade desse sujeito e transformando o modo como são significadas as identidades neste contexto de globalização. Como identifica Hall, a identidade no mundo globalizado

> É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1999, p.13).

Os indivíduos passam a ser definidos como dotados de identidade múltipla e multifacetada, em constante construção e transformação, tornando-se cada vez mais instáveis e frágeis (HALL, 1999). Segundo Hall, estas identidades são produzidas a partir do local histórico e social do sujeito, sendo demarcadas a partir da diferença.

> É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma "identidade" em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2014, p. 109)

E tais sujeitos passam a ser marcados pela liquidez dos novos tempos (BAUMAN, 2001), situando-se em um mundo repleto de artefatos tecnológicos e tendo a sua representação, a projeção da autoimagem e a do "outro" advindas, em grande parte, das mídias e dos sistemas de informação.

> Tornamo-nos conscientes de que o 'pertencimento' e a 'identidade' não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante

> negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o 'pertencimento' quanto para a 'identidade'. Em outras palavras, a ideia de 'ter uma identidade' não vai ocorrer às pessoas enquanto o 'pertencimento' continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, 2005, p. 17-18)

Mesmo que adotemos a perspectiva da identidade como algo móvel, tal como proposta por Hall e Bauman (citados), a identidade como parte de uma relação, ou seja, construída enquanto contrativa, permanece. Existe o eu porque existe o outro, e, se este "outro" passa a ter uma estranheza radical (HERMANN, 2014), esta não existe para ser superada, assimilada, não é *déficit*. Mas com essa radical diferença, como podemos experienciar o outro sem abolir sua diferença? Como ter acesso sem degradá-lo ou eliminá-lo? Para Hans-Georg Gadamer, tal é possível por meio do diálogo, que supõe uma intersubjetividade possível, em que os sujeitos da interação colocam-se no lugar do outro e conseguem ter a percepção de suas expectativas, pois é por meio da linguagem que há possibilidade de falar e de compreender o "estranho", permitindo uma abertura ao "outro" (HERMANN, 2014).

Este diálogo, produto da diferença, da alteridade, só se torna possível porque há um "outro" nesta conversa; conforme Bakhtin (1999), só existe enunciação porque existe o outro, sendo que está enunciação é orientada socialmente, nenhum discurso é 'individual', apenas do sujeito falante, pois somos produtos de relações dialógicas, do 'eu e do tu', estamos sempre em diálogo com o "outro". Com isso, o "eu" existe porque existe o "outro".

Uma relação dialógica, em exercício da alteridade, possibilita pensar ações transformadoras que valorizem a singularidade do "eu" e do "outro". Deste modo, ao refletir sobre a crise identitária, torna-se preciso (re)pensar as imagens construídas sobre o "eu" e sobre o "outro". E sobre práticas de comunicação dialógicas reflexivas que desmistifiquem o processo comunicacional, que possibilitem aos sujeitos desconstruírem estereótipos construídos pelas mídias, ao se utilizarem de ferramentas que permitam a esses sujeitos serem "mídia", na medida em que não apenas consumam mensagens, mas também participem e produzam, tornando-se "comunicadores" conscientes.

Assim, ao se alterarem significativamente as relações intrapessoais dos sujeitos e seus processos de construção de identidades, desestabilizando-se ao desorganizar o fluxo rotineiro de seus cotidianos, de suas vidas e os obrigando a refletir sobre essas novas realidades e circunstâncias em busca de novos padrões de respostas, “alteramos comportamentos, pontos de vista e nossa consciência deles, tornando-nos parte e agentes da grande transformação” (ABRANCHES, 2017, p. 31). O autor completa que a revolução digital, com as novas ferramentas e espaço, tornou possível uma “reformulação sociológica e política da sociedade democrática”, e um processo de autorreconhecimento e reconhecimento do outro, por meio de uma interação dialética e dialógica entre a sociedade virtual e a social. (ABRANCHES, 2017, p. 254)

Refletindo sobre a construção das identidades e da relação com o “outro”, no ambiente (ecossistema[14]) digital, pode-se pensar sobre a possibilidade de práticas de comunicação dialógicas, que desmistifiquem o processo comunicacional e possibilitem aos sujeitos desconstruir estereótipos construídos pelas mídias, permitindo que esses sujeitos sejam “mídia”, na medida em que não apenas consumam conteúdos, mas também participem e produzam seus próprios conteúdos, em coerência com os pressupostos educomunicativos, que estão no horizonte deste trabalho[15].

É neste contexto que é possível perceber algumas mudanças das práticas políticas e sociais junto à atuação de movimentos sociais[16] nos últimos anos, que

---

[14] A expressão ecossistema comunicativa foi inicialmente utilizada por Jesus-Martin Barbero: “o que aparece como estratégico, mais que a intervenção dos meios, é a aparição de um ecossistema comunicativo que está se convertendo em algo tão vital como o ecossistema verde, ambiental”. (JESÚS MARTÍN-BARBERO, 1999).

[15] Compreendemos aqui como pressuposto a construção da cidadania, a partir do exercício do direito à expressão e à comunicação. O diálogo, a alteridade, o reconhecimento enquanto cidadão de direto e o protagonismo como centralidade dos processos educomunicativos são prioridades. A construção da cidadania é pensada a partir do conceito atribuído pelo NEC-USP, como: O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como [destinados] a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas com o uso dos recursos da informação nos processos de aprendizagem. Tem como essência a intencionalidade educativa e como meta o pleno exercício da liberdade de expressão dos atores sociais.

[16] Entendemos movimentos sociais a partir de Gohn (2011), como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios

identificam no ambiente virtual uma abertura para mobilizações, um ambiente propício para as práticas e expressões coletivas, com novas significações e endereçamentos múltiplos (NATANSOHN, 2013), um espaço que pode viabilizar uma comunicação mais horizontal, com um maior alcance e fluxo de compartilhamento da informação, tornando possíveis a construção e o intercâmbio de comunidades/ redes que considerem as diferentes esferas da sociedade (ALBU, 2017).

Conforme Gohn (2011), esses movimentos, ao atuarem em redes, possibilitam a construção de ações coletivas que:

> agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem pontuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2011, p. 336)

No entanto, é importante pontuar as limitações à apropriação da tecnologia e igualdade de acesso por determinados segmentos sociais, correlacionadas às questões de gênero, raça e classe. A inclusão digital está longe de se estabelecer; em nosso país, mais de um terço (39%) dos domicílios brasileiros ainda não têm nenhuma forma de acesso à internet. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017, divulgada em julho de 2018 pelo Comitê Gestor da Internet, cerca de 27 milhões de residências encontram-se desconectadas, enquanto outras 42,1 milhões acessam a rede via banda larga ou dispositivos móveis. Outro ponto importante é salientar que a tecnologia não é neutra, pois, como ela está imersa e é produzida por sujeitos sociais, carrega as assimetrias e as desigualdades da sociedade como um todo (WAJCMAN, 2008).

Apesar desta constatação do privilégio de acesso, hábito e tempo de utilização de conteúdo online por determinadas classes sociais em detrimento de outras, o ativismo digital[17] possibilita espaços de falas individuais e coletivas de grupos

---

à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas" (GOHN, 2011, p. 335)

[17] Ativismo digital, segundo Denis de Moraes (2001), é definido como quando organizações não-governamentais e demais entidades civis, com o propósito de "[...] divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania", utilizam a Internet.

marginalizados na agenda pública dos veículos midiáticos hegemônicos, além da busca por novas formas de convívio social e da luta pela garantia e preservação de direitos, marcando, no ambiente digital, práticas em defesas de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais.

Não foi diferente com os movimentos feministas[18], que se apoderaram dessas ferramentas digitais na expectativa de criar espaços alternativos de representação, de afirmação e de visibilidade, tornando-se produtores e transmissores de conteúdo. A internet permitiu, conforme Zelinda Barros[19], "novas possibilidades de expressão política às mulheres, na medida em que permitiu a transposição de barreiras geográficas e interconectou espaços antes nunca estimados, ajudando a evidenciar a presença das mulheres nos movimentos sociais que, mesmo muitas vezes numericamente superiores aos dos homens, são invisibilizadas (GOHN, 2011)

Nesse contexto, os espaços virtuais, ao possibilitarem o intercâmbio e divulgação de ideias, proporcionam às ativistas representações diferentes das costumeiras e o compartilhamento de recursos para o empoderamento de mulheres (NATANSOHN, 2013), além de se tornarem ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos feminismos contemporâneos, marcados pela horizontalidade dos discursos, práticas plurais e heterogêneas.

No Brasil, as mídias digitais também representam um instrumento de luta, por meio do ativismo midiático (CASTILHO; ROMANCINI, 2017). Diversos coletivos de comunicação independente[20] utilizam-se das ferramentas tecnológicas para produzir conteúdos informativos e disputar a narrativa com as mídias hegemônicas, com textos que nos fazem vislumbrar uma comunicação mais pluralista e renovadora.

Muitas vezes a utilização deste termo se aproxima também da definição de ciberativismo definido por Ugarte (2008, p. 55) como "[...] toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do "boca a boca", multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal".

[18] Neste trabalho entendemos feminismo como o movimento que visa à transformação social ao colocar em pauta e lutar contra situações de opressões e desigualdades sofridas pelas mulheres, colocando-as como sujeito político (ÁVILA, 2000). Concordando com Brah (2006), o objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil. (BRAH, 2006, p.342)

[19] Link para conteúdo completo em: https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet

[20] Para saber mais detalhes sobre coletivos de mídia independentes, ver: Mapa do Jornalismo Independente, da Agência Pública.

A partir dessa utilização das mídias digitais, o movimento feminista negro brasileiro, por exemplo, tem conseguido um alcance e uma multiplicação de informação através de produção e divulgação das narrativas das mulheres negras. A apropriação das mídias digitais é vista como estratégia de resistência, luta e emancipação, pois a produção de conteúdo – informações- pode ser alternativa para desconstruir o discurso racializado e aprofundar a discussão sobre a história e a cultura afro-brasileiras, o racismo, a violência contra a mulher negra, entre outras pautas relevantes à comunidade (CARNEIRO, 2003). Atualmente este segmento da população, historicamente silenciado, ampliou a oportunidade de contar suas histórias, não mais narradas através da perspectiva do branco colonizador.

O feminismo na internet apresenta-se múltiplo, há uma desconstrução discursiva de “mulher” como uma categoria universal, conecta-se à ideia de feminismos, que mostra as diversas possibilidades de ser mulher, colocando em pauta as diferenças, questionando a unificação das experiências e das representações de um único e igualitário sujeito político “mulher”. No próximo capítulo, partindo de um breve recorte histórico sobre a trajetória das lutas e dos caminhos dos movimentos das mulheres aqui no Brasil, refletimos sobre esta pluralidade a partir da perspectiva da interseccionalidade, para, ao fim, indagarmos sobre as mulheres enquanto sujeitos periféricos.

2. FEMINISMOS E ESPAÇO GENERIFICADO

2.1. Luta feminista no Brasil

A vinda da Família Real para o Brasil trouxe transformações significativas para o avanço do pensamento feminista, como o início da imprensa brasileira[21] e a criação das primeiras escolas para meninas, nas quais apenas as filhas da elite local poderiam estudar. Mesmo com a Proclamação da República, a separação oficial entre Estado e Igreja e a promulgação da Constituição de 1891, que instaurou a eleição direta para o chefe da nação[22], a cidadania feminina ainda não existia, sem direito ao voto, sem acesso aos direitos políticos e sem os direitos à educação igualitária. Só com o crescimento da indústria, da urbanização, da imprensa e "do desenvolvimento da educação de ambos os sexos estabeleceram-se mudanças progressivas de costume e a urgência por certas demandas sociais, sobretudo aquelas relacionadas às mulheres". (GONÇALVES, 2018, p. 40)

Entretanto, as conquistas alcançadas pelas lutas das mulheres não aconteceram em condições igualitárias de participação. Existia uma barreira que levava em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social, as desigualdades e as participações nos espaços institucionais, com interferências a partir das variáveis de classe, raça, sexualidade e geração. Sendo assim, as conquistas não abrangeram a multiplicidade de mulheres, restringindo-se a notoriedade das lutas e conquistas por cidadania às elites brancas e tendo as mulheres pobres, negras, trabalhadoras do campo e as indígenas, enfrentado maiores obstáculos (BIROLI, 2018).

Cynthia Sarti (1988)[23] relata que o atual movimento brasileiro das mulheres, enquanto movimento nomeado como tal (colocando o feminismo como uma das suas

---

[21]Antes desse período todas as atividades de imprensa eram proibidas no país. Entretanto estima-se que a imprensa feminina teve início somente com o primeiro periódico destinado às mulheres o "Espelho Diamantino", em 1827 e a primeira imprensa escrita exclusivamente por mulheres iniciou-se com os jornais **A Esmeralda** e **O Jasmim**, no Recife, em 1850 (GONÇALVES, 2018, p. 40).

[22] Tendo direito ao voto apenas uma camada privilegiada, excluídas as mulheres. Apenas com o Código Eleitoral de 1932 foi instaurado o voto feminino, ainda que parcialmente, sendo esse sufrágio permitido somente às mulheres casadas com autorização do marido ou solteiras com renda própria. O sufrágio sem nenhuma restrição específica, por sua vez, foi instituído na Constituição de 1946 (RIBEIRO apud CARVALHO, 2012).

[23] Ao falar do histórico sobre a trajetória das lutas e dos caminhos dos movimentos das mulheres aqui no Brasil.

facetas), nasce nos anos 70, a partir de uma confluência de fatores que aconteceram durante a década anterior. Inicia-se nas camadas médias da população, mas se expande para as camadas populares em uma relação mútua de influência, ressaltando o seu caráter de “interclasse” e sua composição heterogênea e complexa, pois estava imerso em uma sociedade de grande discrepância social, em que classes sociais distintas coexistiam nos meios urbanos, demarcando a distribuição desigual de seus recursos sociais, econômicos, culturais e territoriais. Diz ela:

> O feminismo começou e encontrou um campo fértil entre as camadas médias urbanas, mais propensas às ideologias individualistas e às mudanças de comportamento. Ecoou enquanto uma proposta radical de politizar o privado, repensar e reinventar as relações mais fundamentais, na família, no dia-a-dia, nos hábitos mais neutralizados. Mas desenvolveu-se um movimento com características locais, tornando-se um movimento com características próprias, procurando considerar a heterogeneidade da situação da mulher brasileira. (SARTI, 1988, p. 39)

Assim, as pautas que foram levantadas pelas diversas linhas dos movimentos foram diferentes de acordo com as demandas socioculturais do grupo de mulheres que as levantavam. A partir do que já colocamos anteriormente, a população periférica, e agora no caso específico das mulheres, atribuem diferentes significações e pesos em relação a determinadas demandas, como o trabalho remunerado, a família, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças. Sarti explica estas diferenças:

> A modernização da mulher brasileira a partir dos anos 60 - sua adesão aos valores individualistas modernos, incluindo o uso de métodos anticoncepcionais, o recurso à psicanálise; seu acesso à educação superior; sua incorporação ao mercado de trabalho etc. - dá-se numa sociedade altamente hierarquizada em termos de classe, raça e gênero, reproduzindo estas diferenciações. A independência feminina tem a marca de sua classe e de sua cor. Os recursos e oportunidades oferecidos às mulheres beneficiaram principalmente as regiões mais desenvolvidas do país, o Sudeste, mais branco, mais urbano. A existência da empregada doméstica é parte integrante deste contexto hierárquico. Vale ressaltar que é alta a incidência de empregadas domésticas negras. Herança da escravidão, há uma associação direta entre raça negra e profissões desqualificadas. (SARTI, 1988, p. 40)

A transferência dos trabalhos domésticos da mulher branca de camadas médias e altas para outra mulher, com a “promessa” de libertação feminina, apenas aprofunda a desigualdade da divisão do trabalho e a desvalorização estrutural das funções ligadas à reprodução da vida e ao cuidado.

Sarti (1988) enumera algumas características específicas da trajetória do movimento feminista brasileiro. O primeiro ponto é o fato de este movimento ter se iniciado nas camadas médias, expandindo-se através da articulação com as camadas populares, e desenvolvendo-se por meio da interação complexa com a igreja católica, em seus trabalhos comunitários das Comunidades Eclesiais de Base (CECs). Esta interação tornou possíveis as organizações feministas nos bairros populares, devido à aliança de ambas linhas contra o regime autoritário em vigor e "constituindo um importante foco de resistência ao autoritarismo vigente no país" (SARTI, 1988, p. 40).

Essa especificidade do feminismo brasileiro e latino-americano, de enfrentamento e resistência às tensões políticas e sociais, instigou movimentos de ações coletivas nas associações de bairro e nas CECs, liderados e fomentados principalmente pelas mulheres moradoras das periferias urbanas, que sofriam os reflexos da reorganização da economia brasileira nos anos 60, a qual acabou por gerar maior concentração de renda e um elevado índice de desemprego e subemprego. Assim, as mudanças e transgressões do que era designado como "próprio" às mulheres no país, nas décadas de 60 e 70, como a participação nas lutas armadas, fez que o feminismo militante brasileiro criasse "forma a partir da resistência das mulheres à ditadura" (SARTI, 2001, p. 33). Ao mesmo tempo, há um movimento de ações coletivas, de apropriação do mercado de trabalho[24], e um crescimento do nível educacional das mulheres casadas de classe média, influenciadas pelo feminismo internacional e pelo descontentamento com o silenciamento e apagamento de suas demandas específicas pelo Estado, assim como em nível político partidário (GONÇALVES, 2018).

Outro ponto que marca a diferença do feminismo no Brasil é o fato de os movimentos sociais urbanos terem como base as demandas locais dos moradores periféricos que reivindicam melhores distribuições dos equipamentos de infraestrutura urbana e dos bens de consumo coletivos. As mulheres moradoras das periferias atuam de forma ativa nesses movimentos sociais que olham para o local, para o bairro, pautando temas "como referência do mundo da reprodução - incluindo família e suas condições de vida" (SARTI, 1988, p. 41).

[24] Sem ser por necessidades financeiras (de sobrevivência) e necessidade de mão de obra específica.

Estes movimentos estavam vívidos nos Clubes de Mães, fomentados pela Teologia da Libertação na América Latina e pelo envolvimento de autoridades católicas nas lutas sociais que surgem principalmente com o intuito de “educar” mulheres para o trabalho e posteriormente se tornam um espaço de luta e de reivindicação das demandas (OLIVEIRA, 2019), em oposição aos regimes autoritários, Neste momento, nos anos 70, surge o Movimento do Custo de Vida, também conhecido como Movimento Contra a Carestia, que une os moradores das periferias de São Paulo, estes passam a criticar a realidade em que viviam e a lutar por melhores condições sociais: “As mães da Periferia de São Paulo, que mais sentem a realidade da vida, vêm pedir aos senhores que tomem providência para baixar o custo de vida, porque o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de pôr a panela no fogo pra fazer a comida pros filhos”[25] É assim que, em 1973, o Clube de Mães do Jardim Nakamura, extremo sul de São Paulo, inicia o documento que daria origem à articulação do Movimento do Custo de Vida (OLIVEIRA, 2019). A autora sistematiza esse momento com as seguintes palavras:

> Assim, consigo destacar dois momentos nos Clubes de Mães: o primeiro (1973- 1978), engajado nas lutas do Movimento do Custo de Vida, que tinha como central a questão do arrocho salarial, mas que também abarcava reivindicações no bairro por escolas, creches, postos de saúde, linhas de ônibus etc., com pesquisas realizadas nos bairros e as mulheres se mostrando ao poder público regional e nacional, mobilizando milhares de pessoas; num segundo momento (1979-1986), a organização de encontros de mulheres e práticas políticas voltadas a pensar as relações de gênero que permeavam as condições de mulheres da periferia (dona de casa, trabalhadoras de fábricas, empregadas domésticas, mães casadas e solteiras) e sua articulação com algumas feministas que circulavam nos bairros de periferia (OLIVEIRA, 2019, p. 224)

As temáticas feministas ganham espaço ao mesmo tempo que o Brasil ganha uma “abertura” política. Em meados da década de 70, as pautas feministas ganham um caráter mais reivindicativo, lutando pela melhoria de suas condições de vida, em consonância com as pastorais, coligando com associações profissionais ou mulheres sindicalizadas e aumentando a preocupação com a condição operária feminina e a mulher trabalhadora. Mesmo com algumas discrepâncias teóricas entre as

[25] I Carta das Mães da Periferia, em 23 de outubro de 1973 – São Paulo. Centro de Pesquisa Vergueiro (Doc. 002_2, Fundo ECO_PRE, CPV). Apud MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015.

trabalhadoras, as mulheres da periferia e as feministas (vindo, sobretudo, de camadas médias e instruídas), o movimento feminista manteve-se como uma “unidade”, sem explicitação clara de suas diversidades, pelo menos até o início dos anos 80, devido à luta oposicionista comum pela democracia. Uma das grandes questões unitárias de mobilização coletiva foi a luta por creches:

> Para as feministas, as reivindicações por creches se insere no quadro mais amplo da redefinição dos papéis familiares, da luta das mulheres por sua autonomia (ROSEMBERG, 1984), enquanto para as mulheres da periferia isso não necessariamente está em pauta. Sua adesão à luta por creches enquadra-se na sua participação mais geral nos movimentos sociais de bairro, onde a questão da mulher não está explicitamente colocada. A simples participação, entretanto, situa-a num espaço novo, público, expondo-a a uma nova experiência, que transcende o espaço doméstico. Convém ressaltar que, no caso do movimento de luta por creches na periferia de São Paulo, suas protagonistas eram fundamentalmente donas de casa que não trabalham remuneradamente, embora muitas - não todas - tivessem a perspectiva de fazê-lo. Isto revela seu caráter primordial de luta de bairro, por melhoria das condições de vida local. (SARTI, 1988, p. 42)

Com a abertura de novos espaços para a discussão política e com o início da inserção de pautas de coletivos feministas na política partidária, há um movimento para esses grupos “feministas” se voltarem mais para os seus problemas específicos, relacionado às questões de gênero, deixando de forma mais nítida a heterogeneidade do movimento das mulheres e dificultando cada vez mais a manutenção de uma unidade, pois ser oposição ao autoritarismo já não era o bastante. Outro traço marcante, aponta Sarti (1988), é a volta das exiladas ao país depois da anistia de 1979, que trazem novas influências do feminismo europeu ou estadunidense para o brasileiro.

A partir dos anos noventa, houve uma dispersão dos movimentos feministas e uma institucionalização dos mesmos em organizações não governamentais. Com uma presença significativa desses movimentos nos aparelhos de Estado, muitos destes acabaram por perder o caráter espontâneo e a-hierárquico, mas mantiveram e acentuaram a especialização temática (tais como saúde, direitos, meio ambiente, violência, entre outros) e a formação de redes. (SILVA, 2000)

Outra questão importante no movimento feminista brasileiro neste momento é a do combate à violência contra as mulheres, com alguns avanços no período, como por exemplo, a criação da Delegacia da Mulher, a primeira delas em 1985, em São Paulo, e, principalmente, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

(SPM), com status de Ministério, em janeiro de 2003, pelo presidente Lula. Bohn (2010) destaca a significância dessa política pública para a visibilidade das demandas feministas, pois uma agência estatal de políticas públicas próprias para mulheres potencializa as conexões no interior da burocracia pública, facilitando a introdução da perspectiva de gênero nas arenas decisórias do Estado. A autora complementa que a SPM, atuando em conjunto com a sociedade civil organizada e o movimento feminista, criaram condições para uma ação eficaz da agência, e possibilitaram a criação de uma lei de combate e prevenção à violência doméstica, a Lei Maria da Penha, aprovada em 2006. No entanto, em 2016 a SPM foi extinta[26].

Um ponto crucial para os movimentos feministas a partir de meados da década de 90 é a questão da igualdade ou da diferença, temática também muito ativa na academia, originando muitos trabalhos teóricos e pesquisas empíricas nas diversas áreas e linhas das ciências sociais. Como identifica Silva,

> Aqui é importante destacar a frutífera parceria entre a academia e os movimentos sociais através de diferentes convênios, oferecimento de cursos, seminários etc. Desta maneira a Universidade valida e valoriza as ações promovidas pelas redes, servindo como suporte teórico e, muitas vezes, também com sua infraestrutura promovendo uma maior integração entre a sociedade em geral, os movimentos sociais e os cientistas. (SILVA, 2000)

Posteriormente, os movimentos sociais e também o feminismo se entrelaçam com as redes, com a disseminação da internet no final do século XX, o que levou alguns movimentos sociais a encontrar neste espaço novos caminhos para espalhar sua mensagem e gerar engajamento (BUITONI; LOPES, 2018). Castells (2013) faz análise dessas novas dinâmicas dos movimentos sociais em diversas partes do mundo entre 2010 e 2013 e destaca alguns padrões recorrentes entre elas: a utilização do espaço online para organização, comunicação e a própria atuação do movimento. É possível detectar que, nesse novo contexto, os movimentos sociais passaram a buscar um maior desenvolvimento e alcance de seus discursos por meio de uma comunicação autoral, provocando, consequentemente, uma transformação na produção simbólica.

---

[26] No entanto, com a entrada de Michel Temer na presidência da República, em 2016, dá-se o início do desmonte das políticas públicas de direitos humanos e gênero. Os significativos retrocessos podem ser exemplificados com a extinção da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que perdeu seu status de ministério.

É importante apontar o impacto do ano de 2013 na agenda feminista brasileira devido às grandes mobilizações em junho desse ano. Essas mobilizações foram estruturadas e pulverizadas através da internet, motivadas pela insatisfação popular com a representação política e a desconfiança em relação às instituições, fazendo com que diversas campanhas feministas online surgissem, assim como houvesse a criação de coletivos e iniciativas feministas com forte influência das redes sociais.

Compreende-se, assim, que os processos comunicativos nos ambientes online estão interconectados com outros espaços e territórios humanos, tendo a necessidade de ser analisados a partir dos seus respectivos contextos sociais e buscando "entender as novas práticas de interação como condições e sinais de uma mudança estrutural de como conduzimos nossa política, de como a opinião pública se forma." (LEAL, 2015, p. 6 apud GONÇALVES, 2018)

No ambiente online afloram novos repertórios de ação coletiva, trazendo um grande impacto para o campo da comunicação. Como diz Castells (2013, p. 158):

> Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com emergência do que denominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte.

O ambiente digital permite que sujeitos se conectem entre si e criem redes de ações coletivas que superam as filiações organizacionais para reivindicar o direito de narrar a sua própria trajetória. Iniciativas como essas possibilitam a participação de novos atores nas produções de discursos, que saem do plano individual para tornarem-se coletivos, com o intuito de construir uma vontade coletiva de transformação da realidade.

O ano de 2015 foi um ano intenso de mobilização no Brasil e ficou popularmente conhecido como a "Primavera das Mulheres", quando milhares de mulheres articularam-se nas redes e foram às ruas. Brito (2017), ao estudar este período, pontua que, a partir de então, estávamos diante de um feminismo em que o ciberativismo adquire um papel fundamental. Este momento político tão fervoroso e as novas formas de se mobilizar e comunicar foram apropriados por grupos de mulheres, que, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), conseguem produzir e divulgar os "novos significados com vistas à problematização

dos diversos dilemas sociais que lhes acometem" (NATANSOHN; REIS, 2017, p. 115), possibilitando maior inserção, ampliação, visibilidade e articulação de coletivos e movimentos que, antes, tinham suas demandas, ideias e vozes invisibilizadas e às margens da agenda política e noticiosa.

Havia uma perspectiva de que a internet se tornaria um ambiente comunicacional com possibilidade de desenvolvimento da igualdade de direitos e oportunidades entre todos e todas. Entretanto, essa perspectiva não se sustenta devido às relações de poder que existem no processo tecnológico, pois há uma marca social, cultural e racial nas produções das TICs. Seguindo esta linha, Graciela Natansohns (2013b, p. 15) apresenta o conceito de "brecha digital de gênero"[27], que não se refere somente às dificuldades de acesso à rede, "mas também aos obstáculos que as mulheres enfrentam para se apropriarem da cultura tecnológica devido à hegemonia masculina nas áreas estratégicas de formação, pesquisa e no emprego das TICs". A autora destaca ainda que essa brecha só pode ser analisada e compreendida por meio de um olhar generificado para a ciência e tecnologia, a partir do viés das hierarquias da diferença de gênero que afetam o desenho, o desenvolvimento, a difusão e a utilização das tecnologias. (NATANSOHNS, 2013b, p. 15)

> A epistemologia feminista vai mais além e entende a brecha como apenas uma das manifestações de algo mais estrutural, que é a expulsão das mulheres da ciência com um duplo resultado: impedir nossa participação nas comunidades epistêmicas que constroem e legitimam o conhecimento, e expulsar as qualidades consideradas "femininas" de tal construção e legitimação, inclusive considerá-las como obstáculos (NATANSOHNS, 2013, p. 16)

A brecha indicada pela autora mensura as discrepâncias do acesso de homens e mulheres às TICs e a seus benefícios, colocando em destaque aspectos androcêntricos que fundam a ciência e a tecnologia. Entretanto, na busca de uma internet mais feminista, diversas mulheres estão abrindo espaços nas plataformas digitais, construindo espaços de fala e de escuta para expressar as diversas experiências e exigir a observância dos seus direitos.

---

[27] utilizado pelos autores CASTAÑO 2008, ALONSO, 2007, WACJMAN, 2006

Germano, Natansohns, Marques, Carneiro e Lima (2019, p. 480) afirmam que esse movimento fortaleceu os feminismos negros e interseccionais no Brasil e que eles “são reveladores das novas formas de mobilização política que se dão mediante os sites de redes sociais”. Também identificam algumas particularidades, críticas e reivindicações sobre tais articulações, apontando que todas se fundam no imperativo de transformação de práticas de dominação sexista, tendo em mente a necessidade de se olhar para os diversos marcadores de diferença e da descolonialidade arraigadas na nossa cultura, e que exigem estratégias coletivas de resistência e produção de novos saberes e fazeres contra-hegemônicos. Sendo assim, esses “novos”[28] grupos de características contestadoras e juvenis, têm um

> enfoque comunitarista, discutem o capitalismo digital, a concentração monopólica e a espionagem em massa, e o fazem através de projetos locais, autogeridos, independentes, cooperativos, através de transhackerspaces e “servidoras” feministas que são gerenciados a partir de perspectivas interseccionais. (GERMANO; NATANSOHNS; MARQUES; CARNEIRO; LIMA, 2019, p. 487)

Os/as autores/as defendem a perspectiva de uma “internet para o bem comum”, relacionada a uma comunicação não androcêntrica, não racista e descolonizada, na qual os movimentos sejam autônomos, soberanos e com equidade social, com “infraestruturas distribuídas, de propriedade social e garantias de neutralidade e liberdade”. (GERMANO, NATANSOHNS, MARQUES, CARNEIRO e LIMA, 2019, p. 489)

2.2. Interseccionalidade

Como se viu, os movimentos feministas têm utilizado cada vez mais as plataformas de comunicação digital como instrumento de participação social, devido à capacidade de interação, mobilização e propagação que a internet permite, e a possibilidade de produção de conteúdo que ajude a problematizar a sociedade patriarcal, machista, heteronormativa e branca em que estamos inseridas.

---

[28] Novos não no sentido de que teriam superado as demandas feministas anteriores, mas sim de que perceberam esse “novo” como uma forma diferente de entender a comunicação digital.

A questão do acesso aos meios, bem como sua utilização também para transmissão de informações falsas, desinformar e propagar discursos de ódio, são aspectos que devem sempre ser levantados quando se faz referência ao universo online. Não obstante, é importante ressaltar a ocupação desses espaços por grupos como as mulheres periféricas, que retratam suas realidades a partir de seus pontos de vista, apontando, inclusive para a heterogeneidade dentro do constructo "mulheres", incorporando uma visão interseccional e decolonial.

Neste momento, é importante enfocar o conceito de **interseccionalidade**, introduzido no debate acadêmico pela feminista estadunidense, da área de direito, Kimberlé Crenshaw (1991) a partir de análises das experiências de discriminação e opressão por que passavam as mulheres negras em seu país, colocando em pauta as diferentes dimensões da opressão de gênero, de raça e de sexualidade.

Crenshaw (1989) faz uma analogia com a imagem de um cruzamento de uma via com tráfego de veículos e os possíveis caminhos, comparando-os com a discriminação das mulheres:

> Considere uma analogia com o tráfego em um cruzamento, indo e vindo em todas as quatro direções. A Discriminação, assim como o tráfego através de um cruzamento, pode fluir numa direção, e pode fluir na outra. Se um acidente acontece em um cruzamento, ele pode ser causado por automóveis que se deslocam a partir de qualquer número de direções e, às vezes, a partir de todos eles. Da mesma forma, se uma mulher negra é prejudicada por estar em um cruzamento, sua ofensa pode resultar de discriminação sexual ou discriminação racial […] mas, nem sempre é fácil reconstruir um acidente: Às vezes as marcas de derrapagem e as lesões simplesmente indicam que ocorreram simultaneamente, frustrando esforços em determinar qual motorista causou o dano. (CRENSHAW, 1989, p. 149)

A partir da imagem que ela oferece, na qual os eixos de opressão se cruzam, pode-se ver a forma como "ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento" (CRENSHAW, 2002, p. 177). Sendo assim, pensar a partir da interseccionalidade permite que o campo dos estudos feministas pluralize os conhecimentos sobre a experiência dos diferentes grupos de mulheres, tornando esse conceito muito caro à teoria do feminismo negro, pois "suas experiências ocorreram na intersecção entre múltiplas estruturas de dominação" (COLLINS, 2016, p. 108). Dessa maneira, supera a noção de sobreposição de opressões, pois o cruzamento (intersecção) complexifica a "experiência dos grupos que são alvos desses diferentes

sistemas de dominação” (SANTOS, 2016, p. 13). Santos (2016) aponta a importância desse conceito, ao “se contrapor às generalizações presentes em análises sobre a experiência feminina, assim como por desconstruir a conceituação matemática da interação entre diferentes sistemas de desigualdade”. (SANTOS, 2016, p.13)

Embora o termo **interseccionalidade** tenha sido sistematizado conceitualmente por Crenshaw, a preocupação em interseccionar questões de gênero e étnico-raciais é anterior. Alguns autores (BRAH; PHOENIX, 2004; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017; SANTOS, 2016) utilizam como marcadores temporais a luta das mulheres negras na busca de serem reconhecidas como sujeitos políticos, ainda na metade do século XIX. Um fato marcante nesse sentido aconteceu em 1851, quando Isabela Sartekill, mulher negra de Nova York, adota o nome de Sojourner Truth e participa da Convenção dos direitos da Mulher, em Ohio, onde apresenta seu discurso “Ain’t I A Woman?”, em que contesta a forma como as representações do feminismo que estavam sendo concebidas na prática, negligenciavam os direitos das mulheres negras e invisibilizavam suas demandas:

> Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? (TRUTH apud RIBEIRO, 2017, p. 21)

Henning (2015) apresenta brevemente a historicização do “pensamento interseccional” a partir da Brah e Phoenix (2004), mencionando que as várias questões sobre entrelaçamento de diferenças e desigualdades que (re)emergiram em 1970 já estavam presentes nessa fala de Truth. Ângela Davis (2016) reforça que, naquele período, as mulheres negras já "aspiravam a ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista" (DAVIS, 2016, p. 70). Ribeiro

reafirma essa visão complementando que o problema não é a inexistência do debate sobre a necessidade de desconstruir a universalização da categoria mulher, mas é, sim, a falta de visibilidade para esses discursos das histórias de resistência e produções de mulheres negras. (RIBEIRO, 2017, p. 21)

Esta "omissão" dos saberes produzidos pelas feministas negras está na hierarquização do discurso, de saberes, segundo Lélia Gonzalez (1987), sendo produto de uma classificação racial da população. Neste sentido, "quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é o branco" (apud RIBEIRO, 2017, p. 24). Ainda sobre a necessidade de uma reformulação epistemológica, Alcoff enfatiza a necessidade de uma "linguagem de libertação revisada e reformulada" (ALCOFF, 2016, p. 129), na qual os saberes de povos originários sejam considerados. Ressalta também a necessidade de pensar outros saberes, outras premissas para desestabilizar "verdades", pois compreende que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades, dependendo do seu contexto, podendo assim, silenciar/desautorizar ou fortalecer epistemicamente certas identidades. Deste modo, "o projeto de descolonização epistemológica presume a importância epistêmica da identidade, porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento". (ALCOFF, 2016, p. 136)

Henning (2015) apresenta um panorama de autoras[29] e teorias que, desde a década de 80, escreviam não pela tradicional ótica da experiência da mulher branca e de classe média, mas demarcando escritas amparadas na emergência de debates de ativistas que visavam desmistificar a categoria "mulher" como uma categoria estática, atentando para as intersecções das diferenças e desigualdades que perpassam a experiência de vida das mulheres e problematizando as impossibilidades de se deslocar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que estão imersos os sujeitos da análise.

Diante disso, as teorias que se desenvolveram durante os anos 1980 em relação à categoria "mulher" estavam sendo colocadas em xeque: grupos apontavam as diferenças sociais que as perpassavam, ao mesmo tempo, que se estabelecia uma

[29] Hennings cita autoras como Ângela Davis (1981) e Bell Hooks (1981), Audrey e Patrícia Hill Collins (2000 [1990]), Joan Scott (1988), Marilyn Strathern (1988), Donna Haraway (1991), Piscitelli, 2008) e Judith Butler (2003 [1990]).

crítica ao conceito de gênero. Deste modo, serão enfocadas vertentes teóricas que trabalham com interseccionalidades, que, segundo Baukje Prins (2006, p. 279 apud HENNING, 2015), são separadas em duas: a abordagem sistêmica/ estrutural e a construcionista, que se estabelecem “a partir principalmente de distintas concepções de poder, agência e estrutura/sistema”.

A primeira vertente, a abordagem sistêmica/estrutural, tem Kimberlé Crenshaw como uma das autoras de maior destaque. Crenshaw busca compreender as interações entre os sistemas de opressões que se confluem (como gênero, raça e classe) e superar a noção de superposição, focando suas análises nos impactos da estrutura sobre a formação de identidades. Piscitelli (2008) apresenta algumas críticas sobre essa abordagem, como a utilização do conceito de interseccionalidade a partir de Crenshaw de forma generalizada, pois essa formulação “funde a ideia de diferença com a de desigualdade” (PISCITELLI, 2008, p 267). Para a autora, outro problema é a forma como a abordagem conceitual de poder é empregada, não como uma relação, mas compreendendo poder “como uma propriedade que uns têm e outros não”, afastando-se dos pressupostos apresentado por Foucault, autor base dessa linha (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Já a segunda vertente, a construcionista, para Piscitelli difere da anterior porque, ao tratar a noção de poder a partir de Gramsci, tece uma concepção mais dinâmica em torno da noção de hegemonia e compreende a identidade social de forma mais relacional. Piscitelli (2008) destaca que, nessa abordagem, se “traçam distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (2008, p. 268), colocando os marcadores de identidade como recursos que possibilitam a ação, não os apresentando de forma limitantes. Piscitelli destaca como autoras dessa linha Anne McKlintock que pontua que raça, gênero e classe são categorias articuladas, que só “existem em e por meio das relações entre elas” e que estas não são análogas, mas existem em “relações, íntimas, recíprocas e contraditórias” (PISCITELLI, p. 268), em que é possível encontrar estratégias para a mudança.

Outra autora de destaque desta vertente é Avtar Brah, que argumenta partindo de uma visão pós-colonialista, pensando a categoria “mulheres” a partir daquilo que as diferencia. A proposta de Brah, segundo Piscitelli (2008), é compreender a diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como

identidade. Sendo assim, trabalha “diferença como categoria analítica” e pondera que, “como a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão, uma pergunta a ser constantemente feita é se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete a igualitarismo, diversidade, ou a formas democráticas de agência política” (PISCITELLI, 2008, p. 269)

Posta a importância do conceito de interseccionalidade sob esta perspectiva teórica e empírica para o debate acadêmico da atualidade, em particular nos estudos de gênero, se faz necessário pensar a recepção desse conceito no contexto histórico do movimento de mulheres no Brasil e na formação do ativismo negro brasileiro. No contexto mais amplo da América Latina, o debate sobre a interseccionalidade encontra diálogo com as teorias decoloniais e pós-colonais que correlacionam o olhar sobre as diferenças e colonialidade do poder (BERNARDINO-COSTA, 2015). E esse trabalho de se pensar a partir destas vertentes acontece, segundo Melo (2019), devido ao epistemicídio dos povos nativos e/ou escravizados, das regiões sul-americanas, em decorrência do imperialismo, do colonialismo e da imposição de valores eurocêntricos, em que a centralidade na razão europeia dificulta o processo de se pensar a condição subalterna dos povos nativos a partir de intelectuais que partam de um olhar situados nessas localidades.

No Brasil, a adesão à perspectiva da interseccionalidade aconteceu de forma mais demorada que no contexto anglo-saxão, mesmo já existindo artigos há mais de 30 anos sobre a temática, inclusive com autoras como Gonzalez e Carneiro, que, se não falam especificamente no termo, tratam da temática. Apenas nos últimos 10 anos que o conceito se tornou uma perspectiva potente nas pesquisas no país, em reflexões acadêmicas ou em debates nos meios digitais, na tentativa de se pensar os feminismos de modo mais plural, pondo em pauta os impactos sócio-político-culturais e a intersecção das opressões.

Para compreender a utilização do termo, convém retomar brevemente o percurso histórico de formação do movimento de mulheres, que, como já foi visto anteriormente, nos 1970 estava imerso na luta pela redemocratização, devido à ditadura militar em vigor, em uma busca da cidadania universalizante, não atentando à diversidade entre as mulheres. Imperava, assim, o ponto de vista das mulheres brancas, deslegitimando e silenciando as mulheres negras e de baixo poder social/econômico. Mesmo com o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em São

Paulo em 1978, as mulheres negras tinham pouco espaço para expressar suas pautas específicas. As opressões internas dentro do movimento negro e feminista levaram as mulheres negras a conflitos e rupturas até que suas especificidades fossem ouvidas (RIBEIRO, 1995; BAIRROS, 1995, CARNEIRO, 2003; RIOS E SOTERO, 2019).

Segundo Carneiro (2003), houve a necessidade de se "enegrecerem[30]" as pautas dos movimentos feministas, mostrando as experiências e lugares sociais distintos e "generificando" o movimento negro, a partir da consciência de que a identidade de gênero não se desdobra automaticamente em solidariedade racial, estabelecendo, assim, que, para as mulheres negras, cabe uma dupla militância, tanto ao se afirmarem enquanto sujeitos políticos quanto ao exigirem o reconhecimento das diferenças e desigualdades entre os sujeitos.

> [...] o movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. [...] É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (CARNEIRO, 2001, p. 121–122)

Deste modo, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela formatação dos movimentos negro e feminista, apontando que racismo e sexismo devem ser trabalhados juntos, discutindo a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais, uma vez que há "[...] o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão." (HIRATA, 2014, p. 69). Destacam-se algumas autoras brasileiras que escreveram diversos artigos nessa intersecção, para fugir de interpretações reducionistas e/ou essencialistas, e que tiveram um reconhecimento como participantes fundamentais na formação dos movimentos negro e feminista entre os

---

[30] *Enegrecendo o feminismo* é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para r as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais (CARNEIRO, 2003, p. 118)

anos de 1980-1990, como: Beatriz Nascimento (1976), Jurema Werneck (1992), Lélia Gonzalez (1983), Luiza Bairros (1995), Sueli Carneiro (1985), Matilde Ribeiro (1995), Nilza Iraci (1988). Luiza Bairros (1995) explica como essa concepção estava sendo trabalhada aqui no Brasil:

> Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461)

Lélia Gonzalez foi uma das autoras brasileira pioneiras a indagar a sociedade e a academia sobre desvantagens e privilégios sobre a raça, classe e o sexo. Lélia coloca que o racismo [se] “constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1984, p. 224). A autora parte do período escravocrata e da relação entre senhor branco (dominador) e escravo negro (dominado), para argumentar sobre os efeitos violentos do racismo e do sexismo na vida da mulher negra, pontuando que os estereótipos e as representações negativas das mulheres negras na sociedade brasileira são decorrentes dessa articulação entre o racismo e o sexismo, que atribui às mulheres negras papéis que se configuram entre mulata, doméstica e mãe preta, cada qual com características fixas. Assim, “o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama’’ (1984, p. 229), que, no contexto brasileiro, passa a ser compreendida como a “escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama-de-leite” (GONZALEZ, 1984, p. 229). Este elo persiste, com a mucama (a empregada doméstica, a mulher da periferia) sendo uma representação “aceitável” por ser “a da prestação de bens e serviços”. Já a mulata remete à mestiçagem, à negra (“crioula”) nascida no Brasil, independentemente da coloração de sua pele, essencializada em um corpo sexualizado, formado pelos seus seios e bunda avantajados e suas aptidões ‘naturais’ para danças tidas como sexualizadas. Gonzalez complementa que este estereótipo

de mulata é construído e absorvido para o homem branco “consumir”, sendo o carnaval o momento permissível de admiração e “endeusamento” dos atributos dessa mulher, mas que, no cotidiano, isso deixa de existir e ela transfigura-se na “empregada doméstica”. Outro engendramento a que a mulata remete é o de configurar a “raça negra como objeto” do colonizador, de “mercadoria, produto de exportação” (GONZÁLEZ, 1983, p. 239).

A outra representação destacada pela autora é a da “mãe preta”, em que a mulher negra é associada à submissão, passividade e amorosidade, por ser a responsável pelos cuidados maternos e socialização das crianças brancas. González destaca a importância dessa figura no processo formativo da cultura brasileira, mostrando-a como sujeito político de resistência: “Conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante. Foi por aí que ela africanizou o português falado no Brasil (transformando-o em ‘pretuguês’) e, consequentemente, a cultura brasileira (GONZÁLEZ apud BAIRROS, 2000).

A constituição das representações das mulheres negras como o “outro” objetificado, sexualizado e desumanizado, segundo Patrícia Hill Collins (2000), possui a função de justificar, manter e garantir o controle sobre grupos subalternizados, principalmente as mulheres negras. Essas “imagens de controle” são destinadas a “mascarar o racismo, o sexismo, a pobreza e outras injustiças sociais, fazendo-os parecer natural, normal e parte inevitável do cotidiano, sendo, assim, [as imagens de controle] fundamentais para a manutenção das desigualdades sociais”. (COLLINS, 2000 apud CARDOSO, 2014, p. 978)

Esses processos opressivos e de explícita violência impostos pelo racismo são experimentados de formas distintas em relação ao gênero, pois, segundo Avtar Brah (2011, p. 188), o “racismo codifica distinções de gênero, embora pareça subsumi-las. O processo de subsunção é importante para impor uma unidade ‘imaginada’ e ‘imaginária’ ao grupo racializado”. Assim, essa objetivação da mulher, principalmente da mulher negra, historicamente associada ao corpo, “marca o lugar de significação da diferença, e representada como a alteridade radical contraposta à figura do homem branco, vinculado à mente e à racionalidade”. (SANTOS, 2016, p. 16)

Assim, pensar a interseccionalidade no Brasil é fornecer as ferramentas analíticas para se compreender as articulações das múltiplas desigualdades

(PISCITELLI, 2008), estabelecendo pontes com perspectivas pós-estruturalistas e decolonialistas, possibilitando às autoras que utilizam essa perspectiva ter um engajamento crítico “com seus próprios pressupostos de maneira reflexiva, situada e responsável” (RODRIGUES, 2013).

Estas apropriações, contudo, não são lineares. Rios e Sotero (2019, p. 3) apresentam algumas tensões e disputas em relação à interseccionalidade apoiadas na crítica à colonialidade. Para Ochy Curiel (2017), autora decolonial, esta teoria teria como foco produzir demandas por reconhecimento e não a emancipação, “perdendo, assim, a capacidade de crítica substantiva ao processo de produção das opressões, antes compreendendo-as como algo dado na conversão de diferenças em desigualdades”. Da mesma forma, Akotirene (2018) defende que, se não trabalhado adequadamente o conceito de interseccionalidade, o pensamento neoliberal pode reduzi-lo ou simplificá-lo.

2.3. Espaço generificado e feminismo periférico

Para realizar uma análise que pensa as representações e identidades de um determinado grupo do tecido social, em específico o das mulheres periféricas da cidade de São Paulo, é importante pensar as relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço. Semelhante procedimento permitirá que nos aproximemos das diferentes manifestações espaciais e territoriais que estes sujeitos constroem durante suas práticas nos espaços da cidade.

É importante iniciar ponderando sobre a concepção de espaço geográfico, entendendo-o concomitantemente com as categorias de gênero nas suas interseccionalidades de raça e classe, conforme compreendem as chamadas Geografias Feminista e Queer[31]. A partir desta perspectiva, as questões

[31] Para mais informações sobre essa vertente teórica do campo da geografia, ver texto de Silva (2009), no qual a autora nos apresenta um panorama do desenvolvimento histórico e geográfico do movimento feminista. Nesse estudo são apresentados autores do campo da geografia que utilizam essa linha de pensamento e expostas algumas das perspectivas que sustentam essa área. Ao adotarem o conceito de gênero em suas pesquisas geográficas, permitiu-se “avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres”. (SILVA, 2009, p. 35)

socioespaciais são compreendidas tendo em vista os pressupostos de Milton Santos (1978), o qual entende espaço[32] como uma instância da sociedade transformada pelo homem, que é reflexo e fator social, sendo um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como estruturas representativas de relações sociais que estão acontecendo e se manifestando historicamente através de processos e funções. Diz Santos: "[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. E, como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia". (SANTOS, 1978, p. 145)[33].

Assim, entende-se que o espaço é produto das inter-relações e é estruturante das relações socioeconômicas e sociorraciais, uma instância da sociedade que se correlaciona com as demais instâncias. "O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares" (SANTOS, 1978 p. 122), possibilitando a existência de uma sociedade de diferenciação política dinâmica e multifacetada, coexistindo trajetórias não fixas e distintas. Esta diferenciação, segundo Smith (2002), é devida ao fato de esse espaço estar imerso em uma sociedade capitalista, encontrando-se, assim, intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças e gênero. (GARCIA, 2010; SANTOS, 1990; SMITH, 2002; REIS, 2015)

A realidade social se modifica constantemente e, para conhecê-la "é preciso fazer recortes e mediações" (REIS, 2015, p. 24). Assim, entende-se aqui o espaço geográfico como uma instância política, aberta, vívida e heterogênea conforme Doreen Massey (2008, p. 49) nos apresenta.

A análise do espaço geográfico a partir das categorias de gênero nas suas interseccionalidades de raça e classe ajuda a pensar as formações identitárias partir dos lugares peculiares das experiências/ vivências cotidianas dos sujeitos As

---

[32] Entende-se espaço e território como flexíveis e mutáveis. Santos (1978) demarca a diferenciação entre território e espaço da seguinte maneira: "a utilização do território pelo povo cria o espaço". Reis (2015) nos apresenta um panorama sobre como Milton dos Santos compreende essa diferenciação: "O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área."

[33] "O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções" (SANTOS, 1978, p. 122).

formações identitárias, segundo Joseli Silva (2009), apoiada em Butler (1993), sugerem que a representação da identidade de gênero do sujeito é exercida pela performatividade, só ocorrendo por meio da territorialidade e historicidade desse sujeito, pois:

> A interação dessas entidades jamais permite a reprodução ideal da norma de gênero subjetivada em práticas corporais, havendo uma cisão entre a norma que regula a atuação e a atuação regulada pela norma. Não são redutíveis uma à outra, e, nesse sentido, a identidade é constantemente subvertida e aberta ao novo. É nesse contexto que se estabelece a necessidade da política identitária em que se estabelecem os processos de exclusão. O espaço, nesse sentido, compõe o gênero performático, mas ele também compõe os atos subjetivados que se diferenciam do ideal de gênero, jamais realizável em sua concretude. (SILVA, 2009, p. 99)

Compreender o espaço generificado, nesta perspectiva desconstrucionista, acaba por engendrá-lo em uma perspectiva paradoxal (ROSE, 1993), pois, além de ser construído permanentemente a partir dos ideais dicotômicos de masculinidade e/ou feminilidade, é composto das representações sociais hegemônicas dos gêneros e das sexualidades e é produzido também pela desconstrução dessas representações, por meio das ações espaciais desempenhadas pelos sujeitos, o que faz do espaço algo fundamental nesse processo de construção/desconstrução. Assim, existem particularidades entre homens e mulheres na relação com o espaço, e de como estão situados neles. Ao se pensar o espaço cotidiano de grupos sociais marginalizados, as representações de ordem socioespacial também são específicas, devido a suas experiências e vivências cotidianas, levando em consideração seu dinamismo. (FRANCO, 2004; SILVA, 2003)

Como já foi mencionado anteriormente, para que tanto gênero, quanto outros marcadores, como classe, raça, sexualidade e localização territorial fossem colocadas em pauta pelo movimento feminista, este teve que refletir sobre os espaços de poder e se questionar sobre o sujeito do feminismo, outrora universalizado como sendo de mulheres brancas heterossexuais. Além disso, os movimentos feministas de regiões periféricas, como a América Latina, buscam desconstruir a visão eurocêntrica dentro do feminismo hegemônico, que embebe suas pautas e seu viés teórico numa perspectiva teórico-política descolonizada que combate o patriarcado:

> A pretensão colonizadora não apenas provém das faces do poder patriarcal, mas também de um feminismo ilustrado, branco, heterossexual, institucional

> e estatal que, tornando invisíveis suas marcas de raça, classe e sexualidade (dentre outras) estabeleceram suas experiências particulares como medida universal, escondendo, e assim reproduzindo, sua posição de hegemonia em relação às mulheres subalternas/ subalternizadas (FABBRI, 2011, p. 71).

Neste sentido, Oliveira e Rodrigues (2013) pontuam que este feminismo decolonial, que emerge na América Latina, está sistematicamente ligado ao combate à desigualdade social, construindo suas próprias formas de lutas, e de teorias que reflitam a partir das suas demandas e da diversidade dos sujeitos dos feminismos, buscando romper com as "relações de poder capitalistas, racistas e patriarcais". (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013, p. 7).

E é deste local de reconhecimento dos cruzamentos das diferenças que os feminismos periféricos brasileiros partem, compreendendo que as convivências dentro dos territórios periféricos transformam as vivências dos sujeitos, através das suas práticas, reflexões e ações. Oliveira (2019) analisa o feminismo periférico[34], propondo-se a refletir sobre as relações de gênero atravessadas pelas desigualdades no espaço urbano periférico. Reporta como são retratadas as mulheres da periferia nos trabalhos acadêmicos na literatura sobre feminismo brasileiro, e como foi o processo de apropriação e representação pelas mulheres da periferia, questionando a dicotomia: movimento de mulheres e movimento feminista, na qual geralmente estão inseridas, na medida em que semelhante dicotomia dificulta a "práxis das relações de gênero, reproduzindo hierarquias sociorraciais e limitando nossas percepções sobre processos políticos que colaboram para ruptura das opressões". (OLIVEIRA, 2019, p. 87). Para a autora, o feminismo periférico é a manifestação da subjetividade coletiva de mulheres periféricas que se propõem combater machismo, racismo, capitalismo e colonialismo no contexto das periferias (OLIVEIRA, p 15) e:

> [...] pode ser uma experiência que desencadeie em sua práxis (ação e reflexão), no sentido gramsciano, esses processos territoriais através da nossa busca pela ancestralidade feminina em nossas vidas e em nosso território. As nossas narrativas tentam resgatar memórias que são histórias pouco contadas, de muitas fronteiras, entre campo e cidade, entre nordeste e sudeste, entre feminismo e machismo, entre negras e brancas, entre periferias-mundo. São muitos encontros que, ao olharem para trás, firmam visões no presente, reinventando os horizontes que estão por vir a ser observados. (OLIVEIRA, 2019, p. 41)

[34] Estuda narrativas sobre o feminismo periférico da zona sul paulistana, no período de 2011 a 2017, mas compreendendo que este já existia enquanto experiência anterior à sua organização e nomeação enquanto tal. Apoia-se nas falas de ativistas da Fala Guerreira, e na própria vivência.

Oliveira argumenta que feminismo periférico recria a noção tradicional de feminismo, a partir da experiência e das práticas políticas das mulheres periféricas, territorializando as relações de gênero, isto é, colocando em pauta as especificidades circunscritas ao “ser mulher” localizada e levando em conta os marcadores sociais da diferença envolvendo classe, raça, gênero, sexualidade etc. A autora assinala ainda que “as relações de gênero na periferia produzem outras masculinidades e feminilidades” (2019, p. 161) e que há uma busca por diferenciação em relação ao sujeito hegemônico do feminismo, que opera como um dos princípios que as une, um grupo heterogêneo que compartilha a ânsia de falar e agir por si próprias, a partir de seus cotidianos. O grupo valoriza situações cotidianas como um lugar político, busca fortalecer “subjetividades rebeldes” que estão em movimento, escutando umas às outras e tecendo resistências nesses territórios. As resistências são construídas principalmente em processos coletivos de resgate de sentimentos e memórias de resistência às opressões, por meio de ritualizações que visam reconhecer suas potências de transformação coletiva, em que o encontro se torna ação política:

> Por isso que a dimensão de encontrar como agir político nos dá essa unidade, porque é nesses momentos que manifestamos nossa subjetividade e nos encontramos coletivamente. Estar juntas, nos encontrar, é nossa primeira ação política, já que sabemos a dificuldade que é para **Nós, Mulheres da Periferia**, e tantas outras mulheres, se reunirem para refletir sobre nós mesmas, sobre como vivemos e o que vamos mudar daqui pra frente, depois de mexer com tudo isso dentro de nós. Essa dificuldade se relaciona com nossa condição de mulheres que trabalham, que cuidam de outras pessoas, que são mães, que estudam, que são militantes, que são companheiras, que têm uma pá de fita pra resolver no dia. (OLIVEIRA, 2019, p. 163)

Deste modo, a autora enfatiza que o feminismo periférico possui uma perspectiva comunitária, que acontece na troca, no encontro, quando as mulheres se reconhecem nas histórias das outras, por meio de quatro processos de experiências: a intelectualidade ligada à intervenção política e à valorização do cotidiano, o resgate da ancestralidade e memória, a construção do território enquanto condições coletivas e de memórias sociais e de afeto, como “prática política de fortalecimento de mulheres” (2019, p. 164). Além disso, a autora identifica a marcação de mulheres periféricas como uma fronteira entre o “machismo e feminismo na busca por nós mesmas”, (2019, p. 161), que problematiza o machismo estruturante inserido na

vivência periférica e, ao mesmo tempo, questiona o movimento feminista hegemônico, por não legitimar e reconhecer as demandas específicas dessas mulheres.

Jonas Medeiros (2017) pontua que, para a formação do Feminismo Periférico, os processos de sociabilidades imprescindíveis foram a centralidade da família, as diversas religiosidades e o processo emergente de democratização do ensino superior na última década, que prolongou a escolarização de muitas militantes que chegaram às universidades. Para Medeiros, em contraste com o ciclo anterior[35], no lugar das Comunidades Eclesiais de Base e do samba, que possuíam um foco mais assistencialista, lutando por políticas públicas que pudessem efetivar os direitos das mulheres, agora aparecem os movimentos culturais periféricos, que fomentam a interlocução com o poder público em relação às políticas culturais, intensificando a noção de cultura periférica. Emergem, assim, coletivos feministas que atuam principalmente em saraus periféricos e no movimento Hip Hop. Além disso, o autor defende que o atual Feminismo Periférico não tem uma mediação institucional e organizada, comum ao momento político anterior, formada principalmente por uma assessoria técnica externa na aliança entre ONGs pioneiras do feminismo negro (a exemplo do Fala Preta! e Geledés) e com partidos de esquerda, principalmente com o PT. Com isso prevalecem os “feminismos das esferas públicas digitais” (2017, p. 174), que se articulam nas redes sociais da internet, sendo estas atuações em redes potencializadas mais “pelo caráter de autocomunicação de massa das redes sociais digitais – do que por uma aliança entre classes”, ao mesmo tempo que se mantêm as características autônomas das produções culturais das periferias. (MEDEIROS, 2017, p. 215)

Zelinda Barros ([s.d.], [n.p.]), na mesma linha, pontua que as redes e as tecnologias de informação e comunicação (TICs), possibilitaram novas ações e expressões políticas para as mulheres, ao ampliaram o alcance das ações de reivindicação de direitos. Ao mesmo tempo, deram ensejo à construção de narrativas informativas que permitiram transpor as barreiras geográficas, interconectando espaços e pessoas como nunca. A partir do início do século XXI, há uma mudança na

[35] O autor constrói sua narrativa sob uma perspectiva que contrapõe o feminismo periférico e o feminismo popular. Neste trabalho, não iremos nos deter na terminologia e na construção teórica e histórica do feminismo popular, relacionado aos movimentos de mulheres surgidos nas décadas de 1980 e 90. Para mais informações consultar a tese de Medeiros (2018), citada na bibliografia.

organização dos movimentos sociais, que iniciam processos de colaboração entre grupos mais explícitos, com uma preocupação de disseminação crítica contra-hegemônica, e como já abordado anteriormente, a partir de articulações em “redes e o uso de tecnologias móveis e internet para se articularem e difundirem informações” (SANTOS, 2019, p. 45). Segundo Machado (apud SANTOS, 2019), os movimentos sociais organizados em redes online adquirem nove características: 1) Horizontalidade e flexibilidade das redes; 2) Tendência coalizacional; 3) Existência dinâmica ou segundo objetivos ou fatos; 4) Minimalismo organizacional-material; 5) Universalismo e particularismo das causas; 6) Grande poder de articulação e eficiência; 7) Estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas; 8) Multiplicidade de identidades / circulação de militantes; 9) Identidade difusa dos sujeitos sociais.

A atuação no meio online, portanto, gera grande fluxo informacional, com mensagens que fomentam a organização, a ação e a construção da perspectiva ‘teórica’ desses movimentos, além de demandar mais especialização e uma atuação intensa na produção de conteúdo, veiculação e debates.

Neste cenário, o jornalismo ativista se constitui como uma forma de conhecer as realidades e construir resistência, um jornalismo consciente de sua responsabilidade social, que pensa suas pautas partindo de uma visão contra-hegemônica, respeitando a pluralidade e voltando-se para comunidades e para o direito à informação de todos os cidadãos, principalmente das minorias sociais (SANTOS, 2019). Desta forma,

> O jornalismo ativista como parte da comunicação mobilizadora pode ser utilizado tanto para conscientizar o público e aumentar a visibilidade do movimento social ao qual ele se vincula, quanto para gerar um processo de aprendizado e militância dos próprios ativistas e jornalistas. A facilidade de veicular a informação e conhecimentos gerados pela internet pode ser um incentivo para movimentos sociais investirem mais nas práticas comunicacionais, especialmente em um contexto de ativismo online intenso e crescente. (SANTOS, 2019, p. 53).

A ascensão das mídias alternativas e do jornalismo ativista contra-hegemônico no Brasil, desde o ano de 2013, que reivindica principalmente direitos sociais e consolidação democrática da nação, configura um novo formato do fazer jornalístico,

> mais dinâmico, com responsabilidade social mais definida, com o senso de direitos humanos presente na escolha de pautas e com o aproveitamento sucessivo de formas inovadoras, através dos potenciais tecnológicos que estão à disposição: redes sociais, sites, blogs, novos aparelhos de telefonia móvel. Um trabalho que aparentemente se apresenta mais próximo do público que busca pautas alternativas e também quer participar dessa construção midiática. (ARAÚJO, 2018, p. 88)

Outro ponto que se destaca nesse fazer jornalístico é a reivindicação de mudanças no marco legal das comunicações, salientando a necessidade de democratizar os meios de comunicação, para buscar veículos comunicacionais que tenham como princípio o compromisso ético, vinculado às questões democráticas e de direitos humanos, em consonância com o direito ao acesso à informação e também à livre expressão, garantidos pela Constituição Brasileira, no artigo 220[36].

Araújo (2018) argumenta que, apesar de "consagrada em documentos que possuem representatividade e alta força jurídica e humana" (2018, p. 22), e por não se possuir no Brasil a regulamentação dos artigos constitucionais que tratam da comunicação social, não há um processo de democratização desse setor, enfatizando que a luta por essa demanda, oriunda de diversos movimentos sociais, é para que esta pauta seja tratada no legislativo nacional com maior propriedade e se torne ponto estratégico na pauta governamental[37].

Além desse desafio da regulamentação, é expressiva a falta de representatividade racial e de classe na profissão do jornalista no Brasil[38], o que dificulta a democratização das informações e da comunicação, enraizando "narrativas estereotipadas em relação a algumas conjunturas – como no caso das periferias" (SILVA; NONATO, 2019, p. 2). A internet se configura, assim, como uma possibilidade para a produção de um jornalismo alternativo e autônomo que visa transpor os limites geográficos e sociais, desmistificando os estereótipos das periferias, a partir de um

---

[36]Disponível no link: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_220_.asp#:~:text=220&text=Da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Social-,Art.,observado%20o%20disposto%20nesta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.

[37] Várias pesquisas têm demonstrado a concentração da produção de informação no país, como: a do Coletivo Intervozes que por meio de indicadores apresenta um panorama sobre esta concentração, enfatizando a ausência de um marco legal eficaz que promova a pluralidade e diversidade de discursos; o Atlas da Notícia, demonstra que o país possui um "extenso deserto de notícias", devido à constatação de que 4.500 municípios, não possuem registros de meios noticiosos impressos ou digitais no próprio território em que vivem; outra ação de pesquisa detectada é a busca por novas pesquisas que analisam a mídia independente no Brasil e seus conteúdos, exemplificando com o projeto Olho na Rua (ARAÚJO, 2018).

[38] Mick e Lima (2012)

falar de quem vivencia o dia a dia desses locais, abrindo espaços para vozes dos locais, “além de pôr em debate questões sociais, culturais, políticas e econômicas sob a ótica das periferias” (SILVA; NONATO, 2019). É a partir dessas narrativas jornalísticas mais localizadas, nas mídias digitais, que se pretende discutir as representações e identidades das Mulheres Periféricas. Mas, antes, é importante compreender como esse termo vem sendo tratado e conceituado na academia.

2.4. Sujeito periférico generificado: Mulheres da periferia

Neste item, encerrando o capítulo, será estabelecido um diálogo com as questões colocadas nos itens anteriores, pois, para pensar o site do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia***,* se faz necessário entender de antemão o que se compreende por sujeito periférico mulher. A abertura se dá com um breve repasse dos principais argumentos apresentados.

Para se pensar esses sujeitos, partimos da indagação sobre a trajetória do termo periferia desde a década de 50, indicando que, apesar de o termo ser empregado por teóricos, pelas mídias e pelos próprios sujeitos periféricos, seu significado não é o mesmo e possui diferentes conotações. Desta forma, apresentamos a concepção de periferia desta pesquisa, como um espaço paradoxal, pensado a partir das complexidades existentes em suas estruturas e em suas relações históricas e culturais com a sociedade. Nesta concepção, o termo deixa de ter como base a delimitação geográfica, de bairros afastados do centro e consolida-se como “um modo compartilhado de estar no mundo” (D’ANDREA, 2013, p. 45), carregado de subjetividade, de identidade comunitária e um discurso a partir da valorização das experiências que lidam com os estigmas inscritos nesses sujeitos.

Esse alargamento do termo periferia apresentado por D’Andrea (2013) aponta a existência de quatro elementos: pobreza, violência, cultura e potência. Entretanto, conforme colocamos no capítulo anterior, a utilização desses elementos necessita ser repensada a partir de perspectivas que contemplem os sujeitos moradores da periferia olhando-os a partir de suas complexidades, multiplicidades e dos diversos marcadores da diferença que os subscrevem.

Deste modo, a partir dos cruzamentos identitários, compreende-se que o ser morador das periferias não pode ser pensando de maneira única, pois há diversas possibilidades de se ser esse habitante da periferia, conforme as trajetórias de vida dessas pessoas, suas experiências comuns, vivenciadas no cotidiano, as suas relações com os outros e as condições socioeconômicas das localidades onde habitam e o modo como circulam na cidade.

A experiência social do ser periférico é um processo contra-hegemônico, corporificado (generificado), contextualizado, racializado, urbano e é calcado fundamentalmente na segregação socioespacial. E, por ser um termo complexo, carregado de significações, há uma necessidade de compreendê-lo olhando para as diferenças e desigualdades de gênero, de sexualidade, racial, geracional, territorial (dentre outras), observando as relações de poder que podem revestir nossos vínculos políticos e dar visibilidade/ invisibilidade a alguns corpos/mentes periféricas.

Há heterogeneidade na periferia e em ser/sentir-se periférico, até mesmo ao não assumir esta identidade de sujeito morador da periferia[39]. Neste processo, o reconhecimento da categoria periferia e do sentir-se periférico, gerou um sentimento de pertencimento a uma situação social compartilhada, que se deu principalmente por meio da arte e tornou-se uma maneira de estabelecer uma diferença entre os outros grupos sociais que habitam a cidade. (D'ANDREA, 2013; NASCIMENTO, 2018; OLIVEIRA, 2019).

Com este embasamento teórico, ao enfocarmos as representações sociais acerca das periferias e seus moradores, é necessário estabelecer uma recusa às visões estigmatizadas, reducionistas, estereotipadas e desqualificadoras dos territórios periféricos. Compreendemos esses sujeitos com base na chave identitária que parte das concepções de Stuart Hall (2005), pensador que compreende que os indivíduos na Modernidade passam a ter uma identidade múltipla e multifacetada, em constante construção e transformação, produzida a partir do local histórico e social do sujeito, demarcadas a partir da diferença, marcadas pela liquidez dos novos tempos (BAUMAN, 2001), articulando-se em um mundo repleto de artefatos tecnológicos,

[39] Esse entendimento de ser/sentir-se periférico pode vir também do "relacionamento com pessoas de outra pertença sociorracial, num processo de diferenciação", pois mesmo sujeitos que não se enquadram nesses discursos, suas vivências e posicionamentos atravessam suas relações sociais (OLIVEIRA, 2019, p. 156).

tendo a sua representação, a projeção da autoimagem e a do “outro”, advindos em grande parte das mídias e dos sistemas de informação.

A partir disso, indagamos sobre mudanças nas práticas políticas e sociais junto à atuação de movimentos sociais nos últimos anos, que identificam no ambiente virtual uma abertura para as mobilizações, um ambiente propício para as práticas e expressões coletivas, com novas significações e endereçamentos múltiplos (NATANSOHN, 2013), um espaço que pode viabilizar uma comunicação mais horizontal, com maior alcance e fluxo de compartilhamento da informação, tornando possível a construção e o intercâmbio de comunidades/ redes que considerem as diferentes esferas da sociedade (ALBU, 2017).

Com essa base, foi construído um recorte histórico sobre as trajetórias das lutas e dos caminhos dos movimentos das mulheres no Brasil, para, em seguida contextualizar e ampliar as discussões sobre o conceito de Interseccionalidade, essencial para pensar o sujeito mulheres periféricas. A essa discussão agregou-se a do espaço generificado, discutindo autores/as que fazem ponte com perspectivas pós-estruturalistas e decolonialistas, pensando as relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço.

Em levantamento anterior[40], foi possível verificar o crescimento e ampliação de pesquisas acerca das mulheres periféricas na academia, especificamente nas ciências sociais. Apesar da variedade teórica e metodológica, saltou aos olhos a presença da perspectiva da interseccionalidade, que dialoga com esta pesquisa, para as reflexões sobre as mulheres habitantes da periferia. No vasto universo que levantamos[41], há uma predominância de teses, dissertações e artigos que embasam tais discussões na desuniversalização do sujeito do feminino.

Trabalhos como os de Célia Silva (2011) amparam esta pesquisa. A autora ao afirmar que as produções de comunicação alternativas exaltam o protagonismo

---

[40] Para esta pesquisa, foi realizado um Estado da Arte que buscasse retratar, a partir dos trabalhos acadêmicos, alguns dos aspectos e dimensões que vêm sendo destacados, debatidos e privilegiados quando o assunto é mulheres habitantes da periferia no Brasil. Foram utilizadas como base de pesquisa três bibliotecas online: a plataforma SciELO, Google Scholar e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como palavras descritoras foram empregados os termos “mulheres da periferia” e “mulheres periféricas”, nas três bibliotecas online. Mais informações estão no Anexo 3.

[41] Ao somar os resultados encontrados pelos três repositórios de pesquisas, o levantamento expressou um total de 326 trabalhos acadêmicos que se utilizam da terminologia base da nossa pesquisa, **mulheres moradoras das periferias**, dentro do campo determinado. A partir desse mapeamento iniciou-se um trabalho de leitura flutuante (baseado em Bardin), categorização e tabulação dos textos encontrados.

discursivo dessas vozes, que até pouco tempo eram silenciadas, com poucos espaços para falar sobre si, pontua que esta situação começa a se alterar devido ao acesso e à instrumentalização de outros sujeitos sociais, que já fazem uso das Tecnologias da Informações e da Comunicações (TICs), inclusive no contexto dos movimentos sociais, o que "está proporcionando a construção de discursos, cuja marca são a diversidade e a pluralidade de olhares e sentidos" (SILVA, 2011, p. 105). Por meio de projetos, coletivos e associações de jovens mulheres negras e/ou periféricas visam superar a falta de reconhecimento pelos meios de comunicação e "tentam de forma propositiva subverter modelos de representação dominantes, com imagens e práticas mais condizentes com a realidade de interação simbólica que caracteriza a sociedade brasileira" (SIVA, 2011, p. 103). Nas palavras de Heloísa Buarque de Hollanda:

> Pela via da cultura, mulheres das favelas e das comunidades carentes da periferia começam a apresentar um novo discurso, de alto poder interpelativo e político, que vai conquistando espaço não apenas em suas comunidades locais, mas também nas conexões que vêm se estabelecendo nestes últimos anos entre as vozes da periferia e a experiência social e cultural das classes médias. (HOLLANDA, 2010 apud SILVA, 2011)

Essas mulheres periféricas constroem, assim, discursos que partem do pressuposto de que são sujeitos políticos e intelectuais plenos de subjetividade e que encontram nesses espaços midiáticos caminhos para o desenvolvimento/ estabelecimento de suas produções e expressões legítimas de suas formas de culturas visando superar a falta de reconhecimento dos meios de comunicação exaltando novas subjetividades e sensibilidades no espaço público, que contemplem as necessidades dos grupos minorizados, ajudando, dessa forma, na construção e na formação de sujeitos políticos, conscientes de sua identidade racial e protagonismo (SILVA, 2011).

Outra autora que auxilia a pensar as potencialidades dos suportes midiáticos alternativos e digitais é Larissa Nascimento (2018)[42]. Esta autora argumenta que as escritoras negras periféricas, por meio de suas narrativas, ajudam a restaurar os imaginários silenciados e negativados de mulheres negras periféricas, restituindo identidades e pertencimentos. Ela afirma que essas mulheres estão em constante

[42] A autora, em sua tese, discute essas potencialidades a partir das obras literárias de autoras negras periféricas, focando nas narrativas jornalísticas produzidas por Karla Maria; cordéis compostos por Jarid Arraes e os slams e poesias compostas por Ryane Leão e Jarid Arraes.

processo de descolonização do conhecimento, retirando do contexto no qual vivem a substância para suas reflexões: “intelectuais negras(os) são levadas(os) às atividades acadêmicas devido à própria subalternização e às inúmeras violações de que são vítimas”, fazendo, assim, das suas escritas acadêmicas (ou não) formas possíveis de militância que visam desconstruir mecanismos sexistas, racistas, classistas e meritocráticos. Nascimento (2018), ao falar sobre a escrita das autoras analisadas, assinala que:

> São escrituras que possibilitam o direito de fala das mulheres negras periféricas vítimas da “máscara do silenciamento” e, assim, desestabilizam o poder eurocêntrico patriarcal, como único enunciador histórico autorizado. Trata-se de escrituras transgressoras do epistemicídio, na medida em que restauram imaginários de legados de luta da negritude, tanto numa acepção histórica do passado apagado quanto numa dimensão das narrativas do presente; tanto num macrocontexto, pensando os eventos históricos externos, quanto num microcontexto, investigando as demandas interiores da alma das mulheres negras. Jarid Arraes, Ryane Leão e Karla Maira são autoras negras periféricas que representam narrativas contra-hegemônicas, reabilitam o contato com a autonomia de suas próprias vozes e, logo, inspiram suas leitoras, e demais mulheres estudiosas, a fazerem o mesmo, construindo suportes de atuação e mecanismos de resistência social para a comunidade negra. (NASCIMENTO, 2018, p. 247-248)

A partir da análise das obras dessas mulheres, que utilizam as redes sociais virtuais para disponibilizar os seus trabalhos, a conclusão a que se chegou é que estas se apropriaram habilmente desses suportes, possibilitando maior interação interpessoal, circulação e construção do conhecimento, inovando e democratizando a produção de narrativas literárias. Assim, “trata-se de se valer das potencialidades estratégicas no uso dos suportes virtuais para reescrever e fazer audíveis as vozes das escritoras negras periféricas” (NASCIMENTO, 2018, p. 248).

Regiany Freitas (2018), ao falar sobre o processo de autorrepresentação da condição feminina, enfatiza que a “identidade discursiva” (FREITAS, 2018) das mulheres da periferia implica um lugar de existência por meio da resistência. E que, no processo de reconstrução identitária, são evocados alguns ethos sobre essas mulheres. Por exemplo, no discurso que exalta sua luta e resistência, ao “evocar o Ethos de mulheres fortes e corajosas, o discurso mobilizou a imagem de um fiador capaz de participar de um mundo ético de resistência e enfrentamento de tais opressões e desigualdades sociais” (FREITAS, 2018, p. 111). Outros ethos construídos sobre as mulheres periféricas e postos à prova foram: a crítica à

construção do Ethos da “boa mãe”, corajosa e guerreira, que carrega toda a responsabilidade dos cuidados com o lar, evidenciando, no discurso das protagonistas, a maternidade ancorada “em uma topografia marcada pela ausência e pela opressão” (2018, p. 109). Quando a autora argumenta sobre a temática pobreza, observa uma busca por ressignificar os sentidos da pobreza, que tradicionalmente associam a imagem das mulheres pobres e da periferia à miséria, à carência de material ou falta de direito e são compensados pela atribuição de riqueza aos bens imateriais, como virtudes, afetividade, solidariedade, atributos que as mulheres pobres podem possuir. Quando enfoca o racismo, a autora entende que o discurso desses sujeitos está ancorado novamente à “opressão, marcada pela solidão e pelo silenciamento” (2018, p. 110), possuindo uma relação discursiva com o imaginário da escravidão.

Já Morgin (2019) realça que as figurações construídas do ser mulher da favela e periferia em muitos romances estão diretamente relacionadas com as letras de rap, não se diferenciando da relação de gênero dominante, apresentando a mulher submissa e objetificada. Mas o aumento da participação de mulheres no movimento hip-hop e nos saraus e slams nos últimos anos começa a inserir outras representações da mulher e outras formas de compreensão da identidade feminina na periferia, como a mulher que “luta, enfrenta, busca, amamenta”, aumentando, assim, a reflexão sobre o papel das mulheres na realidade periférica, buscando não reproduzir os mecanismos de poder (MONGIN, 2019).

Nesse sentido, Matsunaga (2008) aponta a importância da presença de grupos como do movimento hip hop na construção das identidades de gênero, apresentando algumas das representações sociais da mulher presentes nas letras de rap a partir da comparação entre as de autoria feminina e masculina. A autora constata que as letras escritas por mulheres falam normalmente sobre suas experiências pessoais e sobre o modo como constroem suas identidades. Já as letras dos homens possuem um conteúdo mais abrangente sobre os acontecimentos que ocorreram no bairro. Segundo a autora, as representações de mulher presente no discurso do rap apontam três papéis sociais: o de mãe, personagem mais valorizada pelos rappers, sendo muito exaltada nas letras, como aquela destinada às funções do cuidado com a família e com o “lar”, fornecedora do “amor incondicional”, representando, muitas vezes, a autoridade na periferia, por ser responsável pela manutenção familiar, em seu aspecto

econômico e social; a mulher/ namorada, em que a representação da mulher em relação à sua sexualidade apresenta uma idealização da mulher brasileira como sendo naturalmente sensual, sendo esta “dimensão sexualizada” utilizada de forma dicotômica (“prostituta”, “santa”), positivando a mulher negra, como “linda e sensual”, em outros momentos negativando-a como “promíscua e vulgar”; a batalhadora, enfatizando a força, a luta, a garra, os sofrimentos com as adversidades da vida dessa mulher da periferia e/ou negra:

> O discurso hip hopper procura, portanto, o reconhecimento identitário e a inclusão social realçando aspectos que não somente são valorizados pelos periféricos, mas pela sociedade em geral, utilizando nas letras referências positivas do homem, que tem ao seu lado uma “boa” mulher. Um exemplo disto se refere à sexualidade. A vivência da sexualidade por parte das mulheres de forma livre é um “tabu” não somente no hip hop. Esta dicotomia moral permanece no movimento, reforçando uma representação deste como um contexto moralmente aceitável, pois está em sintonia com os preceitos da sociedade brasileira. [...]
> O hip hop reivindica um reconhecimento identitário positivado, alicerçado na positivação da negritude e da periferia (ainda que estes se sobreponham em muitos casos), apresentando, em seu discurso, para a efetivação desta positivação, discriminações de gênero que reforçam o discurso geral/público sobre a mulher. O sentimento e a tentativa de inclusão reiteram, portanto, em relação à distinção de gênero, a supremacia masculina. A tentativa de reverter este quadro está presente, principalmente, no discurso das mulheres que fazem parte do movimento e reivindicam para si outras representações e relações. Elas apontam, portanto, que o hip hop “pode” se configurar de outra maneira, mas isto dependerá de suas lutas, das reflexões e dos debates. (MATSUNAGA, 2008, p. 115)

Izabela Ramos (2016) alega que estes aspectos contidos na identidade “periférica” são recorrentemente destacados na produção artística e nas práticas de sociabilidade do movimento hip hop. E a publicação de **Mulheres de Palavra** (2016)[43] apresenta que o hip hop, a escrita sobre sua realidade, possibilitou outras perspectivas para essas mulheres habitantes das periferias entenderem seu “lugar” no mundo e na cidade, conferindo-lhes autoestima, resistência e espaço para ação. Para o autor, esta identidade constituída pelas mulheres hip hoppers se relaciona com um “ativismo de mulheres de periferia marcado pelo engajamento em movimentos que têm eco da formação das periferias paulistanas durante as décadas de 1970, 1980 e 1990”, devido à aproximação da perspectiva de luta por direitos fundamentais nas

[43] Pesquisa que entrevistou dez rappers (mulheres) do estado de São Paulo.

comunidades[44], e que ganham contornos particulares, na construção de uma identidade coletiva específica enquanto mulheres periféricas, que falam das dificuldades de sua comunidade e suas experiências pessoais. (RAMOS, 2016, p. 61)

Esse chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas cotidianamente por quem vive nesses locais, deixando viva a relação desses territórios a um passado colonial, é amplificado à medida que essas mulheres se apropriam dos espaços digitais, por meio dessa escrita autoral que retrata a realidade das autoras. Trata-se de uma escrita autorrepresentativa que alcança espaços de visibilidade e de escuta, colocando em pauta temáticas antes subjugadas, expondo desejos e demandas que por muito tempo foram silenciados nas relações patriarcais. Assim, Pilar Lago e Lousa (2017, p. 2) coloca que a autoria feminina ocupa um espaço de reivindicação do acesso à voz, visto que essas mulheres se enquadram como as subalternas das subalternas, por sofrerem opressões tanto dos grupos hegemônicos quanto dos próprios homens periféricos.

Pilar Lago e Lousa (2018), em sua análise[45] aponta a diversidade de olhares para as questões do feminino, mostrando a polifonia no tratamento das questões que acometem as mulheres, sendo que estas divergências podem se dar por não possuírem a mesma posição dentro da sociedade, por participarem de experiências culturais diferentes ou pelo fato de serem racializadas de formas distintas.

Outro ponto que a autora enfatiza é quão “individuais e coletivas são dimensões que se imbricam para romper silêncios” (2017, p. 166). Ela verifica ainda que há uma desconstrução, uma afirmação identitária e representativa, que quebra paradigmas reducionistas, rompe com silêncios e coloca a mulher como sujeito de suas próprias ações. E essa ressignificação da figura feminina que se dá por meio do corpo, da voz e do lugar de fala inscritos nos versos das autoras materializa, assim, a resistência em face das mais diversas opressões de gênero, raça e classe:

> Num processo de destruir para posteriormente construir, a imagem da mulher dócil, pacata e submissa, cujo corpo é controlado socialmente, dá lugar a uma representação mais real e emancipada, de uma mulher forte e trabalhadora, cuja voz rompe os silêncios e os espaços de dor. Essa mulher é consciente

[44] Este tópico relaciona-se com os recortes dos movimentos das mulheres trazidos por Oliveira (2019), dialogando com os Clubes de Mães da Zona Sul e sua relação com o movimento feminista da época. Aproxima-se de recortes do feminismo periférico atual.

[45] Pilar Lago e Lousa analisa os poemas e poesias de Elizandra Souza e Luiza Romão, autoras da literatura periférica da cidade de São Paulo.

> de seu poder individual e da força do coletivo, revela-se como agente de seu próprio discurso, não se deixando assujeitar. É ela, construída por meio dos versos, que pode promover uma mudança real de padrões e paradigmas literários, capaz de reconfigurar e ressignificar as relações sociais e literárias. [...] A desconstrução da representação feminina naturalizada se faz tão necessária para que se possa reconstruir mulheres reais por meio das obras e suas análises, por meio de nossas práticas diárias dentro dos estudos literários. Mulheres que sentem, que lutam, que se movimentam para além de serem objetificadas pelo discurso alheio, mas como portadoras de seus corpos e suas vozes. Mulheres que podem ser virgens, ser mães, ser deusas, ser musas, ser putas, ser livres e libertas contanto que essas sejam escolhas única e exclusivamente delas. Mulheres que só deveriam se curvar para as suas próprias convicções e cuja existência é em si um ato de resistir. (LAGO E LOUSA, 2018, p. 168)

Assim, esse processo de desconstrução representativa e identitária e a percepção da sua situação periférica, de descrédito social ou marginalidade, cria "rExistência", práticas, saberes e discursos construídos nas margens, possibilitando outras perspectivas para essas mulheres habitantes das periferias, criando espaços de reivindicação do acesso à voz, utilizando-se de discursos contra-hegemônicos a partir de práticas afetivas. Práticas que, potencialmente, conferem autoestima, resistência e espaço para ação. Essas mulheres tornam-se, então, sujeitos como "agentes potenciais de seus próprios processos educativos" (AMORIM, 2018, p. 29)

Outra perspectiva que ajuda a refletir sobre representação é a de Andressa Silva (2013)[46]. Ela problematiza a estereotipia e a sexualização dos corpos das personagens femininas negras e questiona as representações de afeto construídas para estas mulheres. A autora constata que, tanto nas representações da literatura brasileira do século XIX, quanto nas autorrepresentativas, há uma escassez de narrativas literárias que promovam, que construam as subjetividades dessas personagens pensando no amor conjugal. A autora aponta este como um traço dos desdobramentos do racismo e sexismo, e aponta que, apenas no texto de *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo, a autossuficiência da personagem retratada (semelhante às narradoras das letras de rap analisadas) não se tornou uma barreira na vivência afetiva dessa mulher.

As discussões apresentadas neste capítulo apontam para as pluralizações das vozes e demandas das mulheres periféricas, bem como para a desconstrução de

---

[46] Analisa e discute a representação das personagens femininas negras na literatura brasileira contemporânea, especificamente nos gêneros romance e rap, pensando as relações afetivas vivenciadas.

mitos, tabus e representações que as estigmatizam. Apontam ainda que a apropriação dos espaços de escuta possibilitados pelas mídias digitais são estratégia de resistência, luta e emancipação dessa parcela social negligenciada, que proporciona o rompimento do silêncio imposto e abre espaço para a desconstrução e aprofundamento de discursos, possibilitando fomentar o processo de (des)construção da representação das mulheres periféricas, potencializando conhecer as diversas vozes desses sujeitos, vozes estas permeadas por variados marcadores de diferença.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS E O COLETIVO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA

Este capítulo discorre sobre os procedimentos metodológicos escolhidos para cumprir com os objetivos da pesquisa e se detém na descrição do objeto empírico, que foi a trajetória do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia**. Essa descrição foi contextualizada pelas falas de algumas das jornalistas produtoras do portal.

3.1. Perspectiva Metodológica

Esta pesquisa apoia-se em técnicas tanto quantitativas quanto qualitativas, buscando as potencialidades de cada uma delas para iluminar os aspectos específicos que nos interessam.

Nesse sentido, as potencialidades das abordagens quantitativas, ao proporcionarem a construção de indicativos, a operacionalização e a mensuração do recorte analisado, possibilitam a elaboração de comparações entre “grupos” e podem revelar informações “úteis, rápidas e confiáveis a respeito de um grande número de observações” (PARANHOS et al., 2016, p. 390). Contudo, ao mesmo tempo que essa abordagem realiza a mensuração, a abordagem quantitativa oferece limitações ao deslocar a informação de seu contexto; por isso também foram incluídos métodos qualitativos para buscar perceber os sujeitos do fenômeno analisado de forma contextualizada, considerando suas experiências, inclusive suas crenças, emoções e comportamentos (âmbito pessoal, familiar e cultural) e a multiplicidade de perspectivas. (CASTRO et al., 2010)

A pesquisa combinou, portanto, metodologias quantitativas e qualitativas, mas dando ênfase a estas últimas. Além disso, a partir das técnicas apresentadas por Creswell (2007), esta pesquisa ampara-se na estratégia metodológica[47] definida como “Estratégia Transformadora Concomitante”, que é “guiada pelo uso que o pesquisador

[47] Creswell desenvolve estratégias específicas e modelo gráfico que resultem em um quadro de procedimentos, a saber: Estratégia explanatória sequencial, Estratégia exploratória sequencial, Estratégia transformadora sequencial, Estratégia de triangulação concomitante, Estratégia aninhada concomitante, Estratégia transformadora concomitante (2007, p. 211-225)

faz de uma perspectiva teórica específica" (CRESWELL, 2007, p. 221), sendo esta a condutora de toda a trajetória metodológica e analítica do trabalho investigativo. Por ser um modelo concomitante, essa abordagem desenvolve uma estratégia de coleta de dados em que os dados qualitativos e quantitativos são recolhidos, durante o processo, de forma sincrônica, integrada. Nas palavras de Creswell:

> [...] os dois tipos de dados são coletados ao mesmo tempo durante urna fase de coleta de dados e podem ter prioridade igual ou desigual. A integração desses dados diferentes ocorre mais freqüentemente durante a fase de análise, embora a integração durante a fase de interpretação seja urna variação possível. Corno o modelo transformador concomitante compartilha características com as técnicas de triangulação e aninhada, ele também compartilha seus pontos fortes e pontos fracos específicos. No entanto, esse modelo tem a vantagem adicional de posicionar a pesquisa de métodos mistos dentro de urna estrutura transformadora, o que pode torná-la especialmente atraente para aqueles pesquisadores qualitativos ou quantitativos que já usam urna estrutura transformadora para guiar sua investigação. (CRESWELL, 2007, p. 221)

Sendo assim, como já foi pontuado, partiu-se do princípio de pensar as representações de gênero racializadas, na ótica da intersecção entre gênero, raça/etnia, questões sociais, dentre outras categorias, marcando as diferenças e multiplicidade das mulheres. Esse procedimento nos permitiu compreender como mulheres periféricas vivenciam as questões das identidades e da autorrepresentação nas mídias digitais e, na esteira de Alcoff, procurou-se pensar as subjetividades e experiências dessas mulheres e entender suas vozes, narrativas e trajetórias de resistência como "geografias de razão e saberes" (ALCOFF, 2016). Essa ótica, de acordo com Creswell, fornece uma estrutura para "tópicos de interesse, métodos de coleta de dados e resultados ou mudanças previstas pelo estudo" (CRESWELL, 2007, p. 33). A partir disso, além da revisão de literatura, foram buscadas informações numéricas para a categorização do conteúdo do site do coletivo, bem como informações textuais e dos conteúdos dos textos categorizados. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, de forma que o resultado final apresenta tanto informações quantitativas como qualitativas.

Em relação aos textos, a pesquisa parte de uma amostragem de 482 conteúdos selecionados no site do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia** e detém-se,

mais especificamente, em uma amostragem não aleatória[48] de 37 conteúdos que trabalham especificamente com a temática **Representação de mulheres periféricas**. As técnicas usadas para compreender os dados são a análise de conteúdo e a análise interpretativa de entrevistas.

3.2. Da amostragem às técnicas de análises

Esta pesquisa opera, como já foi dito anteriormente, a partir de métodos mistos e é amparada no método de análise de conteúdo com base na perspectiva de Bardin (2010) e Hercovitz (2010). Os conteúdos são explorados seguindo, como tradicionalmente se faz, todas as etapas sugeridas por Bardin (2010) a saber: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados. Sendo que a fase organização da análise divide-se em três momentos: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados em bruto e interpretação desses resultados.

A etapa de pré-análise é o momento inicial da organização da análise. Por meio dela o pesquisador inicia o processo de sintetização e seleção dos materiais pertinentes à pesquisa. E, para a realização desta fase, para a autora é necessário passar por cinco etapas, sendo elas: 1) a partir de um contato inicial com os materiais, o pesquisador deverá realizar uma leitura “flutuante” dos textos e buscar criar vínculos, familiaridade, com o conteúdo; 2) escolher os documentos que serão analisados; 3) formular hipóteses e objetivos; 4) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores e 5) preparar o material para a análise (BARDIN, 2010).

O nosso processo perpassou todas as etapas da pré-análise. No primeiro momento foi realizado um trabalho de observação da rotina do portal de notícias do coletivo, por meio das postagens e frequência de divulgação em suas redes sociais dos conteúdos noticiosos do site, além da busca por informações e conteúdos que falassem do **Nós** em periódicos acadêmicos e em outros veículos midiáticos. Esta etapa teve como meta complementar as informações sobre as trajetórias, ações e objetivos do coletivo. A partir disso, foi feita a análise de alguns artigos do site para

[48] Segundo Hercovitz (2010) na análise de conteúdo é comum também optar-se por uma amostragem criada “por julgamento devidamente justificada ou uma amostra estratificada dos materiais a serem analisados utilizando como referência as datas do calendário”. Nesta pesquisa, realizamos uma seleção de amostragem por julgamento.

apresentações em congressos, o que possibilitou momentos de reflexão sobre os pressupostos e objetivos da pesquisa apresentando alguns dados que já haviam sido quantificados e sistematizados em uma primeira seleção.

O interesse principal desta pesquisa, importa reiterar, é compreender como o **Nós, Mulheres da Periferia** constrói a autorrepresentação[49] das mulheres periféricas. E, para isso, foi utilizado como instrumento de análise o site do coletivo. Para aprofundar a análise e delimitar a escolha dos documentos, a pesquisa se iniciou com o processo de coleta de dados do site do coletivo (www.nosmulheresdaperiferia.com), que, segundo as autoras, tem o "intuito de contribuir para a construção de narrativas jornalísticas mais humanas e contextualizadas, dialogando com a tríade raça, classe e território e tendo a periferia de São Paulo como contexto"[50]·. Todas as postagens jornalísticas[51] realizadas durante a trajetória online do coletivo foram submetidas aos procedimentos analíticos para se obter um panorama geral sobre como o conceito de mulheres periféricas foi e é abordado pelo **Nós**[52]

O site é dividido em cinco categorias: **Home**, **Serviços**, **Agenda**, **Nossas Vozes** e **Notícias**. Nesse espaço midiático as comunicadoras/jornalistas postam reportagens e depoimentos de moradores da periferia, relatando algumas vivências, vídeos, divulgam eventos e relatam os acontecimentos da periferia. E, durante o processo de observação da rotina do coletivo e análise inicial de alguns conteúdos do site, detectou-se que grande parte das matérias são transpassadas pelo fato de o

---

[49] Utiliza-se autorrepresentação, devido ao fato de as integrantes do coletivo considerarem-se periféricas; portanto, elas não estão falando da representação das mulheres periféricas com um olhar afastado; elas falam, sim, a partir de suas experiências, vivências e representações.

[50] Trecho do artigo do site do coletivo que aborda sobre quem são. O artigo, na íntegra, está neste link: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/

[51] Foi necessário realizar duas coletas de dados, a primeira no dia 19 de janeiro de 2019, e uma segunda, depois, em 22 de maio de 2020, para atualização do conteúdo. Como postagem jornalística, compreende-se todo conteúdo apresentado na categoria notícias do site.

[52] Na busca pela demarcação do universo a ser investigado, a pesquisa apoia-se nas regras que Bardin (2010) apresenta para se ter êxito na escolha dos documentos, como a regra da exaustividade, que enfatiza a necessidade de se debruçar sobre os documentos a serem analisados, tendo em conta todos os elementos desse corpus; e regra da representatividade, que indica que a amostra colhida foi parte representativa do universo inicial. A partir desses pontos foram levantados quase todos os conteúdos do site, pois o coletivo, com conteúdos tão diversos e um universo tão heterogêneo, necessitaria de uma amostra maior. A amostra selecionada para compor o corpus também condiz com as outras duas regras que a autora apresenta: a da homogeneidade, por possuírem a mesma natureza, fazerem parte do mesmo coletivo e possuírem como foco temático assunto que pertence ou interessa às mulheres periféricas, e a regra da pertinência, pois os materiais a serem analisados estão em consonância com os objetivos apontados por este estudo.

coletivo construir uma autorrepresentação do que é ser mulheres periféricas. Portanto, na busca de compreender melhor esta questão, sentimos a necessidade de deter a atenção em organizar, ler, categorizar e tabular todos os conteúdos das categorias **Notícias** e **Nossas Vozes** para “encontrar concentrações, frequências e tendências” (LOPES, 2001). As categorias **Agenda** e **Serviços** não foram exploradas porque alguns dos conteúdos dessas abas também estavam na aba **Notícias**, e também devido à sua característica de divulgação de eventos culturais ou educacionais.

A coleta de dados foi feita inicialmente de forma manual, selecionando o título e o link de cada artigo, que foram tabulados, para, em seguida, ser realizada a leitura flutuante de cada artigo e categorizá-lo. Entretanto o grande número de artigos presentes no site analisado exigiu um script de programação para fazer a coleta de informações, como: título, link do artigo, data de publicação, nome da autora e tags das autoras associadas aos artigos. O script desenvolvido foi escrito em linguagem Python 3 e, para a coleta de dados, foi utilizada a biblioteca chamada BeautifulSoup.[53]

Após a coleta e preparação dos dados, na pré-análise, iniciou-se a etapa de exploração do material. Segundo Bardin (2010, p. 101), “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

Assim, o processo de organização, codificação e transformação sistemática do material bruto da pesquisa extraiu 482 artigos do site do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia**. É importante pontuar que, diferentemente da maior parte das pesquisas em análises conteúdo, nesta não foi possível utilizar uma palavra de rastreamento para delimitar nosso corpus de análise, pois, devido ao fato de a nomenclatura do site e a temática base do coletivo e da pesquisa serem próximas, o buscador não disponibilizou o conjunto de textos referentes às construções de representações. Sendo assim, para conseguir identificar essas matérias, foi preciso proceder à elaboração de uma estrutura para organizar o material e só em seguida iniciar o processo de leitura dos 482 conteúdos. Na tabela com o link a partir da leitura dos textos, foi agregado um parágrafo explicativo sobre o conteúdo abordado na matéria. Para compreender a estrutura do site, suas matérias e visualizar como trabalham a

[53] O script encontra-se transcrito no Anexo. Os textos tabelados podem ser acessados no link: https://drive.google.com/file/d/1N_yAQvbSfWowRJ33syyRKaDfWZR9wJlN/view

partir da perspectiva teórica específica[54], foram utilizadas algumas diretrizes para a leitura dos diversos textos[55], com 13 itens a serem observados, como:

1) **Temas centrais do texto:** com o intuito de contextualizar o conteúdo e mensurar a frequência da temática predominante nas matérias analisadas. No primeiro momento, inicia-se o processo selecionando quais assuntos (temáticas) mais se destacam nos conteúdos, categorizando esses assuntos de maneira não fixa (sem temáticas pré-estabelecidas), para que, em um segundo processo de leitura dessas temáticas para que seja possível agrupar os textos em categorias que se correlacionem. A partir deste trabalho foram criadas 9 categorias que expressassem as unidades temáticas "agendadas" pelo coletivo: **Violência/ Feminicídio e luta feminina** (78 matérias); Periferia: representação e identidade (305 matérias); **Mulheres negras e cultura afro-brasileira** (101 matérias); **Cidadania e Política** (66 matérias); **Saúde** (62 matérias); **Relato de agentes periféricos** (93 matérias); **Divulgação** (237 matérias) e **Diversos** (423 matérias). Observe-se que um determinado conteúdo pode se enquadrar em uma ou mais categorias temáticas.
2) **Uso da interseccionalidade na construção textual**: colocando à prova a prerrogativa do coletivo da construção editorial com conteúdos construídos em processos dialógicos com a "tríade raça, classe e território"[56], abordando, assim, quatro subcategorias: trabalho com os conceitos e os autores desta temática; citação (nomeação) da interseccionalidade; proximidade com a temática (tem uma vertente próxima, mas sem citação); ignora o conceito de interdisciplinaridade.
3) **Descrição do termo mulheres periféricas**: para investigar se há uma explicação/ preocupação no texto em deixar evidente sobre quem estão falando;
4) **Mulheres Periféricas como Múltiplas:** busca investigar se, ao falar sobre mulheres periféricas, o conteúdo aponta as multiplicidades de mulheres existentes nos territórios periféricos ou se mantém uma estigmatização das mesmas;

---

[54] Conforme Creswell (2007, p. 221), "É a força condutora por trás de todas as escolhas metodológicas, como definição do problema, identificação do projeto e das fontes de dados, análise, interpretação e comunicação de resultados durante todo o processo de pesquisa".

[55] Para chegarmos a essa "mensuração", Hercovitz (2010) aponta, apoiada em Babbie (1989), que o processo de codificação envolve várias decisões, como a necessidade de, com antecedência, conceituarmos, para depois fazermos uma denominação nominal do aspecto a ser observado, para finalmente estabelecer uma definição operacional de como o conceito será medido.

[56] Trecho do artigo do site do coletivo que aborda sobre quem são. O artigo na íntegra está neste link: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/

5) **Negritude e Mulheres Periféricas:** para perceber se e como a relação mulheres periféricas/negritude é apresentada, com dois subitens: o primeiro questionando se, no conteúdo abordado, há uma correlação, associação, entre o ser mulheres periféricas e ser mulheres negras; e o segundo subitem é referente a se o conteúdo aborda a cultura afro-brasileira, mesmo este não correlacionando, de forma direta, mulheres periféricas e mulheres negras**;**
6) **Mulheres Periféricas: Vulnerabilidade e Exaltação de Pontos Positivos:** neste item o objetivo é verificar se os conteúdos correlacionam mulheres periféricas às vulnerabilidades destas, pontuando se há exaltação de pontos positivos desses sujeitos;
7) **Feminismos e Mulheres Periféricas:** análise do emprego do termo "Feminismo"/"Feminismos" correlacionado com o termo mulheres periféricas, buscando compreender como este é empregado nos textos, se há uma preponderância de uma vertente especifica ou se os textos apresentam uma multiplicidade de feminismos;
8) **Violência e Mulheres Periféricas,** compreender se, ao falarem sobre Mulheres Periféricas, os textos correlacionam com a temática da violência contra mulheres, podendo esta violência ser física, psicológica, moral, sexual, econômica e/ou social;
9) **Cultura Periférica e Mulheres Periféricas:** este item foi lido a partir de duas perspectivas, a primeira é se, ao falarem sobre o termo Mulheres Periféricas citam-se ou correlacionam-se coletivos culturais/educacionais/ sociais; e a segunda é se é articulada alguma expressão cultural/ educacional ou social associada a esse grupo;
10) **Mulheres Periféricas e LGBTQIA+:** a leitura pretende verificar se os conteúdos abordam temáticas sobre sexualidade e gênero;
11) **Território/ Termo Periferia:** a intenção, aqui, é a de verificar se há um trabalho, um aprofundamento em relação a questões territoriais e ao termo periferia;
12) **Fontes de Notícias:** ao ler as matérias, a partir da necessidade de perceber quem são as fontes mais utilizadas em seus conteúdos no site, evidenciaram-se duas perspectivas, a primeira, perceber se, nas matérias analisadas, as mulheres são fonte principais e se há homem como fonte; e a segunda, observar as fontes

específicas dos textos de onde vêm, academia, entidades periféricas, entidades sociais e/ou governo;

13) **Natureza dos Textos:** na leitura foi necessário entender os textos enquanto informativos ou opinativos.

O processo de leitura levando em conta as **Fontes de Notícias** e a **Natureza dos Textos** foi dificultado devido às características do coletivo, uma vez que as jornalista/autoras noticiam e falam sobre um universo do qual fazem parte, colocando-se também como fontes de notícia ao relatarem suas experiências de vida e dos seus familiares, construindo um espaço em que autores/as e fontes produzem e oferecem conteúdos jornalísticos. Sendo assim, segundo a natureza do texto, a pesquisa os compreende como: a) **textos opinativos,** enquadrando matérias com relatos pessoais, crônicas, contos e poesias; b) **informativos**: abrangendo matérias de divulgação de eventos, palestras e atividades socioculturais, reportagem, entrevistas, textos que trabalham com mais de uma fonte, mesmo que a segunda voz seja das próprias autoras, e conteúdos que, mesmo sendo escritos em formato de relatos de experiências, buscam informar o público-alvo sobre algum fato ocorrido.

Os artigos do site foram analisados utilizando a Análise de Conteúdo (AC), a partir do trabalho de Bardin (2010) e Hercovitz (2010), porque essa metodologia possibilita a mensuração e a quantificação dos objetos empíricos, reconhecendo a polissemia dos textos, que devem ser compreendidos em seus contextos. Além disso, o trabalho das autoras aponta como esta metodologia pode ser aplicada nas pesquisas em comunicação, pois esta possibilita detectar tendências, critérios de noticiabilidade, enquadramento e os agendamentos. Hercovitz (2010) define a análise de conteúdo jornalística como:

> [...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer interferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. A identificação sistemática de tendência e representação obtém melhores resultados quando empregada ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequência do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (análise do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ ou dos públicos aos quais se destina). (HERCOVITZ, 2010, p. 127)

A partir desse processo, foi realizada uma análise híbrida sobre o **Nós, Mulheres da Periferia**, com algumas perspectivas quantitativas e com análises qualitativas, que possibilitaram um olhar mais aprofundado sobre textos específicos selecionados na amostragem total. Este olhar deteve-se em uma amostragem não aleatória, focando nos conteúdos categorizados que trabalham especificamente com a temática **representação e/ou identidade de mulheres periféricas**. Entretanto, essa categoria ainda não foi suficiente para delimitar a análise, devido ao grande número de artigos. Sendo assim, foi realizado um novo recorte, selecionando as matérias em que ficava manifesta e expressa a intenção de contar o que é ser mulher periférica (quarto item das nossas diretrizes). Assim, 42 conteúdos foram levantados. Entretanto quatro matérias são repetidas[57]. "Outras Palavras – Mulheres da Periferia, por elas mesmas" se repete três vezes como divulgação da replicação da mesma em outros veículos midiáticos; a matéria "**Nós, Mulheres da Periferia** inaugura exposição QUEM SOMOS [POR NÓS]" também tem uma matéria replicada ao divulgarem que a Agência Patrícia Galvão as republicou; e os artigos "**Nós, Mulheres da Periferia**" e "Nós, moradoras da periferia" aparecem também duplicados no site. Assim, o número total de conteúdo para a nossa análise acerca da autorrepresentação é de 36 matérias distintas, que abordam a percepção do que é ser mulher periférica para o coletivo, mais o manifesto das autoras, que também retrata a temática, totalizando uma amostragem de 37 artigos.

O processo de tratamento dos resultados, a inferência e interpretação dos conteúdos selecionados como parte da amostragem final desta pesquisa, levando em conta os 37 conteúdos recortados, perpassaram todos os processos de Análise de Conteúdo sugeridos pela autora Bardin (2010). Para analisar os sentidos atribuídos na representação do que se entende por mulheres periféricas segundo o coletivo, aplicou-se uma metodologia híbrida, que busca abrir espaços para ouvir as vozes das mulheres periféricas produtoras desses conteúdos. Por isso, além da análise específica dos textos, foram trazidas para o processo as falas de algumas das jornalistas que conduzem o projeto, evitando-se cortá-las e reeditá-las.

[57] Sendo este um dos problemas deparados no site do coletivo, há repetições de conteúdo e algumas vezes o título sofre alterações.

Essa outra perspectiva aplicada na análise - as entrevistas - foi realizada com quatro[58] comunicadoras que produzem o **Nós, Mulheres da Periferia**: Bianca Pedrina[59], Jéssica Moreira, Lívia Lima e Regiany Silva[60]. Com essas entrevistas pretendia-se obter dados referentes à produção dessas mídias, ampliar a percepção da construção do que é ser "mulher periférica" para essas produtoras e conhecer o contexto e as experiências dessas mulheres. Optou-se pelo modelo de entrevista semiestruturada e as entrevistas foram elaboradas e feitas após o processo de pré-análise dos dados.

3.3. Coletivo Nós, Mulheres da Periferia: a voz das comunicadoras

O Coletivo **Nós, Mulheres da Periferia** é atualmente formado por seis mulheres comunicadoras, que nasceram e cresceram nas diversas periferias da cidade de São Paulo: Bianca Pedrina[61], Jéssica Moreira, Lívia Lima, Mayara Penina, Regiany Silva e Semayat Oliveira. Elas se propõem criar, por meio das redes sociais

---

[58] Tentou-se contato com todas as integrantes, entretanto não foi possível realizar a entrevista com duas comunicadoras ativas no coletivo a Semayat Oliveira e a Mayara Penina.

[59] Destacaremos as falas das autoras com tonalidades distintas para cada uma, para facilitar o processo de identificação das autoras no decorrer da leitura. Para Bianca Pedrina destinamos esse tom de rosa, Jéssica Moreira – com esse tom de azul; Lívia Lima, com esse verde e Regiany Silva com esse tom de laranja.:

[60] Essas entrevistas foram realizadas nos seguintes dias e com as seguintes comunicadoras: Bianca Pedrina, em 14 de outubro de 2019, em uma padaria próxima ao seu trabalho na Vila Mariana, o tempo de entrevista, gravado e decupado, foi de aproximadamente 1h06 mim; Jéssica Moreira foi entrevistada em18 de dezembro de 2019, em um restaurante próximo ao seu trabalho em Pinheiros; o tempo de entrevista, gravado e decupado, foi de aproximadamente 52mim; a entrevista com Lívia Lima, em 28 de outubro de 2019, aconteceu em um restaurante próximo ao seu curso de inglês, no Carrão; o tempo de entrevista, gravado e decupado, foi de aproximadamente 49 mim; Regiany Silva, em 28 de agosto de 2019, em um restaurante próximo ao seu trabalho, em Pinheiros, sendo o tempo de entrevista, gravado e decupado, de aproximadamente 50mim.

[61] 36 anos, de Carapicuíba, Grande São Paulo. Possui graduação em jornalismo pela Universidade Sant'Anna; Jessica, de 29 anos, de Perus, zona noroeste, possui graduação em Jornalismo pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM, pelo Prouni; Lívia, de Artur Alvim, zona leste, possui graduação em Jornalismo pelo Mackenzie, na primeira turma de bolsas do Prouni e em Letras lá na FFLCH e cursou Mestrado na EACH (USP Leste), em estudos culturais. Mayara de 30 anos, de Paraisópolis, zona sul, possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela FIAM-FAAM - Centro Universitário (2013). Regiany, de 31 anos, da Cidade Tiradentes, zona leste possui formação técnica em Web Design, graduação em design; por meio do Prouni, especialização em Mídia, informação e cultura, no CELAC- USP e mestrado de educação na PUC; E Semayat de 31 anos, da Cidade Ademar, zona sul, Possui graduação em Jornalismo na instituição de ensino Metodista e especialista em "Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais", na instituição de ensino CELACC USP

e do site, ambientes que possam minimizar a falta de representatividade das mulheres moradoras das periferias na imprensa, a partir de diferentes formatos comunicativos. Jéssica, em entrevista, relata que a grande missão do coletivo é

> [...] ampliar vozes de mulheres periféricas, contar suas histórias a partir da intersecção de gênero, raça, território e classe. E a gente acrescenta aqui a parte do território, porque é isso né, a gente fala dessas quatro coisas, e muito. Contar as histórias das nossas iguais, as histórias das nossas mães, das nossas irmãs, das nossas tias. Contar as nossas próprias histórias, por quem vive essa história, por quem todos os dias vivencia. A nossa grande missão é contar histórias, ampliar essa discussão sobre o que é a periferia, mostrar a complexidade das periferias, e que as mulheres as periferias são muito diversas, não somos todas iguais… Quebrar os estereótipos e preconceitos relacionados às mulheres da periferia e com isso também, eu acho que colaborar, é claro que não é nosso papel como jornalista, mas a gente colabora para denunciar as omissões do Estado nos territórios periféricos, então quando a gente faz uma grande reportagem e quando a gente mostra como as mulheres da periferia estão sendo tratados nos territórios, a gente consegue intimidar o estado, sabe?! [...] mas para mim o *Nós* tem essa missão contar nossa história, ampliar a voz também, eu não gosto desse discurso de dar voz, todo mundo tem voz, gosto muito do que Keila Rodrigues, poeta lá da zona Leste, fala: que voz a gente já tem, o que a gente precisa é de ouvidos. Nossa, eu adoro essa frase dela, porque é isso que eu acho, que falta ouvidos para escutar as mulheres da periferia, que tem muito a dizer de tudo, de todos os assuntos. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

É possível perceber que o **Nós, Mulheres da Periferia** nasce de uma perspectiva consciente de discutir outras visões, outros conteúdos, a partir da perspectiva de mulheres periféricas, visando principalmente ser o meio, o veículo, que coloque essas mulheres em destaque, em rede, que, ao informar e divulgar ações, possibilite um espaço de visibilidade, espaço de produção de conhecimento autoral, que reúne histórias e experiências tendo como fio condutor editorial a intersecção de gênero, raça, classe e território.

O processo de construção do coletivo começou em 2012, quando quatro mulheres jornalistas do coletivo *Blog Mural*, atualmente nomeado *Mural Agência de Jornalismo das Periferia*[62] publicaram o artigo "**Nós, Mulheres da Periferia**"[63], em 7 de março, na seção "Tendências/Debates" do jornal **Folha de São Paulo**,

---

[62] A *Agência Mural* nomeia-se como uma "agência de notícias, de informação e de inteligência sobre as periferias das cidades da Grande São Paulo", com diversos correspondentes locais (muralistas) residentes nos variados bairros da cidade, sendo estes colocados como "especialistas em suas regiões e usam as ferramentas do jornalismo de boa qualidade para contar as histórias que ninguém conta". Mais informação sobre o *Mural* disponível em https://www.agenciamural.org.br/sobre-nos/

[63] Link da matéria online: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/7408/

questionando a invisibilidade e os direitos não atendidos das mulheres que moram em bairros periféricos de grandes metrópoles.

> [...] quando elas escreveram o artigo em 2012, que era um artigo para celebrar o dia da mulher e foi um artigo que elas escreveram em primeira pessoa sobre os desafios da mobilidade, do acesso à educação, das coisas do cotidiano do que é ser uma mulher que vive na borda da cidade, o artigo deu muita repercussão tanto que a **Folha** publicou no jornal impresso, porque o "blog Mural" ele era um blog digital online dentro do site da **Folha**, mas o artigo, a **Folha** gostou tanto que publicou no jornal impresso. (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

Segundo o coletivo em seu texto de apresentação do coletivo no site[64], o texto obteve bastante alcance, impacto e reprodução em outros veículos de mídia. Enfatizam ainda no texto que o artigo também teve bastante repercussão e reprodução entre outras mulheres moradoras da periferia de São Paulo porque estas se sentiram representadas, lembradas e retratadas.

> [...] aí o texto foi publicado e foi um boom que a gente não esperava, naquele momento não havia um número tão grande de coletivos como há hoje, que bom, a gente fica muito feliz, mas não existia tantos, tantos coletivos. De repente várias pessoas leram o artigo, e elas começaram a ler em sarau, elas começaram a publicar no Facebook e elas assinavam, tipo assim: eu assinei, Jéssica 20 anos de Perus, as pessoas publicavam e falavam Maria, 33 de Itaquera. E a gente falava nossa que forte né, as pessoas se viram, liam em sarau, quem é que lê artigo de jornal da **Folha de São Paulo** em um sarau, então foi um texto muito forte assim, e a gente se sentiu muito fortalecida, a gente deu entrevista para vários lugares, a gente depois soube que pessoas usavam o texto em provas de cursinho de escola, professoras começavam usar. Foi muito forte. E a Isa falou, porque vocês não criam um coletivo, mas neste momento algumas de nós estavam terminando a faculdade, eu lembro que a Mayara também engravidou do Joaquim nessa época, então a gente teve um gap aí, a gente se manteve conversando, pensando como seria aí, só em setembro de 2013 que a gente se reuniu de novo e falou vamos lançar o Nós. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

> Na época, em 2012, algumas meninas do sarau pegaram o jornal e leram o artigo como uma peça de arte e cultura, e rolou um vídeo, gravaram, e o vídeo chegou acho que pela Lívia, acho que a Lívia viu o vídeo, e aí as meninas ficaram, tipo caralho, tipo que da hora né, porque as meninas na quebrada também curtiram, o jornal impresso da **Folha**, tá ligado tipo, quando que em um sarau da periferia ia ter alguém, em 2012, com um conteúdo que saiu na **Folha**, com um conteúdo que fizesse sentido para elas. E aí outras meninas publicavam, compartilhavam o texto no seu Facebook e colocavam por fulana de tal, tipo porque todo o post no *Mural* era tipo por Mayara Penina de Paraisópolis, por Bianca Pedrina de Carapicuíba, e aí no final tinha os cinco por Mayara, por Bianca, por Jéssica, a outra Patrícia, e eu acho que a Lívia

[64] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/

> tava também, e aí as meninas publicavam e colocava sim por Regiany Silva, sabe por Evelyn, e aí elas queriam dizer que elas estavam tipo assinando junto, sabe?! (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

É importante destacar que a produção do texto foi importante não apenas pelo seu alcance. Foi por meio de sua produção, pois esta iniciou o debate interno sobre suas subjetividades e ficaram evidentes as diferentes perspectivas que podem conter as narrativas a partir das concepções de gênero do ser periférico.

> A gente foi conversando muito, foi um grupo mesmo de estudo no começo. Porque algumas das meninas do coletivo fizeram o artigo para a **Folha**, no sete de março, e depois desse artigo - todos nós fazemos parte da "Agência Mural", a gente falou, caramba, né, como esse texto falou pela gente, eu mesmo não participei, mas a repercussão interna dentro do grupo, a gente ficou pensando assim né, que eram questões que a gente nunca tinha parado para pensar com recorte de gênero, já estava na agência faz tempo, mas nunca tinha parado para falar sobre a mulher. E aí a gente se identificou, todas se identificaram muito, então a gente falou: ahh vamos continuar discutindo isso né?! (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

> Todas nós nos conhecemos no "Blog Mural", então essa questão de se reconhecer como uma pessoa periférica já tava muito dada para gente, desde 2010, algumas entraram em 2011, em 2012. A Isabela, que era a nossa editora, nos convidou para escrever um artigo para a **Folha de São Paulo** para o dia da mulher, no dia sete de março, contando o que era essa mulher da periferia, naquele momento acho que foi o primeiro momento que eu nomeei. Aí que eu já me entendia já como da periferia né, mas eu me nomeei mesmo: eu sou uma mulher da periferia. Isso foi muito forte, pois foi muito forte para todas. Pois a gente tinha que colocar em um texto, no antigo que ia sair na página três, tipo do maior jornal né, do país, e começamos: meu Deus o que se fala, meu Deus o que a gente coloca, sendo que antes nem nós nos entendíamos como feminista. [...] Enfim tudo para dizer que foi um super parto ter escrito naquele texto, mas foi muito forte para gente, que fez a gente refletir o que era ser mulher da periferia, fez a gente criar uma conexão, assim que ir morar em bairros diferentes a gente tinha muitas coisas em comum, a questão do transporte parecer nesse texto, da saúde, do aborto, da escola, do andar sozinho à noite, muitas questões. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

A partir desse momento, com o tamanho da repercussão do texto, e com essa reflexão interna que aflorou sobre as pautas das mulheres periféricas, as jornalistas ampliam a percepção sobre a demanda de representatividade midiática dessa parcela da população, percebendo que não era um questionamento apenas delas, mas que realmente existia a necessidade de mudar a ótica da relevância jornalística para outra,

a partir das suas “vivências cotidianas, individuais e cruzadas”[65], rompendo o silêncio e o vazio da representatividade. Foi aí que se sedimentou a necessidade de um veículo próprio:

> [...] quando eu entrei as meninas já tinham escrito em 2012 um artigo coletivo que cinco minas do blog escreveram, que se chamava **Nós, Mulheres da Periferia**. E aí quando eu entrei no “Mural”, elas já estavam mais ou menos. elas tavam tentando se organizar para construir alguma coisa, mas não sabiam o que era, se ia ser um blog, se ia ser uma revista… (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

> A gente não sabia muito bem o que fazer, a gente pensou, sei lá, fazer um livro sei lá, pode fazer um vídeo, uma reportagem... E aquilo foi unificando o grupo, deixando a gente mais junto e tal, aí a gente falou que poderíamos fazer alguma coisa mais permanente, então a gente pensou o site mais por isso pode ser uma coisa que a gente ia poder continuar movimento e discutindo. Que não ia morrer de uma vez só. E aí depois surgiu o coletivo, acho que também até o próprio entendimento do coletivo né, foi muito espontâneo né, veio de uma fase que muitos coletivos estavam se organizando na periferia né, então a gente no começo, a gente não pensou assim em ser uma empresa jornalística, não... a gente pensou mais em coletivo, pois era a forma como muitas pessoas estavam se pensando naquele momento, sabe, na periferia, principalmente os coletivos de cultura da periferia. Mas a gente seguiu como um coletivo de jornalismo. Então a gente, como coletivo, desde aquela fase, a gente pensou, por mais que fosse site, produção de conteúdo, não ia morrer ali, ia meio que, ter ação também, né, e aí por isso que se fez coletivo. Começou a se articular. Aí surgiram muitas demandas, aí a gente ficou muito surpresas no começo. A gente ganhou uma projeção que não imagina. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

Após dois anos da publicação do texto, nove mulheres lançam sua página no Facebook, no 8 de março de 2014, iniciando a trajetória como um coletivo de fato. E em 28 de maio lançam o site, um canal de comunicação “com o intuito de contribuir para a construção de narrativas jornalísticas mais humanas e contextualizadas, dialogando com a tríade raça, classe e território e tendo a periferia de São Paulo como contexto”[66]. No olhar de algumas das atuantes no portal, esse período foi narrado assim:

> A Isa [editora do “Blog Mural”] falou: porque vocês não criam um coletivo? Mas neste momento algumas de nós estavam terminando a faculdade, eu lembro que a Mayara também engravidou do Joaquim nessa época, então a

[65] Trecho do artigo do site do coletivo que aborda sobre quem são. O artigo, na íntegra, está neste link: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/

[66] Trecho do artigo do site do coletivo, que aborda sobre quem são. O artigo na íntegra está neste link: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/

> gente teve um gap aí, a gente se manteve conversando, pensando como seria aí, só em setembro de 2013 que a gente se reuniu de novo e falou vamos lançar o *Nós*, e começou a estruturar o site, começou a pensar. No dia oito de março 2014 a gente lança o coletivo e na primeira semana de junho de 2014, a gente lança o site, com o primeiro especial sobre moradia e a ideia era sempre ter especiais que trouxessem um contexto histórico do que era a questão, mas também vozes das mulheres, às vezes até alguns textos em primeira pessoa e tal, e o *Nós* nasceu assim. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

> Quando eu cheguei a Mayara tinha acabado de parir, e as meninas ainda estavam tipo tentando voltar com essa coisa de o quê que vai ser o *Nós*. E o que tinha, tá então quando eu cheguei, era um texto que a Lívia tinha escrito que seria um manifesto do Nós depois. E aí uma ideia de fazer alguma coisa que não sabia bem o que era, e aí elas me convidaram para participar do processo, porque eu sou designer, eu podia pensar marca, tal, e acabou que eu pensei a marca, e já fiquei em todo o processo já, e integrei o coletivo desde o começo. Mas aí em 2013 então foi o ano que a gente ficou mais fazendo reunião para pensar o que seria para montar a ideia principal, e depois que fechou a ideia de que seria um portal, porque o desejo era que fosse uma coisa continua, sabe tipo, se fosse uma publicação ela ia acabar ali, e aí tipo, o que a gente entendeu é que poderia ser algo que continuasse sempre, então por isso que a gente pensou em fazer um portal, aí quando a gente fechou o portal, a gente imaginou em fazer uma primeira grande reportagem para lançar a iniciativa, aí a gente em 2013 começo de 2014 ficou produzir uma reportagem que era sobre moradia, que foi a primeira publicação do nosso site, e era um especial que tinha como fontes todas mulheres que vivem nas periferias, e cada uma com desafio diferente, desafio de viver numa ocupação, o desafio de conseguir uma casa própria, outra com um desafio da violência doméstica, que é consequência do imobilidade de poder sair de casa, porque ela não tinha como garantir uma moradia, então ela passava pela violência, por causa da questão da moradia, enfim, aí a gente fez uma produção mais robusta. (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

Como pode ser visto na fala da Regiany, nestas mídias elas costumam produzir algumas reportagens especiais, que são um compilado de diversas matérias correlacionadas umas com as outras, sobre temas que são relevantes para as mulheres periféricas, como exemplo: questão da moradia, a violência, saúde pública, ser morador da periferia e LGBTQI+, dentre outras. O site publica depoimentos de moradores da periferia relatando vivências, divulgando eventos e narrando os acontecimentos da periferia. Além disso, no portal há uma seção intitulada “Nossas vozes”, que é utilizada pelas jornalistas como uma ferramenta para dar espaço a mulheres que não são do coletivo, mas que são da periferia e gostariam de um espaço para publicar seu relato/texto/história, em forma de crônicas e textos de colaboradoras. Para as autoras do coletivo, a diferença do **Nós** para outros veículos

de comunicação, incluindo os periféricos, está relacionada com esse lugar da escuta e do espaço colaborativo com outras mulheres periféricas:

> [...] a gente escuta, e que a gente multiplica e ele [o portal] tem uma outra diferença que eu gosto muito também é que a gente vive isso, não é que eu só estou entrevistando alguém, eu sei o que a gente tá falando, somos jornalistas e vivemos isso, a gente é ponte também entende?! a gente está no meio termo aí também. Eu acho que a grande diferença é que, é um jornalismo, acho que nunca vai ser próximo da realidade, que a realidade é feita de muitas camadas, mas é muito mais próximo do que o veículo tradicional, porque a gente está ali no chão que a gente tá falando sobre. [...] e o nosso grande eixo é o gênero, nenhum outro coletivo da periferia hoje, eu digo nascido na periferia, fala sobre gênero, e eu não sei se as meninas da zona sul, revista... chama revista... esqueci agora o nome, da Jeniffer Nascimento e tal, mas acho que elas pararam, mas elas também tinha um trabalho desses... [...] então a grande diferença do **Nós**, é que a gente parte de gênero, para falar de periferia né, tem o **Mural**, tem o **Periferia em Movimento**, **Historiograma**, **Do lado de cá**, **Alma Preta**, são nossos parceiros né, na rede de jornalismo das periferias, mais a gente é o único coletivo que parte de um gênero [...] e há uma importância muito grande em existir um coletivo como o **Nós, Mulheres da Periferia,** que parta da questão de gênero como sua missão, as vozes das mulheres, de maneira geral, na história da humanidade ela foram silenciadas, então a gente tem uma dívida histórica, o mundo tem uma dívida histórica com a gente, as vozes das mulheres negras, mas ainda, entendendo que a maior parte das mulheres negras, principalmente em São Paulo, estão vivendo nas periferias. A existência do **Nós** é uma forma da gente diminuir esse buraco que existe de representatividade de vozes de mulheres, mulheres negras e periféricas, então eu acho que é... é a gente dizendo para o mundo, que a gente não aceita mais ninguém contando as nossas histórias, que a gente já sabe contar a nossa história, e que a gente também, agora que está sabendo contar nossa história, a gente também pode abrir espaço para outras mulheres contarem suas próprias histórias por elas mesmas, seja com a gente ajudando ou então com elas contando em primeira pessoa, como elas quiserem. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

> Pra mim, o mais importante que a gente faz é dar visibilidade para histórias não contadas nem narradas e, a partir de uma autoria vinda do próprio lugar, então quando a gente fala dessa questão do território a gente sempre demarca que a gente sempre trata das questões a partir dos eixos que são gênero, raça, classe e território, que na verdade eles se conversam muito. Não dá pra falar só de território sem falar de raça, por exemplo. Não dá pra falar só de raça sem falar de gênero. Isso se mistura muito. Então eu acredito que a gente faça um trabalho que é mostrar histórias que antes não eram contadas, do nosso próprio ponto de vista, porque antes a gente não tinha apenas a narrativa das mulheres da periferia. Acho que a gente não está reinventando a roda, mas ao mesmo tempo também quando a gente fala de grande mídia e de jornalismo tradicional, tudo que eles falavam não nos contemplava como sujeitas totalmente porque não contavam nossas histórias, de uma forma que valorizasse essas histórias, de uma forma que fizesse a gente sentir orgulho dessas histórias. Então a gente partiu muito de uma análise, no começo do coletivo, partindo disso, que eles [grande mídia] partem de uma forma estereotipada, ou eles só falam da periferia quando é pra falar de desgraça, só pra falar das faltas, das carências, e a gente quer falar que não, que a gente tem muita vida lá e que são histórias muito importantes. E a gente também não gosta muito do discurso de exceção.

Assim, há histórias de exceção, mas exceção não confirma regra, então só falar daquele único caso da pessoa que despontou e virou milionária, isso também não diz muito sobre a gente. A gente quer falar sobre as pessoas que continuam lá, porque a gente vive lá, a gente mora lá e vai continuar lá, ou não, enfim. Então a gente quer falar dessas histórias enquanto elas existem, pra falar que elas são importantes do jeito que elas são. Não precisa mudar as trajetórias delas a gente não precisa sair das periferias pra ganhar importância. [...]. Agora, comparado com os outros veículos mais periféricos, eu acho que a gente tem uma coisa mais de apreço até estético que muitos não tem, uma qualidade do que mostrar, do nosso site ser bonito, a qualidade de foto, isso é muito assim do coletivo em geral, porque eu não sou essa pessoa técnica, eu sou do texto, de escrever e soltar lá, mas as outras meninas, não a gente tem que falar... cuidar ali então a gente faz isso muito junto, a gente dá um bom produto na outra ponta, e eu tenho orgulho disso, poderia ser melhor ainda, mas eu acho que no jeito que ele tá é muito bonito esteticamente, ele é um produto bem profissional, acho que a gente faz um trabalho bem profissional comparado com o outro. E também nessa questão também do rigor, e de ser jornalismo também né, porque às vezes muitos são muito panfletários, como a gente fala: a gente tem lado só do fato da gente existir, mas não significa que a gente tem que só denunciar. A gente produz jornalismo, a gente faz reportagem, a gente ouve as fontes, checa as informações. Esse trabalho também, de ser bem profissional. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

O que a gente tenta fazer, não sei se sempre a gente consegue, assim com qualidade, mas o que a gente tenta fazer, acho que não tem quase ninguém ainda tentando fazer, que é entender a mulher da periferia como um sujeito político. É primordial para qualquer pauta pública, de interesse público, é tipo colocar essa mulher como protagonista e não como um objeto de análise de um especialista, é entender que essa mulher é especialista sobre a própria realidade, e que qualquer assunto que a gente for discutir, seja cultura seja atenção, seja política, seja saúde, precisa partir da perspectiva dessa mulher. E eu acho que não tem ninguém, ou tem muita pouca gente ainda, pensando desse lugar, então tipo, essa mulher a periferia quando ela é ouvida pelos principais veículos, nas notícias oficiais, ela ou é ouvida como objeto, ilustram análises de algum especialista, ou ela é trazida sempre na situação de vulnerabilidade, tirando o seu protagonismo e colocando ela só como novo objeto da fatalidade, tá ligado? Tipo, a história triste é até contada. Ela não é a história triste a ser contada, e ela é a Joana, ela é a Carolina sabe, ela é a dona da porra toda, ela é tipo a mulher que faz esse país funcionar, ela é a mãe que leva uma criança para escola, ela é a mulher que sob os barracos na favela, porque tipo... ela só é foda pra caralho, e aí não dá para assim negligenciar o protagonismo, a força e a potência dessas mulheres, então eu acho que o que a gente defende e tenta colocar de diferente, de se diferenciar de outros veículos, é tipo colocar essa mulher da periferia como protagonista, significa colocar ela em todos os sentidos da notícia, inclusive na escrita, porque a nossa escrita potente, o fato da gente ser mulher, da gente ser mulher que vive na periferia, ou de ser uma mulher negra que vive na periferia é uma outra perspectiva também da produção, e que não tem ninguém, aí menos ainda fazendo isso, porque a gente não acessa esses espaços, dos grandes veículos, então tipo é uma outra, é uma outra parada, assim tipo, é uma coisa tipo até ritualística assim da gente tipo é produzir e produzir a partir de mulheres e ouvir a perspectiva de mulheres. (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

Além dessas especificidades apontadas pelas comunicadoras, o **Nós**, por utilizar em suas práticas comunicativas a internet e, almejando alcançar um público sem acesso à rede e ultrapassar essa barreira tecnológica desigual, busca outras maneiras e formatos para atingir aquelas que não possuem acesso ao ambiente virtual. Assim, em 2015 propõe a realização um projeto intitulado “Desconstruindo Estereótipos”, fomentado pelo programa VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais), da prefeitura de São Paulo. Esse projeto organizou e realizou uma série de oficinas em seis diferentes organizações nas zonas Norte, Sul e Leste da cidade de São Paulo, objetivando discutir qual a imagem e representatividade da mulher periférica na mídia. O coletivo diz que tais oficinas impactaram cerca de 100 mulheres em uma faixa etária entre 17 e 92 anos. E, em decorrência dessas atividades, lançaram dois produtos: a mostra artística “Quem somos [POR NÓS]” (2015) e o curta metragem “Nós, Carolinas” (2017). Para as proponentes do projeto, essas atividades e produtos ampliaram a atuação do coletivo nos territórios periféricos, fazendo com que seu público-alvo fosse atingidos de distintas formas:

> a gente se propõe a escrever principalmente para mulheres da periferia. Só que o portal... é que as iniciativas têm publicou algo diferente né, o portal a gente já entendeu que ele é mais voltado para mulheres mais jovens. O portal - o site, as leitoras são mulheres mais jovens e que vivem, pelo que a gente sente da audiência, a maioria são de meninas que moram nas periferias sim, e que elas identificam com um conteúdo. É... a gente também tem um tipo, muitas mulheres leitoras, pelo que a gente vê, que não são das periferias mas se identificam com conteúdo de gênero tal. Agora as mulheres mais velhas é que é o nosso desafio, porque como projeto elas são nosso público-alvo, só que o site não dá conta, então por isso é o que a gente tem que tentar promover outras ações que sejam mais nos territórios, tipo as oficinas que a gente fez, a exposição, ou depois fazer exibição do documentário “Nós, Carolinas”, em diferentes espaços, porque a gente acha que esse é o jeito da gente atingir outras mulheres, de outra da faixa etária, que são mais donas de casa, que não têm essa relação com o mundo digital, assim como a gente tem, ou ainda de uma juventude que não tá ainda muito conectada com esses temas mais ativistas assim né, porque tipo nas nossas redes sociais a gente consegue falar mais tranquilamente com pessoas que já estão engajadas com a causa, e que elas vão usar o nosso conteúdo para colaborar com suas lutas, mas a gente ainda, tipo, se preocupa muito em fazer coisas nos bairros para a gente falar com pessoas que não tão ainda no mundo online, tipo tô conectado com as causas sabe, e que aí podem ser tipo sensibilizado de outra maneira. (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

> Se a gente acha que não está atingindo, a gente vai fazer alguma ação para que atinja, então eu acho que a gente é muito certeira, muito específica, isso foi um ponto alto que a gente fez sem querer, a gente atinge mulheres periféricas, se você busca no Google a gente está no primeiro porque a gente trabalhou, quando você... olha que louco, essa história é muito legal, antes quando você procurava mulheres de periferia no Google, antes de existir o

> **Nós**, vocês encontravam mulheres esquartejadas, você encontra Datena – encontra Feminicídio, hoje quando você procura mulheres de periferia, você vai encontrar nossas histórias, não necessariamente são histórias apenas de dor, são histórias de mulheres que vivem como qualquer outra mulher, tem histórias bonitas, tem histórias tristes, têm histórias de empreendedorismo, tem histórias para contar... [...] Olha, chega, mas não majoritariamente, ela chega às mulheres da periferia que acessaram as universidades, ela chega a mulheres como você que se interessam por **Nós**, a gente tem um negócio que eu acho muito legal, quando a gente lança um projeto, a gente quer que de alguma maneira, pelos menos as pessoas que fizeram parte do projeto elas acessem, ai tipo sei lá, a gente teve o "Nós Carolinas" a gente foi nos nossos territórios passando "Nós Carolina", a gente deixou aberto no Youtube e as professoras estão passando nas escolas das periferias, há vários acessos, umas meninas de uma escola gravaram vídeo lendo o nosso manifesto de uma escola pública de Perus, chega sabe, não da maneira que a gente gostaria, tipo um boom que a gente fosse referência para elas porque a gente não tem pernas. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

E, para elas, a maior dificuldade que o coletivo enfrenta é a grande demanda e a impossibilidade de conseguirem se dedicar integralmente ao coletivo, por ele não ser a fonte de renda. Assim, elas têm que dedicar seu tempo mais ao trabalho formal do que ao coletivo.

> É muito difícil manter o **Nós**, porque a gente ainda hoje não vive do **Nós**, então trabalhamos oito horas por dia para os lugares, acho que há muitos desafios, que hoje somos em seis, quando começamos éramos em nove, várias mulheres diferentes, perfis diferentes, jeito de trabalhar diferente, é um desafio. E a gente tem uma modelo horizontal de trabalho, então, esse modelo horizontal às vezes é complexo, porque nada é aprovados sem todas dizerem que sim, então isso é mais difícil né, é mais difícil, mas eu não romantizo não, eu acho muito difícil, às vezes faz sentido, às vezes não, a gente está aprendendo muito, mas a gente também ganhou alguns editais, como o Vai em 2016, o Vai em 2017, Fundo do Brasil de direitos humanos, alguns prêmios como jornalistas negras e tal como ponto de mídia... Isso tudo ajudou a gente se manter, rolou uma grana assim, não uma granona, sabe tipo 10 mil em um, 20 mil em outro, assim mano, parece muito dinheiro mas quando você tem um grupo de seis pessoas é muito pouco, não dá para sobreviver, e acho que o maior desafio é grana hoje. Mas também é um desafio de tempo né, e acho que o maior desafio é esse, pois a gente acaba trabalhando fim de semana e feriados, no ônibus, no trem, nas brechas dos trabalhos oficiais, então você sempre tá meio dividida, sabe?! Mas gente se mantém, porque eu acho, a gente acha que essa é uma pauta muito importante, eu acho que a gente abriu uma porteira aí, tem muita gente falando disso hoje, de princípios as pessoas entendiam que nós éramos tipo porta-vozes assim. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

> Hoje a maior dificuldade que se encontra hoje é o fôlego, e a gente tá cinco anos, o que é bastante tempo, mantendo um projeto, que hoje é maior do que a gente, e a gente sofre muito com o tamanho que **Nós** tem e o que a gente consegue entregar para ele, todas nós continuamos trabalhando em outros empregos, uma dedicação exclusiva com 40 horas semanais, e o **Nós** precisa

> crescer, tipo acho que assim, o mundo que tá em torno de **Nós** espera mais dele, então hoje a nosso maior desafio é tipo conseguir dar conta de tudo que o **Nós** espera da gente. Porque no começo a gente ia pensando, sabe tipo, a gente vai fazer essa reportagem de moradia, e aí vamos pensar um projeto assim das oficinas, hoje a gente sente que, tipo, as necessidades são dadas, e o **Nós** precisava dá conta daquilo, que a gente não precisa, mais é pensada aqui no nosso lado, parece que o mundo já tá dando, tipo tá muito óbvio já as demanda, e a gente fica pensando, porra, como que a gente vai tratar desse assunto, isso aqui tá acontecendo, tipo e a gente ficou elevando, cara, esse era o papel do **Nós** falar, porque a gente é ainda, assim, o único veículo que tem esse recorte específico que parte dos territórios e que é só produzido por mulheres que têm um recorte racial, tipo, é como se a gente ainda, tipo, tivesse muita responsabilidade a gente sente, é muito difícil hoje para gente lidar com as frustrações, que a gente, que a gente carrega por ter que estar aqui, por ter que tá aqui no porvir o dia inteiro sabe, por ter que está produzindo para outro lugar, e enquanto o **Nós** tem puta potencial, porque hoje a gente acredita que o **Nós** tem um potencial muito grande, mas para fazer dinheiro entrar no **Nós** pra gente se manter, a gente precisa de tempo, para ir atrás da captar, para negociar, não sei o quê. e para isso a gente precisa de dinheiro para se manter para conseguir ter tempo, então tipo é uma lógica muito perversa, porque a gente não tem tempo. E aí a gente vê projetos que nasceram depois da gente, e que têm algum recorte parecido com nosso, sei lá tipo, os “Think Olga” da vida sabe, que é incrível, e que cresce super rápido, mas porque você tem ali, tipo, junto com mulheres que tem um monte de privilégios e que na corrida elas são muito antes da gente entendeu, e aí você fala porra, sabe é super importante o que elas estão fazendo, a gente admira muito, e só que ao mesmo tempo a gente também poderia fazer coisas incríveis, só que a gente precisa sustentar nossa casa sabe, tipo a gente não pode se dar ao luxo de empreender. Sabe o que é empreender? o empreendedor é o que erra, o que testa, é o que não sei o que, a gente não tem tempo de empreender, se esse mês eu não tiver salário, eu não vou conseguir comprar comida entendeu, tipo é simples assim, não tem da onde tirar, a outra que vai pagar aluguel se ela não tiver esse fixo mensal, não dá para gente pegar o edital que garanta a gente por seis meses sair do emprego entendi, então tipo é sim, acho que o que mais dói hoje é isso, assim, e principalmente por a gente vê ainda mais um momento político que o Brasil está vivendo, e social, e a gente vê tipo, como se assim, a periferia, as mulheres da periferia precisam do **Nós**, assim precisa do trabalho que o *Nós* faz e a gente está com tudo na mão, mas a gente não tem fôlego, não tem tempo, não tem como fazer as coisas, então acho que a maior desafio hoje. (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

Mas, no ano de 2020, com a pandemia da Covid-19, houve uma mudança no quadro de atuação do coletivo, tornando a frequência da postagem muito mais constante, como uma interação maior com outros veículos e mídias, mas buscando manter o mesmo nível de aprofundamento das matérias.

4. COMPREENDENDO O SITE DO COLETIVO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA

Feita a explanação e contextualização do coletivo, das estratégias metodológicas e com essa fundamentação, este capítulo oferece análise levando em conta aspectos qualitativos e quantitativos sobre os conteúdos do site do **Nós, Mulheres da Periferia**. Desse modo, este capítulo possui dois objetivos principais: 1) investigar a construção narrativa e o modo como o coletivo desenvolve suas práticas jornalísticas e 2) refletir sobre e a partir das 37 matérias que abordam a representação das mulheres periféricas no site. E, para tal, antes de se analisarem os conteúdos e os discursos contidos nos textos do site do coletivo, foi feita uma descrição e análise do site, levando em consideração os aspectos e características técnicas do aporte tecnológico que o coletivo utiliza para a realização do seu jornalismo online, incluindo inferências sobre a experiência de navegação do usuário, os recursos visuais que utilizam, a navegabilidade, disposição da informação, entre outros quesitos.

4.1. A estrutura do site Nós, Mulheres da Periferia

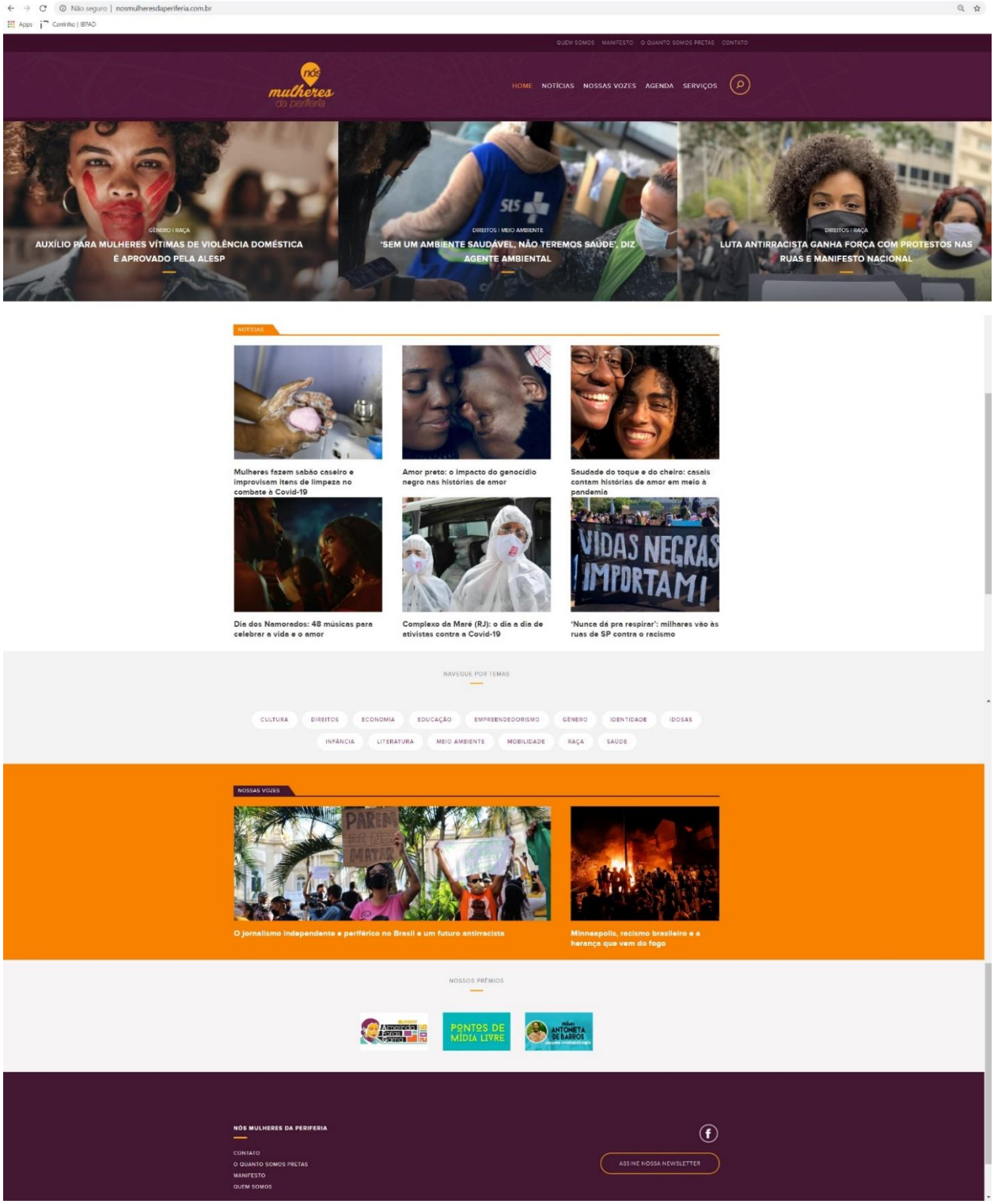

Figura 1 Prints da Home do site Nós, Mulheres da Periferia[67]

[67] Prints da Home do site **Nós, Mulheres da periferia**, dia 19.06.20. Para esta imagem foi necessário o condensamento de 3 imagens. Assim, conseguiu-se ilustrar a página inicial do site como um todo.

A análise estrutural do site do coletivo tem início enfocando a potencialidade do seu nome (www.nosmulheresdaperiferia.com.br), pois este sugere o conteúdo que será tratado de forma instintiva, inclusiva e criativa. O nome traz as palavras-chaves que descrevem suas atuações e seus conteúdos por meio de uma junção simples e sem conectivos, o que facilita o processo de “encontrar” o site nos buscadores como o Google.

Lívia, integrante do coletivo, relata como esse nome ainda as satisfaz e as representa e aponta características que acredita serem mais importantes no nome do site (que carrega o mesmo nome do coletivo):

> O que eu acho mais importante no nome, é o Nós, é o plural, é, porque ele fala sobre várias coisas. Fala sobre o senso de comunidade, fala sobre coletividade, ele fala sobre pluralidade, então eu acho que ele agrega, o que eu acho bonito no nome é, além dele ser fácil de achar, ele traz pertencimento né, você vê, você lê, mas você não fala assim, vou ler um texto sobre mulheres da periferia, você também é, então nós, então por você estar aderindo, você também faz parte, então acho que é isso, passa o senso de reunir e de pertencer. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

A fala de Lívia enfatiza a importância do nome do coletivo para o alcance, visibilidade e compreensão de seus objetivos. Mas, ao iniciar a navegabilidade do site, foram destacadas algumas outras características e potencialidades. Por exemplo, em poucos passos (cliques) encontra-se o conteúdo que se busca, organizado de forma intuitiva e adaptado para diferentes dispositivos (computador e para dispositivos móveis). A experiência de navegação oferecida pelo site é agradável, fluida e com alta usabilidade. Entretanto, mesmo possuindo elementos simples, o carregamento de navegadores não é rápido.

Assim que se inicia o processo de navegação, aparece um “cabeçalho” com dois menus fixos na parte superior, juntamente com o logo do coletivo. O primeiro destina-se à descrição do coletivo, como contatar suas integrantes e quais são seus posicionamentos político-sociais. No mesmo lugar está disponibilizado o seu manifesto e o texto base sobre a negritude periférica, com os mesmos itens desse

---

Sendo assim, não retrata fielmente a experiência visual da navegação, apenas ilustra a estética utilizada

menu no rodapé fixo, agregando neste um hiperlink que direciona para assinatura da newsletter, para o Facebook do coletivo e créditos ao desenvolvedor do site. Já o segundo menu, de maior destaque, refere-se à navegação no site, às suas seções (**Home**, **Notícias**, **Nossas Vozes**, **Agenda** e **Serviços**[68]) e um espaço para busca por palavras. Mesmo possuindo dois menus de navegação, mantém-se simples e intuitivo, devido ao amparo das cores e à colocação de primeiro e segundo planos. No corpo da página principal encontram-se disponíveis as últimas matérias, tanto da seção **Notícias**, quanto da seção **Nossas Vozes**, remetendo a uma configuração usual de sites e blogs de notícia. O rolamento é vertical e os facilitadores encontrados se diferenciam pela mudança de cores das chamadas de conteúdo quando se toca ou passa a seta do mouse em cima, e há também um espaço reservado para a busca de texto por temáticas.

A organização do site mantém uma linha condizente, com uma identidade visual bem definida, com predominância de cores em tons fortes e vibrantes, trabalhada a partir das cores principais do coletivo contidas em sua logo: roxo e laranja, complementando com o preto e o branco. De uma forma geral, mantém o fundo de tela branco, as cores usadas nos elementos do site são vibrantes, gerando bastante contraste ao fundo e boa legibilidade. Mantém o cabeçalho e o rodapé em todas as suas páginas e publicações. Os elementos de chamada dos conteúdos são padronizados, possuindo uma imagem ilustrativa da matéria; títulos longos; subtítulo de duas a três linhas; tags; temáticas; botões para compartilhamento nas redes sociais; não possuindo grandes variações tipográficas, observa-se o uso de fontes sem serifa (o que facilita a visualização online); sem pop-ups ou qualquer recurso que interrompa a leitura e mudança de tela. Além disso, mantém-se espaço para navegação por tema e acrescenta-se um destaque para a autora do conteúdo, com um hiperlink que leva para todos os artigos escritos pela mesma, a partir dos mais recentes; um espaço para comentários; e quando há matérias correlacionadas ao

[68] Sobre as cinco seções principais no site: Home, atalho para página inicial, onde se encontram as últimas matérias da seção Notícias e da seção Nossas Vozes, e há um espaço reservado para a busca de texto por temáticas; Notícias, destinado ao conteúdos que às autoras consideram jornalísticos, notícias informativas; a seção “Nossas vozes”, contém crônicas e textos de colaboradoras e tem o intuito de ser uma ferramenta para dar espaço a mulheres que não são do coletivo, mas que são da periferia e gostariam de um espaço para publicarem seu relato/texto/história; Agenda, seção de divulgação de eventos que são na periferia, ou produzido por periféricos/as, ou são apontados pelas autoras como de interesse do seu público-alvo; e a última seção, a Serviços é destinada à divulgação de cursos e atividades com inscrições abertas.

assunto, inclui-se um espaço destinado a isso, com o título hiperlinkado, como pode ser visto na imagem abaixo.

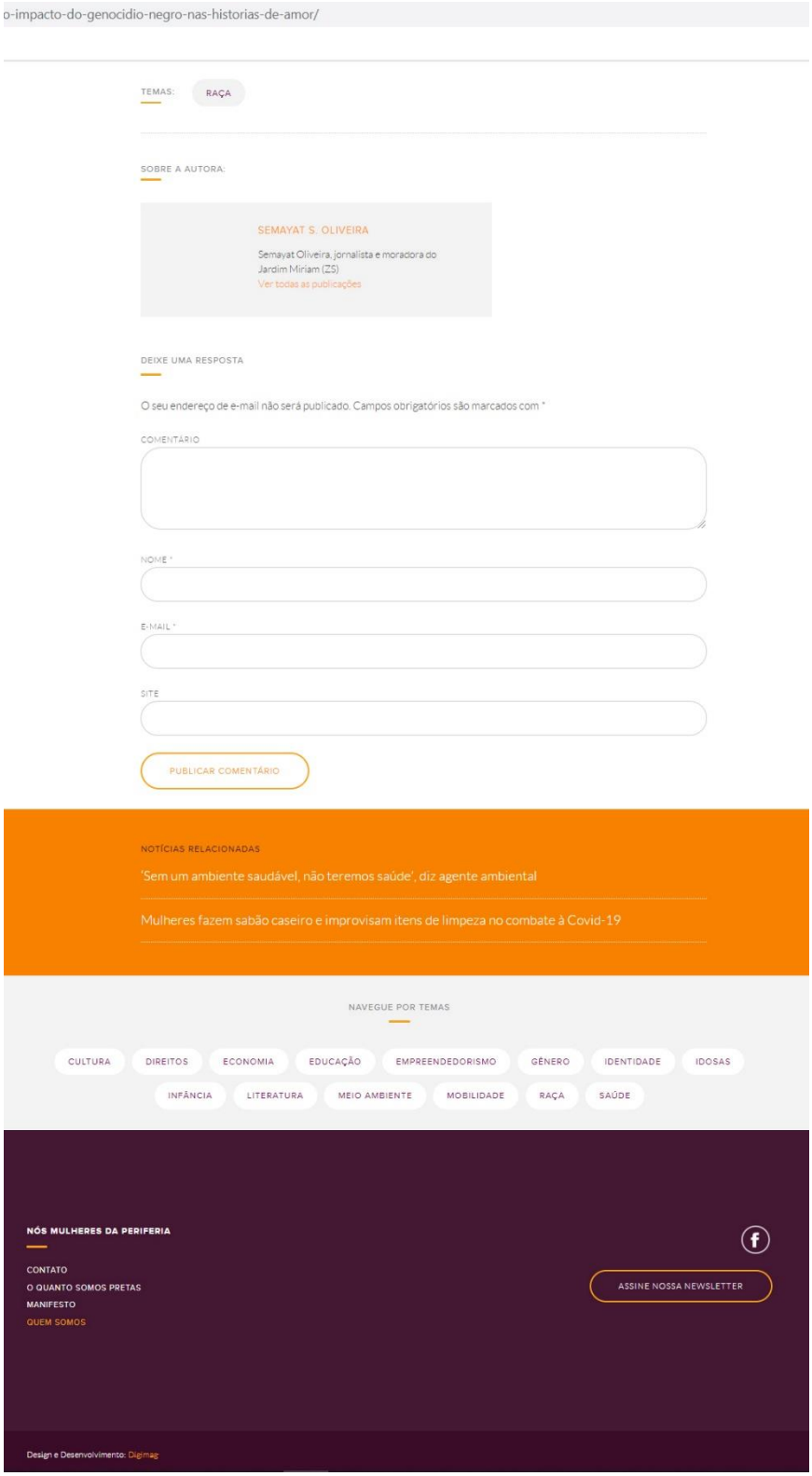

Figura 2 - Prints da configuração do site, depois do texto.

4.2. Temáticas contidas no site

Quanto às temáticas, tem-se um conteúdo diverso em todo o percurso narrativo do site. O **Nós,** durante toda sua trajetória, que é contada no site, manteve uma linha editorial sempre bem definida, enfocando temáticas que acreditam ser de interesse das mulheres, dando prioridade àquelas que moram em região periféricas de São Paulo. É notável que seu conteúdo mantém as diretrizes propostas desde o lançamento do site, que, segundo as produtoras, tem o intuito de contribuir para a construção de narrativas jornalísticas mais humanas e contextualizadas.

Serão alguns trechos da nossa conversa com duas integrantes do coletivo (Lívia e Bianca), que contaram um pouco sobre como é essa escolha de pauta e temáticas para o portal:

> A gente vai conversando junto, uma joga uma ideia a outra, outra...uma gosta mais, outra gosta menos, a gente briga...eu gosto mais desse tal...a gente vai se falando, o tempo todo no coletivo, tudo a gente decide junto, nem que seja por votação, e a maioria ganha, e fala o que vai ser, mas todas são consultadas, todas têm que dar opinião quando a gente toma uma decisão. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

> cara, é muito aleatório, a gente input coisas que a gente ... passa pelas nossas feridas, cara, esse mesmo do LGBT foi uma pauta de que a gente precisava falar desse segmento, porque a gente não estava falando, aí a gente pauta. Às vezes acontece coisas pessoais com a gente, no nosso dia-a dia, aí mano, nunca ninguém falou disso. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

Conforme se pode constatar pelas falas das autoras, as temáticas abordadas no site são diversas e pautadas também por suas vivências e experiências. Ao todo, nas matérias categorizadas do site, foram levantadas nove categorias temáticas, como já foram identificadas. São elas: Violência/Feminicídio e luta feminina; Periferia: Representação e identidade; Mulheres negras e cultura afro-brasileira; Cidadania e Política; Demanda da população; Saúde; Relato de agentes periféricos; Divulgação e Diversos.

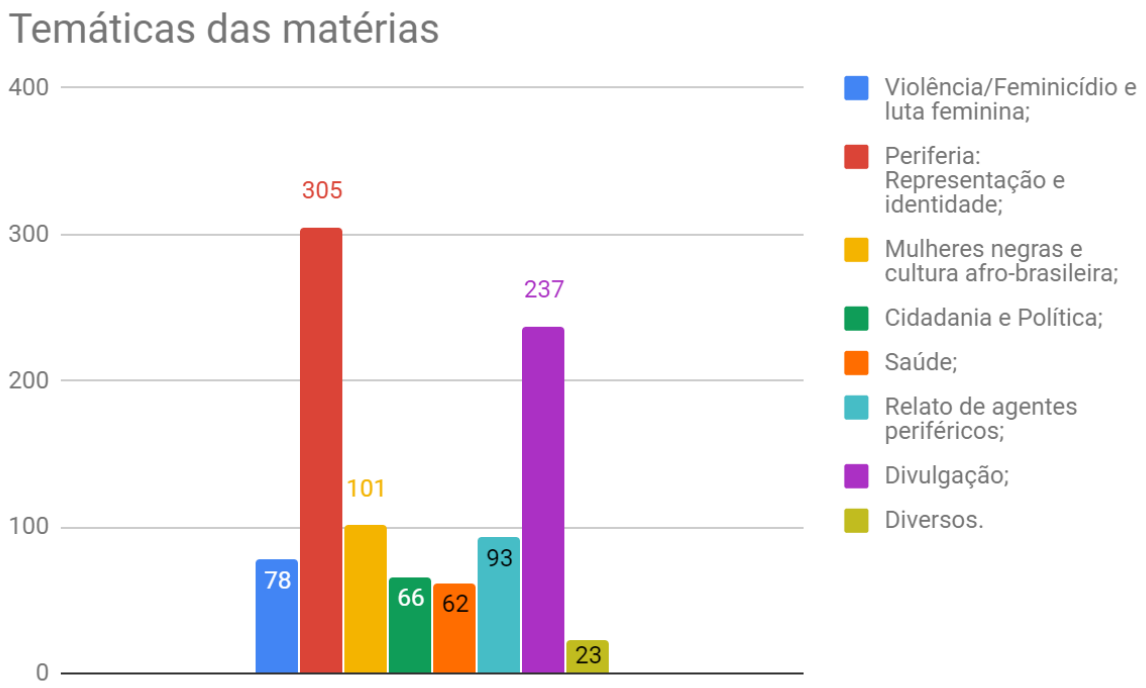

Gráfico 1 -Temáticas das matérias

O gráfico acima ilustra a incidência dos textos nas temáticas levantadas, tornando possível averiguar os mais recorrentes. Essa disposição do conteúdo expressou quais unidades temáticas são “agendadas” pelo coletivo, sobressaindo: conteúdos nos itens **Divulgação** e **Periferia: representação e identidade**. Mas, para que cada item possa ser compreendido, é necessária uma descrição do que cada tópico aborda.

A partir da categorização apresentada no capítulo anterior, é possível ver que a temática “**Violência/Feminicídio e luta feminina”** se repete 78 vezes no total da amostra colhida. Os textos vão desde relatos e coberturas de manifestações, como o do ato “justiça por Marielle Franco”; relatos sobre abusos sexuais e a impunidade da justiça em face disso; a violência simbólica e física que é ser pobre e preto no Brasil; entrevistas com mães periféricas que perderam seus filhos por conta do genocídio negro nas periferias, em que elas contam sobre a luta e o luto delas; matérias que incentivam um cotidiano musical sem apologia ao estupro; textos se posicionando sobre o vagão para mulheres; divulgação de eventos e conferências que trabalham a temática feminina. Entre outros, quatro textos abordam a temática feminicídio, por meio da campanha contra o assédio, enfatizando que “Agora, no Brasil, o feminicídio é considerado crime hediondo” e relatam os casos de mulheres vítimas de feminicídio.

Já a categoria **Periferia: representação e identidade** possui 305 artigos, divididos em duas subcategorias. Quanto aos textos relativos especialmente à representação, foram selecionados 238, que abordam a importância de reflexões sobre as representações das mulheres periféricas e dos necessários espaços de fala para essas representações. São textos que trazem artistas periféricas que questionam as representações das mulheres periféricas nos meios, instigando a discussão sobre espaço de visibilidade, perguntando, por exemplo, “Quem são as mulheres da literatura marginal/periférica?”; divulgam produções periféricas que trabalham com conteúdos para o público-alvo e que valorizem o fazer e o conviver periférico feminino; relatos de mulheres periféricas sobre o racismo e o ser negra periférica, enfocando como a representatividade importa/ impacta suas vidas e/ou como ela é baixa em alguns espaços, como na universidade pública.

Em relação à **Identidade**, foram selecionados 67 textos. Dentre eles há artigos que divulgam espaços e ações que focam na população periférica enquanto grupo social distinto, como: a lista de veículos periféricos que têm como função falar sobre assuntos relevantes para a população periférica; divulgação de ações e eventos que valorizam a narrativa das mulheres negras, o bairro e seus habitantes; relatos descontraídos que apresentam a diversidade das mulheres moradoras da periferia; textos que divulgam documentários e ações que fazem reflexões sobre essa diversidade.

Em **Mulheres negras e cultura afro-brasileira** foram selecionados 101 textos cujos conteúdos contam a história de bairros e relacionam essa memória à cultura afro-brasileira; artigos que são difusores de informação de produções acadêmicas e artísticas de intelectuais negras, como lista de catálogo de obras, relato sobre a criação de um conto infantil de mulheres negras que foram importantes na história, divulgação de exposição que traz a história e religiosidade de mulheres negras da Amazônia; diversos textos que trazem oportunidades para as mulheres negras, como cursos ou oportunidades de emprego. Nesta temática se enquadram também textos que abordam a luta e a resistência da população afro-brasileira, como no texto sobre o Centro de Culturas Negras de SP, que teve sua placa rasgada e a suástica pichada no banheiro; divulgação e cobertura de atos que protestam contra o racismo; o genocídio da população negra e indígena e intolerância religiosa; além de enfocarem a diáspora, como, por exemplo, ao falar sobre a estreia do clipe da cantora

baiana Larissa Alves, que aborda o estranhamento vivido por uma baiana em São Paulo e sua adaptação em uma cultura diferente da sua.

Nesta temática, merece destaque que 45 textos focam na questão da mulher negra, trabalhando dados da condição da mulher negra no Brasil; cotejam experiências cotidianas com pensamentos de intelectuais negras brasileiras; trazem relatos que abordam o colorismo e o processo de aceitação e valorização enquanto mulher negra e o impacto da falta de representação na infância; também divulgam eventos que trabalham sobre essa temática. Um dos textos trabalha sobre a masculinidade negra e periferia, destoando dos outros conteúdos e questionando como os meninos negros e periféricos alcançam o modelo de "homem ideal": "Acho que a ideia de ser homem, a ideia de ser gente no Brasil, ainda hoje, é uma ideia branca, uma ideia que a gente, enquanto povo colonizado, comprou. Então, para você ser homem, existe uma série de performances que é preciso exercer na sociedade para ser lido como tal"[69].

Os 66 textos que falam sobre **Cidadania e Política** divulgam ações, dados, atos e palestras para ampliar a percepção da cidadania. Como exemplo, um texto divulgou um canal (grupo) de WhatsApp que fala sobre os direitos das trabalhadoras domésticas. Outros apresentam vozes de mulheres moradoras da periferia sobre alguma temática política, como eleição, aborto, leis que podem vir a beneficiar o cotidiano dessas mulheres e/ou questionam a efetividade dessas leis.

No item **Saúde** foram categorizados 62 textos. Eles tratam sobre maternidade, apresentando diversos tipos de parto, relatando casos de experiências de parto domiciliar na periferia. Também falam sobre a ausência paterna, sobre histórias de mães-solo, e sobre a importância das avós para a criação na periferia. Falam também sobre o aborto e questionam como o tema chega nas periferias; divulgam ações de saúde gratuitas; apresentam experiências abusivas de ida ao médico; e analisam os planos de governo dos presidenciáveis (para 2019) para entender como eles se comprometem com o tema "saúde da mulher". Houve um aumento significativo no número de matérias com essa temática neste ano, até a data em que se parou de recolher dados (22 de maio de 2020). Apenas 19 desses textos foram produzidos antes desse período.

---

[69] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/masculinidade-quebrada/#masculinidades-possibilidades-diversidade

Esse aumento se deve ao especial sobre mulheres no esporte, e, principalmente, à cobertura especial que estão fazendo sobre a pandemia do Covid-19 nas periferias, o que já gerou 23 matérias que abordam a temática, correlacionando a problemas específicos das mulheres e da população como um todo, no que tange às que estão nas periferias. E, em meio à pandemia, publicaram o especial sobre o SUS e o movimento das mulheres para a criação e defesa do sistema de saúde.

Em **Relato de agentes periféricos,** 93 textos narram a importância de se falar sobre os territórios periféricos a partir das experiências concretas das moradoras. Os textos divulgam eventos sobre a temática dentro das próprias periferias; mostram a necessidade de um olhar descontruído e profundo ao falar sobre a periferia nas mídias, divulgando a rede de jornalistas da periferia e ações dessa rede, assim como uma lista de veículos periféricos que têm como função falar sobre assuntos relevantes para a população periférica; divulgam pesquisas que analisam a produção literária das escritoras da periferia, assim como eventos de literatura periférica; lançamento de revista patrocinado por venda de livro e compartilhamento de lista de livros para inspirar, aprender a fortalecer seu público, além de divulgarem outros espaços online de conteúdo, como um blog que fala sobre relação abusiva.

São, enfim, matérias que trazem relato de experiências nas periferias, experiências de diversos tipos, como medo de andar sozinha à noite; a solidariedade entre os vizinhos; o ensino na escola pública e a dificuldade do acesso ao ensino superior; a vida de mulheres que sempre foram empregadas domésticas; como sobreviver nas periferias em meio à pandemia da Covid-19; relato de uma colaboradora que, ao denunciar um caso de racismo, foi presa e humilhada; relato sobre vida universitária e a resistência das mulheres; relatos e vivências ficcionais (ou nem tanto) sobre experiências e conversas dentro de um vagão de trem.

O tópico **Divulgação/eventos** contempla os textos que divulgam coletivos e ações que visam promover e incentivar movimentos culturais, educacionais e de entretenimento para a comunidade periférica, ao mesmo tempo que enfatizam movimentos de resistência e memória. 76 matérias fazem divulgação do próprio coletivo, seja divulgando as entrevistas que o coletivo deu para outros veículos, reproduzindo matérias das jornalistas responsáveis em outros canais, ações promovidas por elas ou em que são convidadas para fazer parte de uma mesa, relato das oficinas dadas.

E, por último, no item **Diversos,** foram elencadas matérias de temáticas variadas, mas que, segundo avaliação das autoras, são de interesse para a população periférica. Citando como exemplo, há dois textos que debatem e mostram a luta para se combater a intolerância religiosa, em especial com relação às religiões afro-brasileiras; seis matérias que falam sobre mobilidade urbana, como divulgações de novas leis de transporte e sua interferência no cotidiano do seu público-alvo; relatos sobre como é a vida noturna, mesmo que esta seja a volta da faculdade e/ou do trabalho das mulheres que moram em periferias e as dificuldade de se conseguir um taxi/Uber em locais periféricos. Há ainda entrevistas com governantes sobre mobilidade em lugares periféricos; oito textos que trabalham a temática **moradia**, relatando sobre como é ter uma moradia na periferia e o sonho de sair do aluguel e ter a casa própria; quatro artigos trabalham com a questão do trabalho doméstico a partir de dados e pesquisas, pontuando sobre salário, direitos e vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas.

Outro assunto levantado, em um especial de sete textos, é sobre como é ser morador da periferia e fazer um intercâmbio para Dublin para ser babá, a partir de relatos e experiências pessoais. Dois textos versam sobre a temática LGBTQIA+, contestando a liminar de 2017 sobre o tratamento de reversão de orientação sexual, “cura gay”; e em 2018, sobre esse mesmo tema, uma matéria fala sobre a resolução do Conselho Federal de Psicologia, que impede psicólogos de praticarem “terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero” voltadas aos travestis e trans. Em outubro de 2019, o coletivo apresenta um especial sobre como é ser LBGTQIA+ na periferia.

Há também matérias que trabalham a temática **cárcere**, sob a forma de divulgação de entidades e ações que visam possibilitar o exercício dos direitos humanos das mulheres nesta situação. Outras matérias falam sobre empreendedorismo e infância, que citam iniciativas de meninas que estão combatendo o racismo na escola; além de matérias que apresentam os sonhos de jovens negras que pedem o adiamento do Enem diante da crise educacional com a Covid-19.

4.3. Um outro jornalismo? Fontes e linguagens do Nós

Após categorizar as temáticas e alguns dos conteúdos que o coletivo aborda no site, foi possível observar algumas características textuais e estruturais dos textos, muitas delas decorrentes da principal diretriz do coletivo: ter um viés noticioso a partir do ponto de vista, das vivências, das mulheres[70].

> Somos um coletivo jornalístico independente, transparente e apartidário formado por jornalistas moradoras de diferentes regiões periféricas da cidade de São Paulo. Atuantes em diferentes plataformas de comunicação, nossa principal diretriz é disseminar conteúdos autorais produzidos por mulheres e a partir da perspectiva de mulheres, tendo como fio condutor editorial a intersecção de gênero, raça, classe e território. (Texto no site do coletivo: Quem somos?, de Redação[71])

Em entrevista que o coletivo fez para "Outras Palavras", em maio de 2014, ao serem questionadas sobre o que as diferenciavam de outros veículos comunicacionais, responderam que era o viés noticioso que possuíam, pois eram um veículo voltado para mulheres, com foco na periferia. Um dos diferenciais que acreditam ter é que fazem parte do universo que retratam, pois todas nasceram e foram criadas em bairros periféricos de São Paulo. Defendem que possuem um olhar diferenciado por falarem de uma realidade que também é delas, sendo, portanto, capazes de contribuir para a construção, em outros termos, das representações acerca das mulheres periféricas:

> O jornalismo é a ferramenta que escolhemos para dar voz às mulheres que nunca são ouvidas pela mídia e, quando são, é de forma sensacionalista ou sexista. Além disso, temos como objetivo pautar a grande imprensa, servindo de ponte entre a mídia e as mulheres não ouvidas da periferia. [...]O coletivo **Nós, Mulheres da Periferia** pretende contribuir para o empoderamento das mulheres moradoras da periferia de São Paulo, promovendo espaços de reflexão, debate, informação, troca de conhecimento, experiências e visibilidade sobre seus protagonismos, histórias e dilemas. (texto: "Outras Palavras – Mulheres da Periferia, por elas mesmas[72])

---

[70] Retomando a organização dos textos categorizados, serão discutidos os tópicos: 14) Fontes de Notícias e 15) "Natureza dos textos".
[71] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/
[72] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/1173/

E conforme já colocado no capítulo anterior, as autoras permanecem com esta perspectiva[73] do **Nós** como um coletivo que busca, por meio da comunicação jornalística, possibilitar a visibilidade de novas narrativas no debate público, e ressignificar as falas e os olhares para/das mulheres moradoras das periferias, partindo de suas vivências. Entretanto é possível observar que, com o passar dos anos, o coletivo iniciou uma mudança de postura em relação aos seus lugares e estratégias enquanto jornalistas. Atualmente, não objetivam mais "dar voz às mulheres", mas sim possibilitar um espaço para que as mulheres das periferias possam ser vistas e ouvidas por elas mesmas ou mediadas pelas jornalistas. Retomaremos a fala da Jéssica, discorrendo sobre o coletivo, exemplifica essas mudanças:

> [...] A nossa grande missão é contar histórias, ampliar essa discussão sobre o que é a periferia, mostrar a complexidade das periferias, e que as mulheres das periferias são muito diversas, não somos todas iguais… Quebrar os estereótipos e preconceitos relacionados às mulheres da periferia e com isso também, eu acho que colaborar, é claro que não é nosso papel como jornalista, mas a gente colabora para denunciar as omissões do Estado nos territórios periféricos, então quando a gente faz uma grande reportagem e quando a gente mostra como as mulheres da periferia estão sendo tratados nos territórios, a gente consegue intimidar o Estado, sabe?! [...] mas para mim o **Nós** tem essa missão: contar nossa história, ampliar a voz também, eu não gosto desse discurso de dar voz, todo mundo tem voz, gosto muito do que Queila Rodrigues, poeta lá da Zona Leste, fala: que voz a gente já tem, o que a gente precisa é de ouvidos. Nossa, eu adoro essa frase dela, porque é isso que eu acho, que falta ouvidos para escutar as mulheres da periferia, que têm muito a dizer de tudo, de todos os assuntos. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

Podemos observar essa mudança de perspectiva quando Jessica cita a fala de Queila Rodrigues, afastando-se da visão anterior de serem as porta-vozes, negando a ideia de "dar voz" a estas mulheres, "eu não gosto desse discurso de dar voz", alterando para a perspectiva de ceder um espaço midiático para que as próprias mulheres amplifiquem suas vozes, para que ganhem projeção. Outros pontos de mudanças e continuidades de intenções do coletivo podem ser observados nestes trechos, como: compreenderem a comunicação/ jornalismo como a ferramenta de amplificação dessas histórias, de forma a preservar as complexidades, valorizando as vivências das mulheres periféricas, não narradas pelas mídias *mainstream.* Soma-se

[73] Até novembro de 2019, momento da realização da última entrevista.

a isso a busca por desmistificar os estereótipos e preconceitos relacionados a esse grupo e se manter também como um espaço que colabora, que ajuda a denunciar as "omissões do Estado nos territórios periféricos", procurando pautar a imprensa e possíveis políticas públicas. Destaca-se nesta fala também a intencionalidade, em toda a trajetória do coletivo de colocar as mulheres periféricas como sujeitos, como portadoras de experiências importantes, mas que necessitam de visibilidade "sobre seus protagonismos, histórias e dilemas", pois as mulheres moradoras das periferias "têm muito a dizer de tudo, de todos os assuntos", são especialistas da sua realidade.

A partir da percepção das intenções do coletivo para com os seus materiais jornalísticos disponibilizados no site e da leitura dos textos na categoria **Notícias**, foi-nos possível aprofundar a reflexão sobre as fontes de notícia[74] que as jornalistas utilizam em suas matérias.

O processo de categorização das fontes e da natureza dos textos foi dificultado devido às características do coletivo. Como discutido anteriormente, as autoras noticiam e argumentam sobre um universo do qual fazem parte, com base nas suas experiências de vida e dos seus familiares. Ou seja, elas colocam-se também como fontes de notícia, construindo um espaço em que autores/as e fontes produzem e oferecem conteúdos jornalísticos, permeados por essa perspectiva enunciativa de serem moradoras das periferias paulistanas.

É exatamente esse lugar de escrever sobre suas experiências e opressões que, acredito, possibilita um processo de desconstrução das representações das mulheres, principalmente das moradoras de regiões periféricas, e um afastar-se do discurso dominante que as estereotipa e as coloca em uma posição de um "outro" historicamente subalterno/inferior. O seu lugar de fala possibilita a circulação dos discursos contra-hegemônicos que as constroem como sujeitas portadoras de conhecimento e discursos/experiências potentes.

Essa escrita que o **Nós** se propõe trazer, quando as jornalistas se colocam também como fonte, expondo suas posições de subalternidade[75], faz emergir

---

[74] Entendemos esse termo a partir da fala de Aldo Antônio Schmitz, para quem "Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; delas os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia" (SCHMITZ, 2011)

[75] Deixando explícitos também os diversos privilégios que as autoras acreditam possuir, como ensino superior, moradia, dentre outros.

narrativas historicamente silenciadas, ao recontar e reconstruir memórias e experiências a partir desse lugar local. As comunicadoras ocupam espaços de fala autoral que habitualmente não são acessíveis em espaços hegemônicos. Desta forma, buscam contornar o formato normalizado em que terceiros falam por/sobre elas a partir de outras perspectivas e de privilégios. Desse modo, preenchem o "espaço em branco inscrito no texto" (SPIVAK, 2010, p. 123) com suas trajetórias e memórias, narradas em primeira pessoa.

Esse processo textual aproxima-se do conceito de escrevivência[76], de Conceição Evaristo (2008), por meio do qual se pontua a potência da escrita, dessa escrita que é resistência, que parte dessas narrativas desvalorizadas e silenciadas, essa escrita que busca recriar novas maneiras de relatar e existir nessa sociedade de histórico escravista e colonial. É uma escrita tecida a partir do entrelaçar das histórias, memórias e experiências desses sujeitos aos quais foi negado o direito de falar e narrar.

Considerando esse panorama e essa organização interna do **Nós***,* foi realizada sobre o conjunto da amostra inicial outra categorização acerca da natureza do texto. Esta partiu da divisão em dois gêneros: **opinativos**, enquadrando matérias com relatos pessoais, crônicas, contos e poesias; e **informativos**, abrangendo matérias de divulgação de eventos, palestras e atividades socioculturais, reportagens, entrevistas, textos que trabalham com mais de uma fonte, mesmo que a segunda voz seja das próprias autoras, e conteúdos que, mesmo sendo escritos em formato de relatos de experiências, buscam informar o público-alvo sobre algum fato ocorrido.[77]

---

[76] Retomaremos a esta temática no item sobre autorrepresentação da mulher periférica.

[77] Esta nova categorização acontece paralela à anterior, na qual a pesquisa se detém na reflexão sobre os conteúdos específicos. Ela serve para dar conta de pensar pontualmente na presença e tipo de fontes, o que se relacionará posteriormente à discussão da perspectiva do texto autoral. Aqui não se trabalha com uma conceituação fechada de textos opinativo e informativo, costumeira no Jornalismo, até porque não entendo que ela dê conta de pensar esse tipo de texto que escapa aos cânones da profissão.

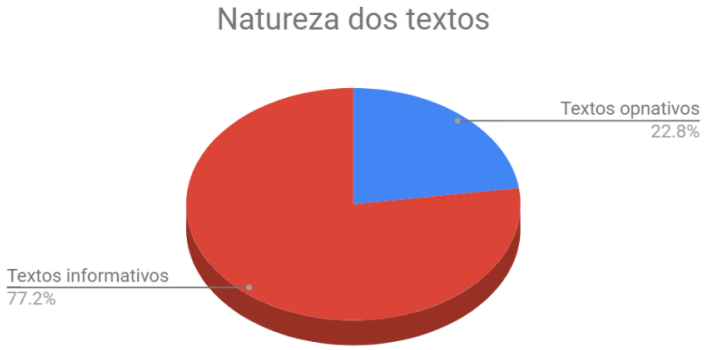

Gráfico 2 - Natureza dos textos

Contabilizaram-se 110 textos opinativos e 373 informativos, o que representa o total de 483 textos referentes à amostragem, sendo que, dos textos opinativos, 49 foram escritos por colaboradoras, relatando práticas, lutas, memórias e algumas histórias ficcionais narradas em primeira pessoa. Essas colaboradoras são mulheres/ leitoras que gostariam de ver suas histórias divulgadas e contadas por elas mesmas. Para tal, mandam o conteúdo para que as cofundadoras do coletivo validem a publicação no site.

É interessante observar que todos os conteúdos publicados pelo coletivo no site [78] são produzidos por mulheres, conforme é possível analisar no gráfico.

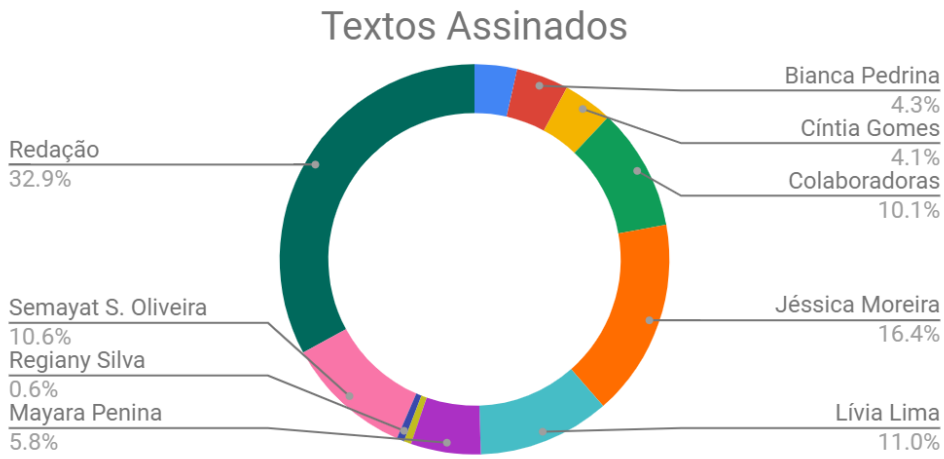

Gráfico 3 - Textos assinados

[78] Foram elencados conteúdos produzidos especificamente para o site, ou postados em sua íntegra. Não foram aferidos os autores dos conteúdos das matérias que elas embeberam (trouxeram como link) de entrevista que realizaram para outros veículos.

Nestes textos das 340 matérias que possuem fonte para a notícia, 98,52% possuem autodeclaradas mulheres como fontes jornalísticas. Dentre estas, aproximadamente 1,49% das matérias (totalizando cinco materiais) possuem também um homem como fonte no texto e os restantes 97,05% dos textos utilizam-se de mulheres como fonte exclusiva. Os outros 1,48 % dos materiais são quatro textos que possuem apenas homens como fontes e uma matéria que possui um sujeito não binário como fonte. Quanto aos outros 143 textos, 30% do conteúdo total analisado não possuem fontes por se tratar de divulgação de eventos ou atividades. Esses dados podem ser observados no gráfico abaixo:

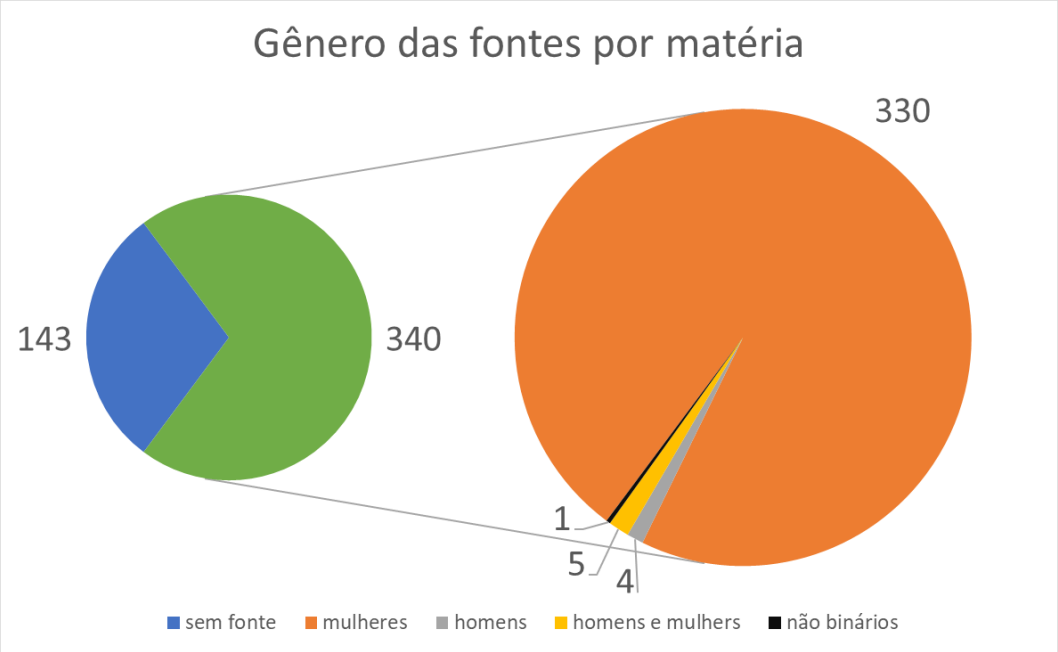

Gráfico 4 - Mulheres como fonte principal

Para entender melhor quais são as fontes que o coletivo utiliza e quem são as mulheres que dão corpo e fala ao site, investigou-se quais são as instituições, entidades, pessoa, que obtêm informações para construir os conteúdos nas postagens.

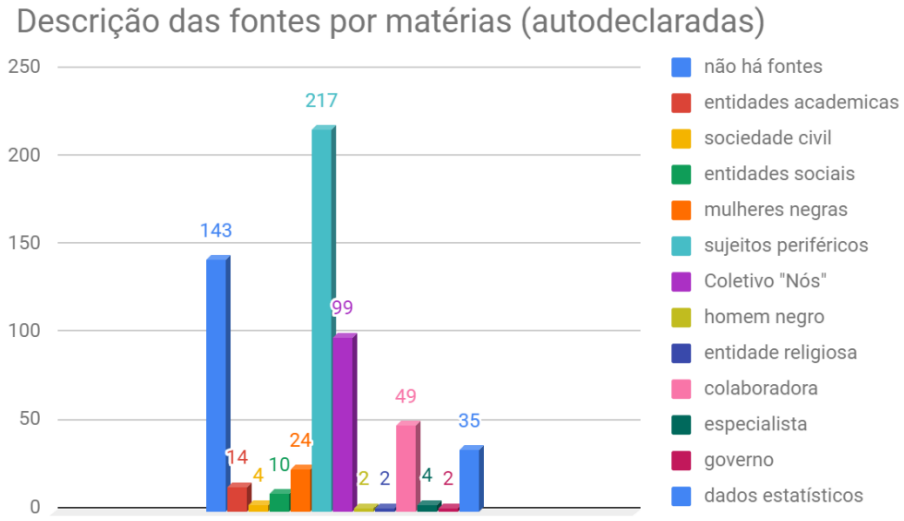

Gráfico 5 - Fonte por matéria

A partir do gráfico acima, é possível constatar que, quando há fontes de notícias no texto[79], excetuando-se, portanto, os textos de divulgação de eventos e ações, o coletivo segue seus princípios de ser o meio, o veículo que possibilita um espaço de visibilidade, de produção de conhecimentos autorais de sujeitos periféricos, que reúne histórias e experiências. Do total, 217 matérias ratificam os assuntos a partir de falas de sujeitos periféricos femininos, por meio de: relatos de experiências e vivências, depoimentos, entrevistas e denúncias; 49 matérias são escritas por colaboradoras (mulheres periféricas que enviaram seus conteúdos para o site). Em 99 textos, há a presença das falas das próprias autoras do coletivo, para endossar as matérias com relatos de seus experiências.

Por meio desse levantamento das fontes que o coletivo utiliza em seu site, foi possível detectar as escolhas conscientes dessas fontes como uma estratégia de resistência, existência e reescritura perante a “normatividade” da sociedade, buscando combater a visão estigmatizante e trazendo vozes com uma linguagem próxima/intimista e, muitas vezes, com a utilização da primeira pessoa. Isso pode ser observado de forma mais efetiva nas falas de Jéssica e Bianca:

> Eu gosto da ideia de aproximar quem tá lendo de mim, e saber que aquela história não está sendo olhada só de longe, mas que está sendo olhada de muito pertinho, porque é a rua de trás da minha casa, que é o meu bairro, que

[79]Um texto pode ter mais do que uma fonte em sua construção. Sendo assim, pode haver textos que estejam em mais de uma categoria.

são os bairros da periferia, eu acho que isso aproxima na linguagem sabe, é uma conversa, sabe? Só, é diferente se eu colocar na terceira pessoa, eu Jéssica acho muito importante, eu adoro, as coisas na primeira pessoa, dá um outro caráter e eu acho que isso não perde nada, não acho que perde o profissionalismo do jornalismo. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

Acho que para a gente foi muito natural essa proximidade, e ao mesmo tempo isso é muito louco, isso porque fala que o jornalismo você tem que ter distanciamento precisa ter olhar de fora... a gente na verdade começou meio que burlando essa regra no sentido que a gente... as pessoas não atravessavam a ponte para falar com a gente, não necessariamente... não atravessavam porque não tinham histórias, essas histórias estavam aí para serem contadas e ninguém contava e aí a gente sentiu essa necessidade mesmo, e começou partindo, falando da gente, das nossas histórias das nossas vivências, por meio de crônica, entrevistando pessoas da nossa família, entrevistando nossas vizinhas. Isso criou uma empatia muito forte e respeito pelas nossas fontes sabe, a gente tem muito cuidado quando a gente vai entrevistar as pessoas, porque são pessoas que estão no nosso território, são pessoas que de alguma maneira criam uma relação sabe, de respeito, de cumplicidade, porque quando uma mulher conta uma história pra gente, seja ela mais velha ou mais nova, de alguma maneira passa por nossa história também, de vivência né, então existe muita identificação. E é ao mesmo tempo um olhar jornalístico de se lapidar, de você extrair o melhor da história, de você ver potência em histórias que às vezes essas mulheres que a gente entrevista não enxergam, uma diarista, é uma costureira, - porque você quer ouvir minha história? Não sou famosa, tou trabalhando aqui no meu dia a dia, por que é importante pra você a minha história? - Sua história tem importância porque você tem sua vivência, tem um monte de outras mulheres que gostariam de ouvir sua história, se inspirar, ou simplesmente entender que estão juntas na mesma batalha. Ao mesmo tempo a gente também quebrou um pouco um estereótipo, uma palavra meio clichê, mas é real… pra quem não é, de que na periferia existe um tipo de mulher, um tipo de persona, a periferia também atravessa a ponte, na periferia também existem mulheres que fizeram mestrado, mulheres que são doutoras, mulheres que chegaram na academia e que também tem muito para dizer, mas que são invisibilizadas por serem negras que vieram desse território. Então a gente veio para quebrar todos esses padrões e a gente atua também com uma linha editorial forte, de colocar essas pessoas, essas mulheres como fontes, se ver nos jornais… normalmente os homens são os entrevistados, homens brancos, homens ricos, a gente veio quebrar um pouco isso, nosso trabalho perpassa toda essas frentes de atuação para falar de racismo [...]

[...] a gente procura ter rigor jornalístico no sentido de apuração, mas a gente atua um pouco diferente dos dados oficiais, porque geralmente eles vêm no primeiro plano e secundarizam as pessoas. A gente faz o contrário, humaniza eles usando mulheres pretas e mulheres periféricas, que são a base da sociedade, que são a maioria. A gente não consegue entender essa lógica de como que uma população que é a maioria continua invisibilizada em todas as matérias e todas as notícias, e a gente sempre procura reverter essa lógica de humanizar o número e não o contrário. Que eles [os números] virem potencializadores de alguma notícia, eles são importantes, a gente trabalha com eles também, mas deixamos sempre em primeiro plano as pessoas e as histórias que elas têm para contar. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

Nesses trechos as autoras questionam os pilares jornalísticos “convencionais” e seus modos de produção, que, conforme Veiga da Silva e Marocco (2018), por meio dos seus textos, buscam produzir conhecimentos com valor de verdade, em confluência com os modos de produção da ciência, na qual os jornalistas devem manter a objetividade, neutralidade e a impessoalidade, estruturando seus conteúdos informativos com base em técnicas rígidas (como o lide e a pirâmide invertida). No **Nós** há uma mudança de perspectiva. Valoriza-se um jornalismo mais intimista, que rompe com a produção noticiosa tradicional, partindo-se do princípio de que os cânones jornalísticos não contemplam a complexidade da sociedade que se pretende retratar, pois são reducionistas, partem de um pensamento binário e, em relações de poder, são “convencionados como masculinos” (SILVA E MAROCCO, 2018, p. 35).

Para alcançar essa mudança de perspectiva, como já foi enfatizado, o coletivo utiliza como estratégia jornalística falar a partir das vivências e das experiências de suas fontes e das autoras, compreendendo suas narrativas como potência e dando visibilidade e representatividade a essas mulheres, que passam a se apoderar dos espaços de fala. Lívia reafirma esses princípios ao explicar como as mulheres periféricas são vistas enquanto fonte para o coletivo:

> [...] como a gente acha que nossas especialistas são as mulheres da periferia, independente de qualquer coisa ela é especialista da vida dela, então é isso, gente vai ouvir essa mulher, e aí é muito na indicação. A gente ouve nossa família, nossas tias... sempre assim.
>
> […] A importância tá lá o tempo todo, e nas mulheres principalmente, porque a gente considera que quem fica na periferia são as mulheres. São a maioria mesmo, por estatística, e são as que ficam lá mais o tempo todo, ou porque não trabalham e ficam em casa, ou porque estão trabalhando nos postos públicos, nas escolas, nas creches. São a maioria mulheres que estão ali segurando a periferia mesmo. Segurando a casa, segurando a favela, que sustenta os lares enquanto os caras vão trabalhar fora, ou que trabalha fora também e que atravessa a cidade todos os dias e volta pra periferia, então a gente falar um pouco dessas histórias, partindo dessa experiência que a gente tem, que compartilhamos entre nós todas, temos coisas em comum, mesmo cada uma sendo de uma região, por exemplo. E que também a gente se coloca nesse lugar da escuta também. De ouvir histórias de experiências que nós não temos, porque também a gente foi construindo isso também né, não foi uma coisa dada. A gente reconhece as diversidades, porque também não quer que a mulher da periferia seja uma história única, a gente não quer uma história única, cada mulher tem uma história, cada mulher tem uma diversidade, então a gente quer mostrar essa diversidade. A gente tem mulher na periferia que é babá, tem mulher na periferia que é empregada, tem mulher que é advogada, tem mulher na periferia que tem mestrado, tem mulher na periferia que é policial, e a gente quer falar de todas elas e acho que todas elas se sentem contempladas. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

Conforme Evaristo (2008) esse recontar destas trajetórias não é ingênuo e ajuda a cumprir o objetivo de reconstruir esses processos narrados, desejando que eles apareçam. Sendo assim, estas jornalistas, que também são parte das histórias contadas, expressam essas vozes, histórias e memórias tão ausentes nas mídias *mainstream*, questionando a perspectiva comum do jornalismo sobre quem é o especialista apto a falar. Elas fogem do padrão hegemônico heteronormativo, pautando suas mensagens a partir do gênero, raça, território e questões socioculturais.

A escolha de pautas e linguagem do **Nós** ajuda a construir espaços de resistência e movimentação contra-hegemônica, para romper com a reprodução das perspectivas dos grandes conglomerados de comunicações, que acabam por influenciar na construção do imaginário social e nas disputas de sentido. O coletivo produz e dissemina informações mais complexas sobre esta parcela da população, enfatizando a presença das diversidades e, nesse sentido, tornando-se uma oposição à perspectiva hegemônica, pois "a radicalidade do que pode se configurar como contra-hegemonia talvez resida no fato de não se desejar nunca o lugar de sujeito hegemônico" (PAIVA, 2008, p.165). Essa escolha pode ser perceptível ainda mais nas falas seguintes:

> [...] A gente faz uma piadinha que a gente só em último caso vai ouvir um homem, né. Se não achar ninguém a gente fala tá ok, vamos colocar esse cara pra falar. Mas se tiver uma mulher, principalmente nessa coisa de especialista, tem que ouvir uma médica, uma pesquisadora, a gente vai preferir ouvir mulheres. Se só tiver aquele homem que sabe falar sobre aquilo, a gente vai por a fala dele, mas a gente sempre também coloca as falas das mulheres para se relacionar com a fala do teórico especialista, não adianta a gente fazer um texto só falando com homem e não ter uma fala de uma mulher, o site é **Nós, Mulheres da Periferia**, então a gente sempre ouve mulher. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

> Então o que o **Nós** faz é ser um espaço em que a voz das mulheres tá tipo, toma todos os espaços, sabe, não tem produção de homem. A gente vez ou outra, muito dificilmente, vai entrevistar um homem só se for algum assunto muito específico, que a gente não consiga nenhuma mulher, nenhuma mulher negra, tipo assim, é muito difícil abrir essa exceção, e ainda assim é um caralho, que aí tem uma discussão entre todas nós se vai fazer sentido colocar aspas de um homem, tem que ter certeza que não tem nenhuma mulher que possa falar isso, e aí se não tem nenhuma mulher negra que possa falar isso, então que a gente vai à escala, tipo assim, que tem alguma mulher da periferia que possa falar. Se for um assunto tipo sei lá, saúde pública que a gente tá fazendo a reportagem, a gente quer falar alguma médica, mas aí a gente não conseguiu uma médica que seja a moradora da periferia, mas alguma médica que atua, beleza... Tem uma médica, mas ela

> é branca, tem uma médica negra que possa falar sobre isso? A gente vai priorizar uma médica negra, ah não, mas eu não tenho, e tem um assunto muito específico que só tem um médico que fala, aí a gente vai pensar entre a gente se faz sentido colocar a fala dele, porque tipo, a nossa perspectiva quase nunca vai ser essa, aqui o nosso diferencial é exatamente não colocar as fontes de sempre. (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

Esta ruptura do padrão androcêntrico na escolha das fontes de notícia evidencia a reflexão sobre quem são os sujeitos "aptos" a produzir, difundir e reconhecer o que é conhecimento, a partir dos parâmetros sexistas e racistas da sociedade, que afirmam como conhecimento legitimado aquele que transcende "as particularidades de se colocar de maneira universal" (GÓES, 2019, p. 2). O coletivo se coloca a missão de pensar a partir daqueles que escapam ao modelo de referência (o homem branco heterossexual de classe média/alta), enfatizando as diferenças, invertendo a lógica, valorizando os atributos convencionados como femininos (como a subjetividade e a sensibilidade), em detrimento dos masculinos (como a objetividade e parcialidade), apresentando um material informativo marcado pelo local de fala das autoras, em que a subjetividade está impressa na linguagem, tornando-a pessoal e demarcando de qual viés noticioso partem.

Veiga da Silva e Marocco (2018), ao falarem sobre "livro de repórter", apresentam um panorama que se assemelha[80] às práticas jornalísticas das autoras no portal, argumentando que o exercício do jornalismo deste tipo, quando os sujeitos retratados são considerados a partir da sua subjetividade e complexidade, "potencializa um maior exercício de alteridade na prática jornalística" (DA SILVA e MAROCCO, 2018, p. 38), por não enquadrá-los na lógica binária e maniqueísta e que "servem como parâmetro na leitura da realidade a partir dos valores objetivos-subjetivos do jornalismo e dos jornalistas" (DA SILVA e MAROCCO, 2018, p. 38). A proposta do coletivo pode ser *referudam acredutim* à problematização da ciência sob o olhar feminista, defendida por Haraway (1995), que sinaliza a necessidade de se promover um conhecimento que é produzido por corpos, a partir de um saber localizado, territorial, social e demarcado em um tempo histórico, reconhecendo sua parcialidade e subjetividade. Ressalta-se que subjetividade "não significa o mero

[80] pautada na ação subjetiva, uma prática de resistência e a existência de um "repórter-autor",

conjunto de opiniões, mas sim a posição na estrutura de intersecção de classe, raça, gênero etc" (GÓES, 2019, p. 4).

Algumas falas das autoras do coletivo ilustram essa perspectiva, pautada na valorização do conhecimento popular e ancestral que transparece nas falas/vozes em seus textos:

> [...] elas têm outros tipos de vivências que eu não tenho, tipo, sabe, é uma troca sempre, a gente nunca é de cima pra baixo, porque a gente tem uma mania de nivelar saberes pela academia, saberes são saberes, as pessoas da academia tem os saberes delas, sei lá, costureiras têm os saberes delas, tipo são todos saberes. A Dona Ana Carolina, quando entrevistamos ela no Doc, ela deu uma surra de ancestralidade, de religiosidade, de combate ao racismo do jeito dela, sabe, tipo a gente aprende muito, porque a gente percebe que não tem esse negócio de, é de como você usa seu saber, de como você com o seu saber acessa o outro lugar, e que seja uma troca, de como você tem humildade de ouvir aquela pessoa e receber o melhor que ela tem para oferecer. Eu acho que isso que eu falo, o quanto a gente é um jornalismo diferente, porque a gente não faz um jornalismo por si mesmo, a gente quer informação, mas a gente quer extrair esse melhor das pessoas, para você extrair esse melhor das pessoas, você tem que conviver com elas, sabe? Você tem que estar aqui, trocando ideias, olho no olho dela, você tem que entrar na casa dela, deixar que ela te deixe entrar na casa dela, para isso você precisa estabelecer uma confiança com a pessoa, mas você não vai estabelecer essa confiança. [...] Tipo, porque é essa troca mesmo, acho [...] porque é isso, as pessoas querem conhecer as pessoas, né, eu acho que a gente faz, meio que contrário a esse jornalismo tradicional. Esse [jornalismo convencional] não te comove, não te move a nada, sabe, a gente quer trazer as pessoas mais próximas nesse mundo tão...cada vez mais se distanciando. É um pouco romântico, é... reconheço. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

Esses trechos demarcam a importância que as autoras colocam em produzir e difundir um jornalismo que parta de um conhecimento localizado, que não valorize as lógicas sexistas e racistas edificadas nas produções e nos conhecimentos gerados nas práticas jornalísticas hegemônicas. É perceptível a relação horizontal que se pretende criar entre as fontes e as jornalistas, buscando construir uma prática que amplie e diversifique vozes, na tentativa de democratizar e diversificar o espaço público, compreendendo quanto essa relação mais próxima e localizada é potencializadora do exercício da alteridade e da empatia, ao colocar este "outro" que está à margem da sociedade como também sendo o "eu", minimizando, assim, exclusões de saberes e evidenciando diferenças.

Veiga da Silva e Marocco (2018) argumentam que a organização das notícias em redações também é perpassada pelas relações de gênero e poder que "se

equivalem à norma dominante na sociedade" (2018, p. 35), criando uma hierarquia de poder e prestígio das notícias, sendo que as que se aproximam às premissas pré-estabelecidas como masculinas, as *hard news*, têm maior destaque e notoriedade, "do mesmo modo, são os representantes desses lugares de poder que são majoritariamente convidados a servir como fonte e reproduzir os regimes de verdade nos discursos do jornalismo". (VEIGA DA SILVA e MAROCCO, 2018, p. 35)

Assim, essa estrutura hierarquizada aumenta a falta de representatividade nas redações, na seleção tanto dos profissionais que executarão as propostas de pauta, quanto dos que ratificam a informação e conhecimento validados como de interesse público para determinado veículo, que, segundo Fígaro e Nonato (2017, p. 2), é composto por "jovens, do sexo feminino, de etnia branca, classe média, sem filhos, com curso superior completo e especialização (pós-graduação)". Profissionais que não se enquadram nestas descrições buscam outras formas e lugares para exercer o jornalismo. Com isso, a internet se torna uma potencializadora de ações que comportem essas jornalistas, que buscam um jornalismo mais interativo, próximo, democrático e que contemplem a diversidade sociorracial brasileira. Lívia, em um trecho da sua entrevista, relata esta dificuldade de se enquadrar dentro do padrão tradicional das mídias hegemônicas, mesmo detectando que está acontecendo uma mudança nesses ambientes:

> Eu acho que a mídia em geral, fazendo uma avaliação desde quando a gente fundou e hoje, a gente vê que a mídia até fala mais [temas explorados pelo **Nós**], ela mudou, e eu acho que a imprensa em geral captou isso, porque eu acho que, com as redes sociais e tudo, pessoas querem mesmo, elas compartilham com o que elas se identificam. é muito pessoal, o Facebook, qualquer mídia, você vai falar do que fala de você. Então eu acho que a mídia também começou a ver que isso rendia dinheiro, mas ainda assim, quando eles falam, não são nós mesmos falando, porque se a gente for falar de redação mesmo, de jornalismo aí, a gente sabe quem é que está trabalhando nas redações. Eu como jornalista já fiz pré-estágio teste na **Globo**, na **Folha**, **Estadão**...mas nunca fui selecionada, e é isso, eu to estudando inglês até agora, se a gente for falar de desigualdades... eu não tenho inglês, eu não tenho como competir com o que eles acham que é o padrão ou o alto nível de um profissional, mas o alto nível do profissional deles, pra falar da cidade de São Paulo, por exemplo, nunca pisou em Itaquera, então são essas coisas que a gente fala... quem é que tem mais legitimidade para falar de Itaquera, não sei né? A gente acredita que a gente mesmo que tem que falar, então acho que isso é o principal: o olhar da gente de dentro, tanto no nosso ou outro projeto, da Agência Mural, que eu ainda participo, esse olhar de quem vive, de quem está lá o tempo todo e traz diversidade para a produção, e traz verdade. (Entrevista de Lívia Lima para a autora em 28 de outubro de 2019)

Os depoimentos oferecidos pelas jornalistas Bianca Pedrina, Jéssica Moreira, Lívia Lima e Regiany Silva nos ajudam a refletir e repensar sobre suas práticas jornalísticas, nas quais a subjetividade é o fundamento das ações e escritas, que são perpassadas pelo exercício da alteridade, com o potencial[81] transformador e democratizador das intervenções. Nascimento (2018, p. 80) fala sobre a escrita autoral na literatura periférica, especialmente das mulheres negras periféricas. Essa escrita periférica dá espaço para que "[elas] possam ser ouvidas, suas obras apreciadas e [possam] obter retorno". Acredito que isso pode ser relacionado à perspectiva da escrita jornalística das autoras.

Assim, como as autoras pontuam, essa opção por não colocar as fontes tradicionais é um grande diferencial do coletivo. Compreendendo suas práticas como uma reiteração da existência e reescritura dos sujeitos periféricos generificados no debate-público, é o autoconhecimento, a autorrepresentação na escrita jornalística que permite que mulheres da periferia narrem e reconstruam trajetórias e memórias das antepassadas, a partir de relatos pessoais atravessados pela realidade sociocultural em que estão localizadas, evidenciando suas ações e a diversidade de suas vidas e de lugares.

4.4. Mediações Educomunicativas

O **Nós** enquanto coletivo de comunicação, composto por mulheres enquanto sujeitos periféricos generificados, procura desmistificar representações relativas aos sujeitos e territórios periféricos, articulando-se em rede e dando ênfase às memórias e às lutas pela garantia de direitos, em especial do direito à comunicação e expressão, estabelecendo narrativas a partir de suas localidades, do compartilhamento de vivências e experiências. Esta busca por alternativas para a transmissão de informações, na qual o coletivo se insere, por meio de um processo comunicacional baseado em colaboração, participação e autonomia, como já enfatizado anteriormente, faz com que a produção do conhecimento fomentado pelo coletivo

[81] Importante ressaltar que se trata de potencial transformador, já que a transformação cotidiana é complexa e para ser percebida teria que ser investigada junto ao público do coletivo.

valorize saberes localizados, saberes também adquiridos no cotidiano e saberes comunitários.

Essa perspectiva, acredito, só é possível devido à presença do diálogo presente em suas ações, que permite maiores condições de troca com o território e com a comunidade. Outro fator que influencia a efetividade de seu trabalho é a adequação da linguagem ao seu público alvo, com termos que componham um sentido comum, que não criem uma barreira linguística, possibilitando maior abertura e difusão do conhecimento ali representado.

O coletivo organiza-se a partir do diálogo que "se tece sobre uma base de pronomes pessoais que formam a textura da subjetividade" (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 33). Um diálogo tecido de forma respeitosa entre as fontes e as jornalistas, a partir de uma escuta ativa que abre espaço de conhecimento e aprendizado mútuos.

Essa comunicação que se ancora no diálogo permite processos de aprendizado que invertem a ordem hierárquica da difusão do saber, através do envolvimento subjetivo das fontes, aproximando-se bastante de alguns dos princípios defendidos pela Educomunicação[82], ao enfatizar a necessidade de fortalecer ecossistemas comunicativos que busquem desconstruir as práticas hierárquicas que estigmatizam grupos sociais, possibilitando o resgate da experiência de vida, a partir das narrativas cotidianas localizadas e reconhecendo que as práticas dialógicas não acontecem devido ao uso da tecnologia e do acesso à rede, mas sim devido à "construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento entre os sujeitos" (COSTA e HORN, 2015, p. 30).Tal comunicação, é construída intencionalmente, por meio de ações "inclusivas, democráticas, criativas e midiáticas" (COSTA e HORN, 2015, p. 130).

Segundo Orozco Gomes (1997, p. 58), processos capitaneados pelas mídias constroem espaços educativos "sem licença para ensinar, que se instalou [instalaram] nas sociedades contemporâneas, de maneira definitiva, e que ameaçam as funções e objetivos de outros agentes e instituições já legitimados". Neste campo, portanto, é essencial a presença e trabalho de comunicadores/as que promovam novas práticas jornalísticas, com novas formas de interação com o público, desenvolvendo alternativas colaborativas de coleta e formatação de conteúdos informativos. Soares

[82] Entendida a partir do conceito atribuído pelo NEC-USP.

(2011, p. 44) vai nesse sentido ao indicar que, quando o/a jornalista realiza matérias e ações que possibilitam espaços midiáticos para sujeitos invisibilizados, tem maior possibilidade de contribuir para a criação de ecossistemas comunicativos que oportunizem o diálogo e a reflexão.

Assim, quando se analisa a comunicação sobre, para e a partir das periferias, especificamente ao falarmos sobre os conteúdos textuais do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia**, observa-se esta formação de ecossistemas educomunicativos,[83] que têm o território como ponto de partida, mas com a preocupação em apresentar a intersecção entre gênero, raça e classe (e em determinados textos apresentam outras opressões), tangenciando uma perspectiva decolonial[84] e buscando uma aprendizagem das diferenças. Ao propiciar espaço de encontros, aprendizados e trocas de saberes locais e específicos, acredito que se viabilizam práticas que dialogam com a Educomunicação nesses processos de construção de identidades e valorização das vivências cotidianas, das subjetividades, das histórias e memórias. Acredito, portanto que uma perspectiva que nomeio como educomunicativa é consequência imediata desses fazeres intencionais, relacionando essas escritas jornalísticas a uma perspectiva intencionalmente educativa (mesmo que não percebida enquanto tal) no exercício profissional da comunicação. A fala de Jéssica exemplifica:

> A comunicação, ela é minha grande militância, assim, eu Jéssica né, não tô dizendo pelo **Nós Mulheres da Periferia**, eu Jéssica sou uma pessoa militante, assumida militante, mas minha militância é pela comunicação né, claro que a educação vai entrando nisso, por conta dos meus outros trabalhos, a questão de gênero, mas a minha ferramenta, o meu ferramental é a comunicação. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

Essa fala deixa transparecer como a interseção entre comunicação e educação é vivida intencionalmente, compreendendo que esse processo comunicacional não é apenas um processo técnico, mas é visto como resistência,

---

[83] A discussão sobre o ecossistema como educomunicativo tem sido feita por Cláudia Lago em reuniões e bancas, quando pontua que o ecossistema comunicativo dialógico, democrático e horizontalizado deveria ser entendido tão somente enquanto ecossistema educomunicativo, cortando-se, assim, os adjetivos subentendidos.

[84] Conforme discutido em artigo apresentado no 17o Encontro da SBPJor. Link: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002982384.pdf

como vontade de potência, fazendo valer as palavras de Pinheiros, que diz que ”a comunicação pode estimular o questionamento, a reflexão e a própria consciência da complexidade em que vivemos”. (PINHEIRO, 2018, p. 208)

4.5. Autorrepresentações das “Mulheres Periféricas”

Após este panorama geral sobre o site do coletivo, refletindo sobre as temáticas abordadas, suas fontes de notícias, a pesquisa aprofunda a análise de textos em que o ser “mulheres periféricas” é evidenciado, buscando observar como essas mulheres se expressam e se posicionam em relação às representações e a essa construção identitária. E, como já enfatizado anteriormente, a invisibilidade das mulheres periféricas, no âmbito social, cultural e das políticas públicas, é reforçada pela falta de representação nas mídias hegemônicas, que as retratam de forma universalista e superficial, reduzindo-as ao lugar geográfico em que estão inseridas e estigmatizando-as. O quadro pintado pelas mídias hegemônicas apresenta a mulher periférica (como uma só), a partir do estereótipo da mulher objetivada, desprovida de conhecimento/saber, com a sexualidade aflorada, a mulher “barraqueira”, durona (inabalável), como vítima ou protagonista de delitos e de crimes (MAURO, 2019). Esta representação reducionista está no cerne da produção do **Nós, Mulheres da Periferia**, como é possível observar na entrevista que o coletivo concedeu ao Blog Mural da Folha de São Paulo, em 2015:

> [A mulher periférica] é retratada de forma genérica, estereotipada, estigmatizada, apenas por ser da periferia. Por sua localização geográfica, acreditam que ela se expressa, fala e se veste apenas de uma forma. Os meios de comunicação de massa ou grande mídia, como dizemos, traz em seus anúncios, novelas e comerciais um único tipo de mulher da periferia, sempre é a empregada doméstica ou a piriguete. Somos empregadas domésticas, sim, somos também piriguetes, mas somos várias outras também. Somos a mãe, a tia, a irmã, a mulher guerreira desde o nascimento. [...] A periferia é composta por pessoas muito diversas e, pelas dificuldades todas que passam, muito criativas. [...] É preciso explicar que a questão da moradia longínqua vem acompanhada de preconceitos. “Se mora na periferia, não teve estudo qualificado. Se é da periferia, vai chegar atrasada. Se é da

> periferia, não sabe falar direito" são as afirmações que podemos ouvir por aí.[85]

A partir dessa entrevista, concedida no início da trajetória do coletivo, percebe-se a necessidade do grupo de contrapor-se a esse reducionismo, tentando quebrar a barreira da universalidade da "mulher", compreendendo a necessidade de se trabalhar o termo mulheres periféricas a partir da inclusão de falas e trajetórias que mostrem as diferentes experiências em ser mulher na periferia.

Esta perspectiva se reflete nos textos, em que 59,2% dos conteúdos totais analisados[86] evidenciam a construção textual utilizando múltiplos marcadores de diferenças, que se cruzam com a construção das identidades desses sujeitos como: raça, gênero, questões socioeconômicas e a noção de território/localidade, como mostra o gráfico abaixo:

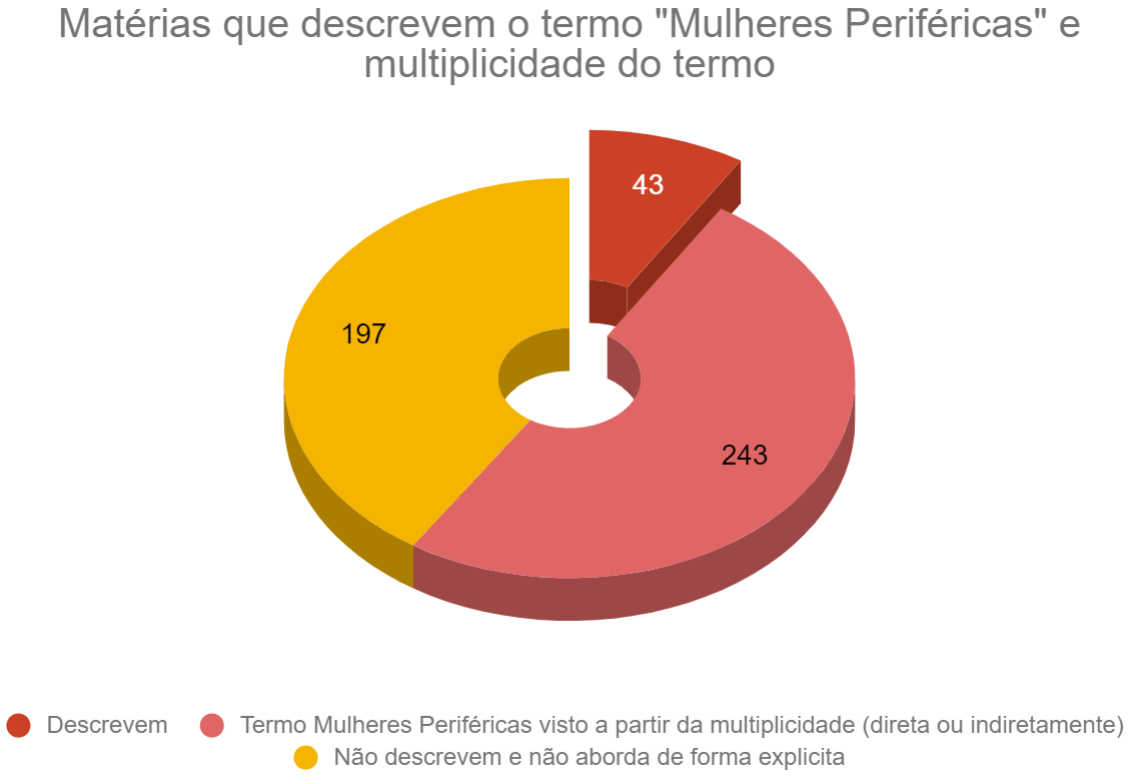

Gráfico 6 - Matérias que descrevem o termo "Mulheres Periféricas" e a multiplicidade do termo

---

[85]Link da matéria: https://mural.blogfolha.uol.com.br/2015/03/08/ser-mulher-e-ser-da-periferia-e-pelo-menos-duas-vezes-mais-dificil-diz-coletivo/

[86] Aqui, está-se referindo ao conteúdo total da amostra, as 483 matérias

Como é possível observar no gráfico, todas as 286 matérias partem do princípio de compreender as mulheres como plurais e multifacetadas, mesmo que de forma indireta[87], sendo que 43 textos têm a preocupação de debater, de trabalhar explicitamente a terminologia **Mulheres Periféricas**.

Como já mencionado, da amostragem total analisada, 43 matérias trazem a representação das mulheres periféricas como elemento central, sendo que, dessas, algumas se repetem, fazendo com que a amostra tenha um total de 37 conteúdos diversos. Nesses textos são perceptíveis algumas recorrências de sentido: 1) mulheres periféricas são diversas, são múltiplas, com trajetórias diferentes; 2) mulheres periféricas são lutadoras 3) a identidade das mulheres periféricas, como a dos sujeitos periféricos, é atravessada pela relação com o território e 4) mulheres periféricas são atravessadas, em seu cotidiano, por racismo, machismo e preconceito social.

Os textos e entrevistas analisados a seguir dão conta desses sentidos manifestos.

4.5.1. As mulheres periféricas são múltiplas

> Nos cansamos dos estereótipos. **A novela já não nos representa, o comercial da TV não diz quem somos e as capas das revistas nem chegam perto de nossa pluralidade. Nós, agora, construímos as nossas próprias histórias** e queremos que você, mulher periférica de qualquer parte desse Brasil, se junte a nós na construção de uma nova narrativa feita por nós e para nós em nossa nova campanha "Aumente Nossas Vozes". (texto no site do coletivo "Aumente Nossas Vozes, escreva para o **Nós, Mulheres da Periferia**"[88])
>
> Geralmente somos estereotipadas entre **dois perfis: a empregada doméstica ou a sambista/funkeira, o**u seja, mulher objeto, para trabalho ou para 'entretenimento'. **As mulheres são múltiplas em todos os lugares e**

[87] Textos que trabalham de forma indireta são os conteúdos que tangenciam a questão, mas não deixam explicito esse falar. Por exemplo, o texto "De Jaraguá a Parelheiros: mulheres indígenas de SP na proteção de seu povo", onde não há uma descrição sobre essa multiplicidade de mulheres periféricas, mas a matéria expressa a presença de mulheres indígenas em determinados territórios periféricos. link da matéria:http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/de-jaragua-parelheiros-mulheres-indigenas-de-sp-na-protecao-de-seu-povo/

[88] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/aumente-nossas-vozes-escreva-para-o-nos-mulheres-da-periferia/

> **classes sociais. Na periferia não é diferente,** contou Lívia Lima da Silva, uma das integrantes do grupo, para a Marie Claire. [...] "Somos julgadas como preguiçosas, que têm muitos filhos para receber bolsa família. Isso é um grande preconceito de classe. Somos muito mais, somos trabalhadoras, profissionais, artistas, mães. Somos livres." (texto no site do coletivo: "Coletivo fala para **Marie Claire** sobre mulher, periferia e preconceito"[89])
>
> Não basta, no entanto. Quem de nós nunca ouviu a famosa afirmação: "Você não parece que mora na periferia." Bom, até onde sabemos e vemos, **as mulheres da periferia não têm apenas um padrão de beleza, não usam as mesmas roupas e não gostam de um único tipo de música. Somos negras, brancas, jovens, idosas, mães de outras meninas. Gostamos de fotografia, balé, funk, teatro.** Na entrevista de emprego, o local onde moramos cria constrangimento. "Sim, tomo ônibus. Trem. Dois metrôs. E ônibus de novo." No happy hour, é comum escutar: "Lá entra carro? Essa hora é perigoso. Quer dormir na minha casa?". A resposta é não. Saímos cedo, voltamos tarde, mas sempre voltamos.
> **Trabalhamos perto, trabalhamos longe, dirigimos carros, usamos ônibus. Somos várias, diferentes histórias, o mesmo lugar. É impossível nos reduzir a um estereótipo.**
> Com o tempo, a mulher aprende a dizer que seu bairro não é tão perigoso quanto pregam. Aprende a não ter vergonha de dizer que é da periferia, pois é lá que estão suas raízes e tudo aquilo que aprendeu.
> (Texto no site do coletivo: "Nós, moradoras da Periferia")[90]
>
> **A mulher da periferia é retratada de forma genérica, estereotipada. Ela é, infelizmente, estigmatizada apenas por ser da periferia. Por sua localização geográfica, acreditam que ela se expressa, fala e se veste apenas de uma forma. A periferia é composta por pessoas muito diversas** e, pelas dificuldades todas que passam, muito criativas. Porém, os meios de comunicação de massa ou grande mídia, como dizemos, traz em seus anúncios, novelas e comerciais **um único tipo de mulher da periferia, sempre é a empregada doméstica ou a periguete. Somos empregadas domésticas, sim, somos também periguetes, mas somos várias outras também.** Somos a mãe, a tia, a irmã, a mulher guerreira desde o nascimento. (Texto no site do coletivo: "Outras Palavras – Mulheres da Periferia, por elas mesmas" [91]

Por meio de frases como "a novela já não nos representa, o comercial da TV não diz quem somos e as capas das revistas nem chegam perto de nossa pluralidade, Nós, agora, construímos as nossas próprias histórias", as autoras tentam quebrar a barreira da universalidade da "mulher", compreendendo a necessidade de se trabalhar o termo mulheres periféricas a partir da inclusão de sujeitos diferentes e multiculturais. Exaltam a necessidade e a mudança de perspectiva que existe atualmente, ao não serem mais narradas por terceiros, mas serem a porta-voz de suas próprias vivências e histórias. Criam, assim, constantes processos de desconstrução do conhecimento,

---

[89] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/coletivo-fala-para-marie-claire-sobre-mulher-periferia-e-preconceito/
[90]Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/1096/
[91] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/1173/

retirando do contexto no qual vivem as substâncias para a releitura do pensamento, considerando suas subjetividades e especificidades. (NASCIMENTO, 2018)

Esses trechos em destaque falam das narrativas estereotipadas e estigmatizadas que normalmente contam das mulheres periféricas. O coletivo reconhece esse lugar e aponta que mulheres periféricas são enxergadas pela sociedade apenas entre “dois perfis: a empregada doméstica ou a sambista/funkeira” / “empregada doméstica ou a piriguete”. A construção remete ao pensamento de Lélia Gonzalez (1984) que enumera as representações negativas das mulheres negras na sociedade brasileira a partir da articulação entre o racismo e o sexismo[92].

Esses processos de reescrita e rExistência que o coletivo carrega em sua escrita evidenciam a resistência à objetificação das mulheres periféricas no processo de dominação que as enxerga como o “outro”, objetificação presente também em produções culturais com apelo nas próprias periferias[93].

Compreendendo e vivenciando esta estigmatização, as autoras ressaltam, nos trechos selecionados (como por exemplo os que se seguem: “Somos empregadas domésticas, sim, somos também periguetes, mas somos várias outras também”), a necessidade diária de reverter essa construção identitária estereotipada e unitária imposta às mulheres periféricas. Tomam esse caminho porque são sabedoras das potencialidade dos estereótipos em projetar na sociedade o que é possível considerar “o normal e o aceitável”, excluindo aquilo e aqueles que não estão dentro desse padrão, o que é diferente (HALL, 2016); buscam, assim, romper esse ciclo representativo, ao mesmo tempo que denunciam essa construção - como se pode verificar a partir da frase: “A mulher da periferia é retratada de forma genérica, estereotipada. Ela é, infelizmente, estigmatizada apenas por ser da periferia. Por sua localização geográfica, acreditam que ela se expressa, fala e se veste apenas de uma forma. A periferia é composta por pessoas muito diversas”.

---

[92] Como já foi trabalhado na parte teórica desta pesquisa.

[93] Matsunaga (2008), ao analisar as representações de mulher presentes no discurso do rap, identifica neste três estereótipos sociais: a figura da mãe (correlacionado ao cuidado, ao lar, ao “amor incondicional” e por ser responsável pela manutenção familiar, em seu aspecto econômico e social); a mulher/ namorada (abordada de forma sexualizada, em uma relação dicotômica - “prostituta”/ “santa”, “linda e sensual”/ “promíscua e vulgar”); a batalhadora, enfatizando a força, a luta, a garra, os sofrimentos com as adversidades da vida dessa mulher da periferia e\ou negra.

Ao entender as mulheres periféricas como mulheres diversas e multifacetadas, que vivenciam distintas experiências e vivências, fica claro que a suas identidades ancoram-se na diversidade das mulheres periféricas, o que pode ser detectável nos trechos: “as mulheres da periferia não têm apenas um padrão de beleza, não usam as mesmas roupas e não gostam de um único tipo de música. Somos negras, brancas, jovens, idosas, mães de outras meninas. Gostamos de fotografia, balé, funk, teatro” e “as mulheres são múltiplas em todos os lugares e classes sociais. Na periferia não é diferente.”

As questões levantadas a partir desses textos do coletivo também são evidenciadas em seu texto Manifesto, que busca descrever quem são essas mulheres que visam retratar, mas entre as quais as integrantes do coletivo também se enquadram. No Manifesto elas destacam questões de gênero, classe social, raça e território, intrínsecas ao contexto social e cultural em que vivem as mulheres da periferia, pontuando ainda como os discursos machistas e racistas constroem e validam diversas formas de opressão que atingem diretamente esses sujeitos:

> Somos maioria. Somos minoria. Pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena.
> Somos aquela que, depois de 8h de trabalho e 4h no transporte público, –
> [...] Somos as mães que trabalham para as filhas estudarem.
> Somos as filhas que se formam na universidade para as mães voltarem para a escola.
> Somos operárias, empreendedoras, manicures, jornalistas, costureiras, motoristas, advogadas.
> Somos esposas, mães, irmãs, primas, tias, comadres, vizinhas.
> [...]Somos avós que criam os frutos da gravidez na adolescência.
> Somos aquelas que amam os filhos da patroa.
> Somos quem dá conta do recado quando nossos homens faltam. As que seguram as pontas quando são presos.
> Somos quem chora quando nossos filhos são mortos por serem suspeitos.
> Somos mães de maio, de junho, setembro…
> Somos quem vai ao posto atrás de remédio e pra agendar consulta pra daqui a cinco meses.
> Somos quem cria os abaixo-assinados para pedir creches.
> Somos quem trabalha em mutirão carregando bloco e fazendo marmita.
> Somos quem denuncia que a vizinha apanha do marido.
> Somos amor, perdão, paciência, doçura, fortaleza. Somos esperança.
> Somos **Nós, Mulheres da Periferia**!”
> (texto no site do coletivo “Manifesto”[94])

[94] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/

Neste compilado do texto Manifesto das autoras é mais uma vez possível identificar a narrativa autoafirmativa do coletivo. Com o intuito de ressignificar o que "é ser" mulheres periféricas, elas estabelecem um discurso que demarca a multiplicidade de sujeitos que habitam esses espaços, com diversos gostos, vivências, ocupações e profissões. Exaltam diversas possibilidades de ser mulher periférica, desassociando a imagem delas à discrepância econômica e social, mas, ao contrário, projetam essas mulheres em relações de afetividade e luta: "Somos amor, perdão, paciência, doçura, fortaleza. Somos esperança. Somos **Nós, Mulheres da Periferia**!".

4.5.2. As mulheres periféricas são fortes

Estas construções representativas abordadas acima ancoram a identidade das mulheres da periferia à diversidade, à multiplicidade. Em alguns trechos, também como "fortaleza", como as que "denunciam" os abusos com suas vizinhas e como "a mulher guerreira desde o nascimento"

Essa construção também fica evidente nos trechos selecionados a seguir:

> "**Ser mulher da periferia é ser guerreira, o tempo inteiro**. A gente nasce com destino pré-marcado, para trabalhar, talvez estudar, ter uma família, ficar em uma caixa. As que conseguem sair são guerreiras, mas a que não tem outro caminho é tão guerreira quanto. A gente luta o tempo inteiro, por creche, saúde. A dona de casa, a mãe, a irmã que cuida dos irmãos. A história das mulheres, da minha mãe, me inspira o tempo todo". (Texto no site do coletivo: "Não temos incentivo para fazer arte", afirma ilustradora do Campo Limpo"[95]) [96]

> **A mulher da periferia é guerreira**. Além de ser mulher e enfrentar os preconceitos de gênero, ela é periférica e enfrenta todos os problemas sociais embutidos nessa palavra e nesse conceito. É muito difícil viver na periferia. Imagina sendo mulher. Como eu disse anteriormente, a mulher é alvo de cantadas, enfrenta transporte lotado – e encoxadas – passa por inúmeras dificuldades para ser simplesmente mulher e respeitada por isso. **A mulher da periferia é resistente, é revolucionária.** Particularmente, tenho orgulho em ser uma. Em sobreviver, dia a dia, nesse mundo caótico, machista, excludente. E, o mais incrível é que no meio disso tudo, a mulher da periferia faz arte. Faz poesia, faz literatura, edita os próprios livros. Protagoniza a própria história. (Texto no site do coletivo: "Jornalista pesquisa literatura produzida por mulheres da periferia"[97])

---

[95] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/nao-temos-incentivo-para-fazer-arte-afirma-ilustradora-do-campo-limpo/
[96] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/1173/
[97] Link do texto: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/jornalista-pesquisa-literatura-produzida-por-mulheres-da-periferia-2/

A frase “Ser mulher da periferia é ser guerreira o tempo inteiro”, extraída de um artigo escrito por uma colaboradora, aponta algumas características específicas da construção identitária da mulher periférica, associando estas mulheres à constante necessidade de buscar melhorias e de se transformar para sobreviver, vinculando-as diretamente à imagem de guerreiras e lutadoras. Essa associação contida no texto aproxima-se da argumentação de Ramos (2016) e Oliveira (2019) que, ao analisarem as trajetórias de mulheres periféricas e associarem-nas ao ativismo em movimentos culturais e às lutas por direitos, apontam que estas qualificações ajudam a construir um imaginário para essas mulheres, um lugar de representantes na busca de melhoria para seus familiares e sua comunidade. A construção das mulheres periféricas um lugar de força também aparece nas falas de algumas das autoras do coletivo em suas entrevistas, como a seguir:

> Do meu lugar, eu posso dizer que, a partir da minha história, do lugar onde eu vejo o mundo, ser uma mulher da periferia é ser resistência. Eu acho que é ser resistência e é ser tipo pilar, assim sabe, do meu lugar, a mulher da periferia é o sujeito que constrói e sustenta esse mundo, é isso, é o pilar que que dá sustentação tipo, para tudo, assim, porque a mulher da periferia é aquela que tem relação com o território, é aquela que tipo produz, é aquela que se envolve com a educação dos filhos, é aquela que vai fazer o posto de saúde funcionar, ou que ou vai lutar para que tenha um posto de saúde, é aquela que vai lutar quando o governo cortar o leite, ou corta o transporte das crianças, é aquela que vai lutar pela vaga na creche, então tipo eu vejo a mulher da periferia com uma engrenagem que vai tá fazendo o mundo girar, tá ligado?! Tipo sem a gente, que tá, que tá ali na ponta da ponta da ponta, que é quem vive todos os impactos de tudo que for bagaceira desse país, é o sujeito que tá lá na ponta que vai ser mais diretamente impactado e é o primeiro sujeito que vai reagir, então eu acho que é um reagir para sobreviver, porque é a resistência. Então eu acho, eu vejo ela omo uma engrenagem, assim, que faz as coisas girarem, tipo todas as questões sociais elas desembocam diretamente na população mais vulnerável, e a mulher da periferia é a maior parte dessa população que vai estar na ponta sofrendo com esses impactos e que para sobreviver precisa transformar, tá ligada?! Tipo, ela vai precisar fazer com que a política pública pense que é preciso ter um posto de saúde, e tipo se não é a mulher da periferia que [diz que] tá faltando isso no território, a gente não consegue pautar instâncias maiores e pensar políticas públicas de médio e longo prazo, sabe? (Entrevista de Regiany Silva para a autora em 28 de agosto de 2019)

Neste trecho é possível perceber a construção e o reforço da imagem da mulher periférica como “resistência”, colocando que suas ações nesse sentido não são opcionais, mas sim atos para sobreviverem às adversidades a que estão sujeitas.

Dessa forma, a identidade das mulheres periféricas é atravessada por um contraponto à identidade tradicional do feminino, da mulher frágil que precisa de um homem para resgatá-la. Aqui, ao contrário, ela é a figura que vai atrás de melhorias para seus familiares e suas regiões, é o “pilar”, a “engrenagem que vai tá fazendo o mundo girar”. E a autora constrói sua narrativa apoiando-se em histórias e relatos presentes na memória popular, remetendo, mesmo que não de forma explícita, às lutas “dos clubes das mães” (OLIVEIRA, 2019) e à luta pelo SUS nas periferias.

Entretanto, na conversa com a Bianca, ela reafirma essas posições exemplificadas por Regiany e presentes na grande maioria dos textos que o coletivo possui em seu site e que falam dessa representação. Mas, ao mesmo tempo, ela critica essa positivação da mulher periférica por meio da força, da sua constante luta; ela, reivindica o direito de a mulher periférica ser frágil também, de poder falhar:

> Olha, eu acho que ser uma mulher de periferia é ter que ter muitos desafios, eu queria tirar um pouco esse ar político de dar conta de tudo, porque a gente não dá não, a gente está adoecendo inclusive, porque as pessoas falam que a gente dá conta de tudo. E não poder ser frágil, de que você tem que ser forte o tempo todo e não poder falhar, sabe?! Isso é uma bosta. Acho que ser uma mulher negra e periférica é ser muito mais forte, eu ainda tenho o privilégio de ser branca e se você é negra isso é muito mais latente, tem que dar com todos esses desafios. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

Bianca, neste ponto, alude ao processo de racialização no Brasil, que coloca a mulher negra (entendida socialmente como sinônimo também de mulher periférica) na chave da mulher forte (pelo trabalho), objetificando-a de forma a não a enquadrar no estereótipo hegemônico do feminino de fragilidade[98].

Outro aspecto que se pode detectar nessas falas é a necessidade de diferenciação enquanto grupo, ao demarcarem suas especificidades, suas lutas e suas demandas, e as diversas interseções das opressões com as quais as mulheres das periferias (principalmente as negras) convivem, e quanto isso interfere em suas subjetividades e vivências, como pode ser visto na fala da Bianca “[...] ser uma mulher de periferia é ter que ter muitos desafios”. As narrativas das autoras no site demarcam uma construção social positivada do compreender o que é ser mulher periférica,

[98] Como já indicava Sojourney Truth em seu famoso discurso “E eu não sou uma mulher”, como já referido neste trabalho.

entendendo esses processos de enfrentamento de suas opressões como um processo de rExistencia, exaltando o ethos de lutadora, de forte.

Outro ponto importante presente nos trechos selecionados é a valorização das histórias, experiências e das memórias desses sujeitos e de seus ancestrais, como no trecho “A história das mulheres, da minha mãe, me inspira o tempo todo”. Observa-se o enaltecimento das ações cotidianas e a valorização das intervenções diárias dessas mulheres em seus territórios e na vida daqueles que estão no seu entorno. Neles, as situações do dia a dia são consideradas como representação histórica de resistência às opressões e são vistas como parte das transformações e lutas sociais, politizando-se a intimidade e “dando-lhes sentidos coletivos” (OLIVEIRA, 2019, p. 226).

4.5.3. Mulheres periféricas estão em relação com o território

Dos 37 textos que abordam a temática da representação, 14 enquadram a periferia a partir da relação geográfica territorial[99], colocando em pauta as diferenças entre um bairro da periferia de São Paulo e os bairros mais centrais, ou elitizados. São mostradas as oportunidades distintas para cada habitante; a multiculturalidade dos territórios periféricos da cidade de São Paulo, enfatizando que os habitantes que ali vivem crescem cercados por uma diversidade cultural e musical significativa; ou seja, estas são as diversas paisagens das múltiplas periferias. O território é lugar de assento da identidade, com múltiplas facetas. Lugar de trânsito que muitos moradores periféricos vivenciam, sendo esse trânsito físico, imagético e simbólico entre a periferia e o centro (compreendendo este representado por espaços de poder). Esse processo de transitar entre os “dois mundos” é marcante para a formação desses sujeitos. Como indica Oliveira (2019), implica enfrentamentos e deslocamentos distintos e, ao mesmo tempo que pode evidenciar as diferenças, também pode unir os sujeitos periféricos independentemente de suas regiões, como os trechos abaixo indicam:

> Por estarmos mais longe dos bairros centrais, muitos serviços nos são negados. É impossível trabalhar por perto. Estudar por perto. Não há

[99]Se pontuarmos a partir dos 483 textos categorizados, 10,9% dos textos analisados (53 textos) abordam questões sobre o **território** e o termo **periferia**.

> empregos nesses lugares, por isso percorremos longas distâncias, da Zona Norte à Zona Sul da cidade. Não há um número grande de faculdades nas regiões periféricas, o que nos obriga a sair cedo de casa e voltar depois da meia-noite. Não há opções de lazer também. E sair de casa para se divertir significa voltar no primeiro ônibus do outro dia.
> **Ser mulher nas periferias de São Paulo é conviver com as diferenças geográficas impostas por um sistema que afasta o pobre cada vez para mais longe, enquanto a especulação imobiliária encarece tudo, até mesmo em nossos bairros.**
> [...] Antigamente, a mulher da periferia não tinha acesso à faculdade, não trabalhava além do serviço que já realiza diariamente em sua casa. Essa realidade, no entanto, vem mudando em todas as classes sociais. A mulher vem abrindo espaço no mundo do trabalho, com cargos até melhores que os dos homens. Mas ainda ganha menos que eles. Isso é um desafio a ser enfrentado. **Com a mulher da periferia, não é diferente. Ela também vem ocupando espaço, mas sempre tendo de provar que é capaz, mesmo vindo de um lugar distante. É preciso explicar que a questão da moradia longínqua vem acompanhada de preconceitos. "Se mora na periferia, não teve estudo qualificado. Se é da periferia, vai chegar atrasada. Se é da periferia, não sabe falar direito" são afirmações que podemos ouvir por aí.** (Texto no site do coletivo: **Carta Capital** – Mulheres da Periferia, por elas mesmas[100])

Esses trechos expressam os processos de opressão e preconceitos a que os sujeitos periféricos estão submetidos constantemente na circulação pela cidade, demarcando suas subjetividades e vivências. Com a fala "sempre tendo de provar que é capaz, mesmo vindo de um lugar distante", a autora exemplifica a construção narrativa que tais sujeitos precisam formular para legitimarem seus lugares em busca de outras experiências e oportunidades. Desta forma, durante a análise foi possível observar textos sob a perspectiva do deslocamento dos sujeitos moradores da periferia a percepção de menos qualificados (concepção esta amparada em questões raciais e sociais), positivando o viver na periferia, mesmo com a moradia distante dos seus afazeres cotidianos (como trabalho e estudo). São narrativas que não propõem como objetivo final a saída do território, mas, sim, a melhoria desse espaço para os sujeitos que ali vivem.

Oliveira (2019), ao tratar a questão do sujeito periférico, que está exposto a e inserido nos conjuntos de fronteiras, pontua que essas fronteiras, "ao mesmo tempo que dividem, circundam dando unidade, são desfeitas e refeitas e se movimentam pelas tensões; são espaços da margem, as bordas que, mobilizadas, recriam lugares". Bianca problematiza essa situação, apontando que, mesmo que exista uma sensação

[100] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/1173/

de “não lugar” há uma necessidade de se ocupar e resistir, tornar-se visível e encarar esse espaço de poder como também pertencente aos sujeitos periféricos:

> A gente está na base da pirâmide né, então, é uma luta diária, de se reconhecer nesse lugar periférico e ao mesmo tempo transitar no mundo, né? Transitar, o que é muito que estou vivendo agora, transitar no centro, transitar pela academia, transitar... Mas nunca deixar de voltar para suas raízes, ou resgatar isso dentro de você. Sempre vão te olhar, e você vai ser o outro periférico, isso nunca vai sair de você. Quando você acessar lugar de poder... “cara, esse lugar não é meu”, isso sempre vai me perpassar, mas não! Você está aqui, você tem que se apropriar desse espaço, eu acho que é um exercício diário de você se reconhecer fazedor, de você se reconhecer enquanto um ser no mundo, mas sempre todos os dias, a questão de classe, de você ser pobre, estará batendo na sua cara, a questão de raça, batendo na sua cara todos os dias, tem que levantar a cabeça para dizer, sim eu sou um ser periférico, sou uma mulher periférica, eu acesso esses espaços ou não, dependo do ponto de interesse. [...] o ser periférico, ele vai sempre estar comigo sim, e os desafios eles vão sempre bater na minha cara, tipo, vai ter sempre alguém para dizer aqui não é seu lugar, eu vou ter que erguer minha cabeça e falar sim, esse também é meu lugar. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

> Pra mim ser uma mulher da periferia é entender que o seu CEP, muitas vezes vai vir antes de você, em muito processo da sua vida, nas suas relações de amizade, de trabalho, amorosas, e que isso vai sempre impactar na sua vida e nas suas relações, uma vez que você mora longe. [...] então ser uma mulher periférica é entender que o seu CEP ele vai acabar, sem mesmo você querer, mudando o mundo das suas relações interpessoais e ser uma mulher da periferia que atravessou essa ponte, tipo que está muito no centro, também tem outro viés, que é de muitas vezes as pessoas não entenderem que você é muito do centro para ser da periferia, mas você nunca vai ser do centro, mas você é muito do centro para ser da periferia. É você ser de um não lugar, basicamente, é por isso que eu acho que muitas vezes o trem é um lugar confortável, que ele tá no meio da ponte então quando a gente atravessa é muito dolorido, eu acho que a gente poderia fazer reflexões sobre o que acontece com essa psique aqui que também atravessa. É claro que nós queremos atravessar, eu quero a cidade toda para mim, assim como eu também quero viver Perus, e quero que as pessoas também estejam lá, mas ainda é muito duro atravessar, porque você é uma das poucas nos espaços de trabalho, tanto como a mulher negra, quanto mulher periférica, e essas duas questões estão sempre muito relacionadas. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

Jéssica amplia ao falar sobre essas fronteiras, apontando a angústia desse “não lugar” e refletindo que a territorialidade racializada pode modificar as relações intrapessoais desses sujeitos.

Isso remete à trajetória de Gloria Anzaldúa, que, a partir do seu lugar de escritora chicana (situada, portanto, num lugar de margem, assim como o das mulheres periféricas), constrói sua trajetória teórica apontando que as mulheres são distintas entre si, que intersectam múltiplas subordinações, não apenas a de gênero, e, especialmente, que as identidades das mulheres nas margens é marcada por uma

subjetividade de fronteiras[101], uma subjetividade que é marcada pelo transitar entre mundos distintos:

> Comecei a pensar: "Sim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não define tudo que sou. Sim, venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra. [...] Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? O que é que isso faz com nossos conceitos de nacionalismo, de raça, de etnia, e mesmo de gênero? (ANZALDÚA apud COSTA E ÁVILA, 2005)

Anzaldúa pontua ainda que há um processo de não aculturação de sujeitos da margem, e estar neste local de fronteira causa danos tanto econômicos quanto psicológicos. Não há uma identificação com os valores culturais dos grupos dominantes, assim como também não se identificam totalmente com os valores culturais dos que estão totalmente à margem. “Eu internalizei tão bem o conflito da fronteira que às vezes sinto como se anulássemos o outro e fôssemos um zero, nada, ninguém. A veces no soy nada ni nadie. Pero hasta quando no lo soy, lo soy”. (ANZALDÚA apud CRISTINA, 2009 p. 316)

Tentando ilustrar essa experiência de ser um sujeito periférico, ligada ao território e também à noção de pertencimento, Jéssica produz uma reflexão sobre o filme do super-herói “Pantera Negra” e estabelece uma comparação das periferias brasileiras com Wakanda, nação africana fictícia do filme.

> **Mas Wakanda também é, simbolicamente, a periferia e fez vibrar em mim o sentimento de fazer parte de uma “comunidade”.** Pois Wakanda é quase aquela casa onde você construiu suas raízes e sabe que pode encontrar o acolhimento que precisa, mesmo depois de algum voo longo. **Wakanda é onde seus ancestrais construíram as histórias e memórias que podem te fortalecer para continuar vivendo e enfrentar as adversidades que ainda é ser uma pessoa periférica,** ou “wakandeiro”, neste caso.[102]

Assim, a periferia, a partir da fala da autora, aparece como sendo um lugar de pertencimento, um lugar de luta, de memória e resistência. A localidade geográfica,

---

[101] No caso Anzaldúa, ela fala sobre a fronteira entre México e Estados Unidos e, neste trabalho, transpusemos essa fronteira para as fronteiras entre periferia e centro

[102] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/pantera-negra-e-wakanda-que-existe-em-cada-periferia/

constrói, mas não limita o sentimento de comunidade que descreve em seu texto. Conforme Peruzzo (2002) mesmo à distância pode-se ter esse sentimento de pertencimento e confiança por não se tratar apenas de questão geográfico/ territorial, mas, sim, de elementos de ordem cultural, histórica, jurídica, política, econômica etc.

Almeida (2013) relata que esta relação de proximidade e pertencimento pode ser verificada na forma como esse lugar é nomeado: “pedaço”, “quebrada”, “comunidade”, “vila”, externando a significação simbólica que estes termos possuem. Há uma relação do espaço intermediário da casa desses sujeitos com o espaço público próximo a sua residência, que aponta para um intenso contato desses moradores com o espaço físico do entorno, remetendo sempre a lembranças anteriores.

> O pedaço não significa o espaço geográfico do bairro, mas aquele no qual as pessoas estabelecem relações sociais, para além do ambiente privado e familiar. Fazem parte do pedaço o bar, a padaria, o campo de futebol, o posto de saúde, a escola, a praça, a igreja, a esquina, o salão de baile, o circo. Esses lugares onde se criam vínculos e cumplicidade sociais. Por isso, não basta apenas morar naquele local para fazer parte do pedaço, é necessário praticá-lo. (ALMEIDA, 2013, p. 157)

Assim, o espaço do bairro, para moradores da periferia, passa a ser uma referência identitária que compreende a convivência no bairro, no território, não como forma, mas como “objetos de ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, 16), que forma e transforma este sujeito continuamente, em relação às formas pelas quais são representados ou interpelados nos sistemas culturais que os rodeiam.

> **Os números, no entanto, não dão conta de representar e explicar a complexidade e afetividade existente entre os sujeitos que vivenciam a periferia em seu cotidiano**. **A resistência nasce, inclusive, pela falta**. É uma garagem que se torna o centro cultural do bairro; a pracinha, antes abandonada, que se transforma no ponto de encontro dos jovens que não têm espaço para diversão; os muros viram uma galeria de arte a céu aberto e a rua ainda é o campo de futebol improvisado com chinelos na calçada. Tem até carona no ônibus para a molecada que não pode pagar. Os vendedores ambulantes dos trens – famosos marretas – são os marketeiros mais geniais escondidos sobre os trilhos de ferro. (Texto no site do coletivo: “Voz ela já tem, meu bem! São ouvidos que ela quer”: o que as mulheres da periferia têm a dizer sobre si mesmas”[103])

[103] Link do texto: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/voz-ela-ja-tem-meu-bem-sao-ouvidos-que-ela-quer-o-que-as-mulheres-da-periferia-tem-a-dizer-sobre-si-mesmas/

As autoras, ao refletirem sobre a complexidade da experiência de ser sujeito morador da periferia, enfatizam a demarcação do território como espaço de resistência e afetividade. A construção da identidade comunitária, portanto, extravasa o reconhecimento da dimensão geográfica/ territorial, pois se constitui principalmente pelos afetos comuns vivenciados (OLIVEIRA, 2019). A construção identitária das mulheres periféricas passa pela construção de se perceberem, como indicado anteriormente, como envolvidas em “um modo compartilhado de estar no mundo” (D’ANDREA, 2013, p. 45), uma identidade construída a partir de uma perspectiva comunitária, carregada de subjetividade e de um discurso de valorização das experiências e memórias, consolidado em um processo de “relacionamento com pessoas de outra pertença sociorracial, num processo de diferenciação”. (OLIVEIRA, 2019, p. 156). A produção e a afirmação dessa territorialidade periférica como constituinte da identidade traz para o debate as questões de gênero, raça e classe (entre outras categorias da diferença) como estruturantes da construção social e do espaço.

É possível visualizar, a partir dos textos do coletivo, que o processo de escrita e difusão que realizam por meio dos seus projetos e mídias fomentam o processo de formação e reafirmação identitária por meio da palavra, que tenta contemplar complexidade e a multiplicidade territorial, em franca oposição ao normal das representações veiculadas pela mídia hegemônica. Nesse sentido, operam o que Hall (2016) aponta: que “representação conecta o sentido e a linguagem à cultura” (2016, p. 31). Compreendendo o território como ancoragem para a subjetividade, o processo de escrita que as autoras do coletivo buscam construir, ao incluírem a territorialidade como base, produz uma narrativa perpassada por alguns elementos que são comuns entre esses espaços e seus habitantes, enfatizando as práticas cotidianas, suas potências inventivas, as formas contra-hegemônicas de ocupar o espaço e de se comunicarem. Os textos selecionados e transcritos abaixo são ilustrativos da narrativa da resistência, do ser, articulando-os aos espaços e práticas sociais.

4.5.4. Mulheres periféricas enfrentam machismo, racismo e preconceitos

As mulheres periféricas representadas pelo ***Nós,*** em seus textos e pelas concepções explícitas de suas autoras, conforme se percebe por meio das entrevistas, estão em constante embate com racismo, machismo e preconceito, a partir de sua ancoragem no território. São, portanto, atravessadas pelas interseccionalidades, tal como discutido no capítulo teórico, vivida em termos de dimensões constitutivas das representações. Os trechos abaixo dão conta de duas dessas dimensões, a racial e a de gênero:

> Lívia aponta, no entanto, que os moradores de favelas e periferias são retratados de maneira estereotipada, geralmente negativa. "As histórias sempre transmitem a ideia que o final feliz é sair desse lugar e ascender economicamente. **Somos contra esse tipo de narrativa, do racismo implícito que coloca as mulheres negras como empregadas domésticas e os negros como bandidos**", explica. (texto no site do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia** fala sobre racismo para o Jornalismo Especializado Unesp"[104])
>
> Em uma sociedade machista, ser mulher já é um grande desafio. **Ser mulher e ser da periferia torna essa missão pelo menos duas vezes mais difícil**. Além de tudo que a mulher, de forma geral, já precisa enfrentar para alcançar seu espaço no meio social, **Nós, Mulheres da Periferia**, enfrentamos os desafios presentes na vida de qualquer pessoa que viva na periferia de uma grande metrópole como São Paulo. Assim, entendemos que homens e mulheres sofrem com a falta de serviços públicos, como saúde, moradia e educação. Porém, a mulher, de forma específica, sofre mais que o homem, uma vez que na maioria das vezes é ela a chefe do lar. Sofre mais que o **homem nos longos percursos de ônibus ou metrô, pois além do aperto, sofre abuso sexual**. Sofre mais que o homem na questão da educação, uma vez que ela é quem cuida da vida escolar do filho. Sofre mais também na questão da saúde pública, pois precisa utilizá-la para questões ginecológicas bem mais cedo que o sexo masculino. Sofre mais, pois é ela que visita o marido quando vai preso. Sofre mais quando o filho morre ou entra para o tráfico de drogas. Sofre mais ao subir a rua escura, já que seu maior medo não é o assalto, mas o estupro.
>
> **A favela é uma mulher preta. [...]** Dilemas sobre sobrevivência, alimentação para os filhos, aborto, violência doméstica, prostituição, são alguns dos temas abordados que levam a momentos de choro e riso, **de forma complexa e ambígua, como a própria realidade da vida das mulheres das periferias.** A peça é uma junção de vários textos de cada um dos grupos de teatro, de forma que não são contínuos, não complementares, como a própria estrutura das favelas, autoconstruída irregularmente, no improviso, entre a lama e o caos, como diria Chico Science. A conclusão a que se chega é que, **em meio a tantos problemas, em um ambiente à primeira vista insólito e hostil, a mulher preta, a favela, sobrevive, resiste, não se deixa derrubar, não se permite virar cinzas. A peça nos lembra de que a favela é feita de lixo, entulho, madeira, enchente, mas antes de tudo, de gente, de mulheres,**

[104]Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/nos-mulheres-da-periferia-fala-sobre-racismo-para-o-jornalismo-especializado-unesp/

> **como Carolina de Jesus, como eu e tantas outras.** (Texto no site do coletivo: “A favela é uma mulher preta”) [105].
>
> **Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino**. Como coração de mãe, ela abraça os seus filhos sem distinção, sem ver se é belo ou feio, dentro ou fora dos padrões. (Texto no site do coletivo: **Nós, Mulheres da Periferia**[106])

A partir do trecho “Somos contra esse tipo de narrativa, do racismo implícito que coloca as mulheres negras como empregadas domésticas e os negros como bandidos”, é possível perceber como as autoras se colocam no site do Nós, Mulheres da Periferia, em uma constante de resistência às objetificações impostas./ Isso remete a Cardoso (2014), ao apontar que as mulheres negras (e acrescentamos as periféricas) estão em constante processo de enfrentamento da “dominação/exploração que procurava mantê-las como outro/escravo/objeto” (CARDOSO, 2014, p. 978).

Outro ponto a se destacar é a naturalização de violência sexual que é cometida contra essas mulheres e colocada em evidência pelo coletivo em diversos textos. Nos trechos elencados é perceptível quando falam sobre a preocupação com o “abuso sexual” e o “estupro” que as mulheres periféricas sofrem. É possível relacionar a condição dessas mulheres nesse aspecto do risco de violência sexual ao pensamento de Sueli Carneiro (2009), quando aponta que as mulheres negras escravizadas foram alvos constantes da violência sexual que se constituiu um mecanismo inseparável da dinâmica opressiva que engendrou o trabalho escravo nas Américas, relacionando seu corpo às representações de acessibilidade e subordinação sexual, consolidando, por meio dos estereótipos racistas, uma identidade coletiva de objeto.

Interessante observar também que, para o **Nós**[107], a periferia e a favela são pensadas como femininas: “Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino. Como coração de mãe, ela abraça os seus filhos sem distinção, sem ver se é belo ou feio, dentro ou fora dos padrões”.[108] e “A favela é uma mulher preta”. Estas são

---

[105] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/a-favela-e-uma-mulher-preta/

[106] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/artigo-publicado-no-tendencias-e-debates-da-folha-de-s-paulo/

[107] A partir dessas matérias, publicadas em 2014.

[108] Matsunaga (2008) apresenta uma análise da representação social da mulher em letras de rap nos anos 90, relatando que a mãe é o tipo/personagem mais valorizado pelos rappers, sendo muito exaltada

construções que reforçam estereótipos de gênero e racial, reduzindo as complexidades e as diversidades dos indivíduos. Reforçam os estereótipos de gênero ao relacionarem o feminino ao materno, ao incondicional - coração de mãe, que, ao descreverem o sentimento de pertença a um lugar, de aconchego, de confiança, de eterno cuidado, de identificação a um conjunto de representações simbólicas, reforçam a ideia de compartilhamento e aceitação da diferença. E reforçam os estereótipos raciais ao compararem o corpo da mulher negra à favela descrita como um espaço que “à primeira vista insólito e hostil” e “feita de lixo, entulho, madeira, enchente”, projetando, assim, nas mulheres negras, representações de repulsa e asco, além de remeterem às recorrentes representações de estarem em posições sociais e culturais inferiores.

Mas, em contraponto, retomam uma narrativa positivada, compreendendo estas mulheres enquanto força e capaz dos embates necessários para sobreviver neste ambiente e tornarem-se o símbolo de superação e resistência. A violência que esta articulação do sexismo com o racismo produz na mulher negra não possibilita que elas reproduzam os mesmos modelos epistemológicos que a sociedade propõe, havendo uma necessidade de transgressão desses modelos, pois estes modelos “só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais”. (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Dos 37 textos que trazem a representação do que é ser mulher periférica, 35 apresentam a interseccionalidade como fio condutor, apesar de não se referirem diretamente ao conceito. Dentre estes textos destacam-se conteúdos que falam sobre o ser mulher da periferia em cotidianos particulares, mas conectados pelo recorte de classe, raça gênero e sexualidade.

Em relação ao último marcador, alguns textos merecem ser destacados. O primeiro aborda as demarcações das diferenças e a homossexualidade, referindo que, quanto mais desviante da “norma” o sujeito for, a mais intersecções este está submetido. No tocante à sexualidade, quatro dos 37 textos são percorridos pela

---

nas letras e mantendo uma imagem conservadora da mulher, associando-a ao espaço privado e ao cuidado do outro (filhos e maridos).

temática LGBTQI+[109].. O texto relato[110] selecionado, produzido por uma colaboradora, constituinte do especial “Ser lgbt+ na periferia”, busca descrever as questões sexuais e afetivas por meio de experiências cotidianas, relatando suas descobertas, lutas e realizações. Assim, ela narra a: invasão da vida sexual privada de um corpo feminino tratado como público nas periferias de São Paulo. Pelo menos, foi assim quando eu fui alvo de questionamentos mais abertos e inconvenientes por parte dos vizinhos”.

Deste modo, a partir destes e de outros conteúdos no site, é possível perceber, ainda que de forma tímida[111], que há uma preocupação em abranger as múltiplas formas de se viver e de ser na periferia, destacando as dificuldades e consequências de se assumir a homossexualidade publicamente devido ao receio da violência por conta do preconceito, comparando as disparidades em ser lésbica em regiões periféricas ou em regiões mais centrais da cidade.

Camila Medeiros (2006, p. 539) aponta que o

> ser lésbica na periferia ilumina a concepção do “ser lésbica” na medida em que, para essas mulheres, não se assume lésbica a pessoa que não tem certeza de sua condição. Isso porque o bairro da periferia onde elas moram é caracterizado como de extremo preconceito a lésbicas e gays, e várias situações de agressões físicas homofóbicas e atentados de morte foram narradas.

A maior parte dos textos da amostra, constituída de 23 textos[112], aproximadamente 53,4%, relaciona mulheres periféricas à negritude. São textos diferentes entre si, mas que apontam para o modelo da pirâmide social onde as mulheres negras periféricas ficam na base, na margem, invisíveis. Medeiros enfatiza que a representação social destas mulheres é apenas a de servir, limpar e obedecer.

---

[109] E se pontuarmos a partir dos 483 textos categorizados, 30 textos são permeados pela temática. Dando destaque ao especial “Ser lgbt+ na periferia” realizado pelo coletivo em outubro de 2019, abrangendo seis textos, podem acessá-los por este link: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/lgbt-na-periferia/

[110] Keyty Medeiros: ‘O armário é solitário e doloroso’, produzido por Redação/ Keyty Medeiros, em 10/11/2019. link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/keyty-medeiros-o-armario-e-solitario-e-doloroso/

[111] Na conversa com Bianca, a autora relata que lançaram esses conteúdos sobre mulheres LGBT nas periferias para sanar essa lacuna de representatividade que existe/ existia no site pois “cobravam a gente de falar sobre sexualidade, os desafios dos LGBT que eles enfrentam na periferia, está começando, está sendo pautado aos poucos, a gente vai inserindo isso, nossos textos, nos nossos editorial.” (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

[112] Se pensarmos na amostra total, os 483 textos categorizados, 36,6% dos textos analisados (177 textos) correlacionam a terminologia **mulheres periféricas** a mulheres negras.

Ao mesmo tempo, Medeiros aponta para a necessidade do fortalecimento enquanto mulheres negras e periféricas na luta por direitos e dignidade. A relação entre diversos marcadores de desigualdade, interrelacionados com questões da negritude pode ser percebida no seguinte trecho:

> Contrariando o conceito de racismo velado, já que só não vê quem AINDA não quer, **seguramos o peso do racismo na interconexão entre gênero, classe e raça, remetendo a mulher negra a um contexto de tripla exclusão**. Violência carregada de estereótipos, preconceito e a persistência de um pensamento escravocrata. Desse tríade, nascem explicações para as pretas (e jovens) serem as principais vítimas do feminicídio em todas as regiões do Brasil e corresponderem a 61% dos óbitos. [...]
> Somos as netas da lavadeira, a filha da doméstica e a menina que aprende muito cedo a se virar sozinha, não contar com o pai ou seguir sem companheiros. **Somos as mulheres que descendem de uma luta ancestral por liberdade, travada na África, senzalas, casarões, matas e quilombos. Somos quem aumenta a presença preta nas universidades** e cerra os pulsos por espaço para o estudo e reflexão social e racial nesses ambientes. (Texto no site do coletivo: O quanto somos negras[113])

Nestes textos destaca-se a marca da racialização da população periférica, enfatizando as múltiplas intersecções que estão marcadas nestas mulheres moradoras das periferias, principalmente se estas forem negras. Os textos falam das exclusões e opressões, ao mesmo tempo que, a partir do relato do cotidiano e da multiplicidade dessas mulheres, narram suas existências como resistência, como mulheres que lutam pela equidade de racial, de gênero e por espaços educacionais acessíveis e democráticos.

E esse processo de racialização, marcado nas falas das autoras, promove um discurso que procura questionar o privilégio da branquitude e coloca em pauta como o racismo[114] acaba por questionar a humanidade das mulheres negras. Nesse sentido, refletem sobre e apresentam o imaginário social brasileiro colonialista, que, como aponta Almeida (2014), é determinante ainda hoje:

> Em uma sociedade “racializada” e fortemente marcada pela tradição colonial, o racismo opera, dentre outras formas, para destituir sua vítima da condição humana. Esse exercício diário transforma as pessoas em seres incapazes de reconhecer a dor do outro. O negro é inferior pela sua condição de ex-escravo, cabendo-lhe as migalhas do produto do trabalho, embora tenha, por

[113] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/o-quanto-somos-pretas-13-de-maio-e-condicao-das-mulheres-negras-no-brasil/

[114] Ao falarmos sobre racismo e racialização, não nos atemos apenas à racialização de mulheres negras apoiamo-nos também na teorização sobre as mulheres de cor proposta por Anzaldúa (2000)

> mais de 300 anos, trabalhado forçadamente sem receber nada por isso. Assim operou a ideologia dominante na colonização, que ainda está presente no imaginário social (ALMEIDA, 2014, p. 150)

Essa concepção de dominação racial de brancos sobre negros, resquício do período escravocrata, faz com que o racismo de hoje se recrie, submetendo a população negra a novas e diferentes formas de violência física, psicológica e simbólica. A discussão sobre o racismo e o antirracismo está presente em muitos dos textos do coletivo, perpassando a construção narrativa e representativa sobre as mulheres periféricas.

No trecho selecionado, quando este fala da "tripla exclusão" a que as mulheres periféricas negras estão sujeitas, remete à teorização de Bairros (1995), que, ao falar sobre mulheres negras, enfatiza que não existe uma identidade única. Segundo Bairros, essas identidades são construídas a partir da "expressão de diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)" (BAIRROS, 1995, p. 461). A autora destaca que as experiências de opressões não são somadas: uma mulher negra trabalhadora "não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista". (BAIRROS, 1995, p. 461).

Sousa (2009) aponta que ser pobre e negro no Brasil é uma violência avassaladora em termos materiais, mas é também uma violência simbólica invisibilizada, naturalizada e silenciada. Retomando os trechos elencados, uma frase remete bastante a esta perspectiva: "Violência carregada de estereótipos, preconceito e a persistência de um pensamento escravocrata", em que a autora, que se entende enquanto mulher negra e periférica, se vê perpassada por essas diversas violências. É possível sintetizar a dor e o sofrimento no cotidiano dessas mulheres também em outra sentença[115], que transmite toda a trajetória histórica de opressões e desigualdades: "Somos a maioria e poucas de nós experimentam um cotidiano que seja físico e psicologicamente saudável".

---

[115] Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil, escrito por Semayat S. Oliveira, em 5/13/2018 http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/o-quanto-somos-pretas-13-de-maio-e-condicao-das-mulheres-negras-no-brasil/

Sob a perspectiva da interseccionalidade, aparece colada a temática de violência[116], ressaltada em 15 dos 37 conteúdos analisados, que narram outras opressões a que estas mulheres estão sujeitas, como: o elevado índice de vítimas da violência doméstica, feminicídio e violência estatal; a violência do aborto não legal[117]; o impacto nas mulheres periféricas e negras pela vivência de um cotidiano seja físico, seja psicologicamente não saudável.

> **Nós, Mulheres da Periferia**, não podemos nos calar, **pois estamos entre as maiores vítimas da violência doméstica que muitas vezes resulta no feminicídio e na violência estatal, quando nos negam direitos básicos para uma vida digna.** Em defesa da democracia gritamos numa só voz: "Ele Não"! (Fala de Lúcia Peixoto, 48 anos, professora de filosofia na Rede Estadual, para o texto: "Mulheres da periferia organizam ônibus para o ato #Elenão nesse sábado"[118])

Este histórico racista e sexista engendra os mais diversos tipos de violência, que atingem principalmente mulheres negras. González assinala:

> Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (GONZÁLEZ, 1984, p. 9)

---

[116] 234 textos do levantamento inicial de 483 conteúdos são perpassados pela temática **violência**. Dentre esses textos, diversos discorrem sobre como a violência física e policial influencia no dia a dia das mulheres periféricas. Trazemos como exemplo um trecho do texto que fala sobre a prisão de Rafael Braga e seu impacto nessas mulheres: "Para Débora Silva, fundadora do Mães de Maio, "o que o judiciário fez com o Rafael é a perseguição que ele tem com todos os negros, pobres, favelados e de periferia. O judiciário já tem uma história de aprisionar e de também assinar o arquivamento da execução sumária de pobres e negros". O que Débora observa pode também ser comprovado em um relatório elaborado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, publicado em junho de 2016, que mostrou que as chances de uma pessoa branca presa em flagrante ser solta após uma audiência de custódia com um juiz são 32% maiores do que as de pessoas negras. [...] "Se a justiça está fazendo isso com o Rafael Braga, que é um caso de visibilidade, o que a sociedade não deixa de ver com os corpos negros na periferia, ainda mais nós, mulheres, que estamos ainda mais vulneráveis?", refletiu Jéssica Tavares, 24, moradora de São Bernardo do Campo, que também acompanhava a vigília. (Texto "Como a prisão de Rafael Braga também afeta as mulheres negras na periferia", de Jéssica Moreira, link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/como-a-prisao-de-rafael-braga-tambem-afeta-as-mulheres-negras-na-periferia/)

[117] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/o-que-pensam-as-mulheres-da-periferia-sobre-o-aborto/

[118] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/mulheres-da-periferia-organizam-onibus-para-o-ato-elenao-nesse-sabado/

Esta perspectiva pode ser observada no trecho abaixo, que fala da violência naturalizada que enfrentam as mulheres da periferia cotidianamente:

> Somos a maioria e poucas de nós experimentam um cotidiano que seja físico e psicologicamente saudável. É preciso ainda reconhecer e combater a existência da exclusão social, do racismo e, a partir disso, criar políticas públicas para diminuir as estatísticas. E quanto mais luzes acenderem para a descoberta da identidade preta – um processo complexo, mas com fluidez – mais forte a luta fica. (texto: Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil[119])

> Para as mulheres, o que mais incomoda é o machismo, que vem sob várias faces. A mulher traz consigo uma série de barreiras, como ter que ser 'dama', ficar em casa, cuidar dos filhos, trabalhar fora estudar, ser mil e ser uma só. E com isso, sobra pouco tempo para frequentar os saraus, pouco ou nenhum tempo para o processo criativo, para escrever, fazer suas poesias. E, no meio disso tudo, tem que aguentar cantadas nas ruas, aguentar machismo inclusive dentro dos saraus, então, acho que a principal dificuldade da mulher é conseguir se dedicar ao que tem talento, seja hip-hop, literatura. É conseguir produzir. É passar todas estas barreiras e responder com arte. (Texto no site do coletivo: "Jornalista pesquisa literatura produzida por mulheres da periferia") [120]

É a partir desse questionamento sobre o corpo feminino periférico, que fica exposto e desprotegido, que o coletivo busca repensar a construção da identidade da mulher negra periférica, a partir de um olhar que se afasta do discurso civilizador ocidental que a definiu como selvagem, perigosa, amoral e detentora de uma raça distinta, e que por ser diferente, era permitido que fosse submetida a violências (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

4.6. Desdobramentos

A análise dos textos permitiu, posteriormente, um mergulho em outros sentidos que o **Nós** relaciona ao viver e ser mulher periférica. Um deles diz respeito à relação

---

[119] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/o-quanto-somos-pretas-13-de-maio-e-condicao-das-mulheres-negras-no-brasil/

[120] Link do texto: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/jornalista-pesquisa-literatura-produzida-por-mulheres-da-periferia-2/

com a corporeidade. Em **Identidades Negras**, Bell Hooks (1995) fala sobre uma construção acerca das mulheres negras que está extremamente ligada ao corpo e não ao pensar, em um contexto racista, em que a representação imagética da negra imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela possui como 'função' principal a de servir aos outros. (HOOKS, 1995, p. 468)

> A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como símbolo sexual os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental. (HOOKS, 1995, p. 469).

A autora complementa ainda que há muitas barreiras no patriarcado capitalista com supremacia branca para permitir uma vida intelectual, tornando o espaço acadêmico para as mulheres negras um "lugar interdito". Conseguimos ver a presença deste pensamento em diversos textos do coletivo, que denunciam e buscam romper semelhante barreira.

> **E para quem é considerada uma favelada, alcançar o ensino superior é quase impossível.** É como se ela nascesse com seu destino determinado. Jamais vai ter dinheiro para pagar a universidade e a escola pública não vai prepará-la. Mas agora, belas, agressivas, cheias de gana e autoconfiança, essas mulheres estão driblando as dificuldades para ascender socialmente. **Passaram a incluir mais uma atividade em sua dupla jornada, que se tornou tripla, pois também estudam**. (Texto no site do coletivo: **Nós, Mulheres da Periferia**[121])

Esse trecho coloca as mulheres periféricas em uma situação de superação, apontando para a entrada cada vez maior desses sujeitos periféricos generificados no mundo universitário, o lugar interdito e que passou a ser disputado, espaço de ascensão social e de disputa de valores e visibilidades.

Outro sentido que transparece nos textos e nas entrevistas é a relação com o movimento feminista, não sem percalços, já que muitas mulheres periféricas atuantes na luta por direitos não se sentiam contempladas no movimento, por este remeter a outras mulheres e outras vivências, criando "uma contradição a ser evidenciada e criticada para pensar a opressão reproduzida que o próprio movimento dizia ser combativo". (OLIVEIRA, 2019)

---

[121] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/7408/

O coletivo **Nós, Mulheres da Periferia**, quando inicia suas atividades, parte de uma narrativa que busca relatar e retratar a exaustão das mulheres periféricas diante de tantas violências sofridas, por meio da narrativa das vivências das semelhantes. Ao mesmo tempo, não se compreendiam enquanto participantes dos movimentos feministas, naquele momento inicial, mesmo sendo um veículo voltado a dar visibilidade às experiências de mulheres e à busca de direitos. Isso pode ser melhor entendido nas falas de Bianca e Jéssica:

> No começo quando a gente lançou o coletivo não entendíamos muito bem esse rolê do feminismo, nós sabíamos que éramos feministas, mas havia até certo preconceito da nossa parte, porque a gente veio deste lugar de que não necessariamente mulheres da periferia se reconhecem como feministas, apesar de serem feministas porque a vida exige da gente que a gente seja, porque essa questão da pobreza, essa questão do machismo ela bate muito mais forte nos territórios onde a gente habita, né?! E aí no comecinho a gente ficou meio nossa... A gente bancar a bandeira do feminismo? [...] conforme a gente foi se apropriando do conhecimento do que é ser feminista, do ser feminismo na quebrada, a gente foi absorvendo isso, inclusive nos nossos textos e no nosso editorial, foi uma coisa que foi acontecendo pra gente, ela não existia, algumas das meninas do coletivo já se identificavam, mas organicamente falando no coletivo Nós (como sétima pessoa, que a gente costuma falar), no comecinho tava no rolê de se conhecer, o que a gente é, sabe, existia muito essa confusão, vocês são coletivo de feminismo ou coletivo de comunicadores que têm uma das causas o feminismo? Para gente perpassar essa barreira, tivemos que fazer um trabalho editorial muito forte, recusar muito convite para participar de mesa, porque, não que nós não sejamos capazes de falar sobre isso, mas existem inúmeros coletivos feministas que têm muito mais bagagem que nós, muito mais apropriação que nós e a gente tem também que ceder espaço, né? Qual que é nosso lugar, meu lugar dentro do coletivo, Bianca, sou jornalista, sou uma pessoa que hoje me reconheço feminista, mas o meu primeiro lugar ali, a representação que me identifico dentro do Nós é a comunicadora que fala sobre feminismo, racismo, fala sobre as questões todas.
>
> [...] na verdade nossa missão é fazer com que as mulheres que estão na borda, acho que é nosso grande desafio, entendam o que é feminismo, o que é interseccionalidade, se reconheçam nesse lugar. Que esse discurso de empoderamento nos lugares de onde a gente vem, ainda para muitas mulheres, ele ainda não chegou. Como a gente é essa ponte para que cheguem nelas, nas nossas mães ou mulheres mais novas... Hoje em dia as meninas têm muito mais acesso por conta da internet e tudo mais, ainda é um discurso, uma narrativa que a gente encontra desafio. Porque ela parece que bate na academia e volta de maneira rebuscada, a gente fica estudando tanto, estudado tanto, estudando tanto e aí vira uma complexidade. Mas como trazer essa complexidade para quem ainda, cuja prioridade ainda é a sustentação, sei lá, [para quem] não tá pensando nisso. (Entrevista de Bianca Pedrina para a autora em 14 de outubro de 2019)

> [...] nem nós nos entendíamos como feminista. Hoje todos nós entendemos como feminista, entendemos também que há muitos feminismos, muitas complexidades, a gente não se coloca nesse lugar de porta-voz de feminista da periferia, entendemos que há muitos feminismos e que, inclusive, aquelas

> que não se consideram feministas ou que não se nomeiam feministas elas são mulheres também em movimento, e estão fazendo movimentos de mudança, mesmo quando não tão dentro de um movimento organizado, elas estão em movimento, e eu gosto muito disso, porque tipo, você tá em movimento lutando por creche para ter uma vaga para o seu filho, isso é política também. E aí que algumas vão querer ser chamadas de feministas, mas outras não... Mas eu me vejo como feminista e as meninas do Nós também, mas a gente não se via naquele momento [no início do coletivo], parecia que o feminismo era coisa distante, era muito distante, que era dos livros, e que tinha uma demanda muito específica da questão do corpo, e a gente, ainda estava tendo que se entender enquanto mulher negra também, o e é uma questão que você ainda tá lutando para ele não ser sexualizado, então talvez a nossa luta naquele momento não era tipo andar de peitos nus na paulista, mas lutar para que o meu corpo não seja sexualizado, então há muitas demandas diferentes. (Entrevista de Jéssica Moreira para a autora em 18 de dezembro de 2019)

Por meio das falas percebe-se que o feminismo foi sendo apropriado em um processo muito debatido e estudado pelas autoras do coletivo, em função de um estranhamento inicial, já que percebiam as diferenças de pautas e lugares em relação a um feminismo hegemônico (geralmente branco e classe média e alta). Como a Jessica ressalta, o “feminismo era coisa distante, era muito distante, que era dos livros, e que tinha uma demanda muito específica da questão do corpo”.

Essa visão reducionista do movimento (ainda muito presente em regiões periféricas) impedia a associação imediata das suas iniciativas para superação de barreiras para as mulheres como feministas. Não se sentiam contempladas com a perspectiva que entendiam do feminismo, já que acreditavam que estas não correspondiam a suas demandas políticas e intelectuais, por articularem suas ações sempre ao território das periferias urbanas. Esta compreensão, pelo que se depreende das entrevistas, foi sendo transformada pelas autoras, que atualmente compreendem a existência de diversos tipos de feminismos, consideram-se feministas, ao mesmo tempo que não pretendem se colocar “nesse lugar de porta-voz de feminista da periferia”.

A fala acima, de Jéssica, também deixa transparecer a percepção das autoras sobre as multiplicidades e as diversidades das mulheres periféricas. A preocupação em romper as generalizações diante de diversas subalternidades e silenciamentos, pautam a pluralidade e polifonia buscadas pelo coletivo, na tentativa de não imputar novas opressões, pois, como aponta Brah, um “grupo identificado como culturalmente diferente é internamente homogêneo, quando esse, patentemente, não é o caso” (BRAH, 2006, p. 337)

Outra questão bastante recorrente nos textos é a percepção da subalternidade das vozes das mulheres periféricas e a tentativa de resistir a isso – marca da fundação do coletivo.

> [...]Assim como Queila, **nós, e tantas outras mulheres das periferias, tivemos nossas vozes historicamente subalternizadas, caladas, ignoradas. E apesar de alguns avanços, somos a parcela da sociedade que ainda precisa lutar para exercer o direito de se manifestar e se posicionar por si mesma**. [...]O **Nós, Mulheres da Periferia** é **um coletivo que nasceu de um vazio de representatividade.** A relevância, elemento que o jornalismo sempre destacou ser um dos pressupostos para ganhar as manchetes dos jornais, está nos nossos cotidianos invisibilizados. **O sistema que nos nega direitos também nos condiciona ao silêncio e nos faz acreditar que não somos capazes de falar por nós.** Começamos a inverter essa lógica transformando o silêncio em voz que ecoa com a potência que merece" (texto no site do coletivo: "Voz ela já tem, meu bem! São ouvidos que ela quer": o que as mulheres da periferia têm a dizer sobre si mesmas"[122])

As seguintes expressões: "tivemos nossas vozes historicamente subalternizadas, caladas, ignoradas", "somos a parcela da sociedade que ainda precisa lutar para exercer o direito de se manifestar e se posicionar por si mesma" e "O sistema que nos nega direitos também nos condiciona ao silêncio e nos faz acreditar que não somos capazes de falar por nós", evidenciam o silenciamento, enquanto outras formações valorizam o cotidiano das mulheres periféricas e das suas histórias, enfatizando a necessidade de serem contadas e por elas mesmas, como em: "[a relevância jornalística] está nos nossos cotidianos invisibilizados" e "Começamos a inverter essa lógica transformando o silêncio em voz que ecoa com a potência que merece".

Tais trechos evidenciam a intenção de romper com a narrativa que vê a mulher periférica como submissa às atitudes do seu opressor recriando um imaginário de mulheres em atividade para reconstruir e reivindicar seus direitos, negando o discurso machista, racista e preconceituoso que constrói a imagem da mulher periférica como um ser sem agência.

Estas falas, ao mesmo tempo, também apontam para a construção imagética das leitoras, destacando algumas características já trabalhadas anteriormente, como a racialização, a territorialidade e a positivação de suas vivências e trajetórias. As

---

[122] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/voz-ela-ja-tem-meu-bem-sao-ouvidos-que-ela-quer-o-que-as-mulheres-da-periferia-tem-a-dizer-sobre-si-mesmas/

leitoras, que são também potencialmente autoras, são as mulheres periféricas, todas elas, em suas multiplicidades e pluralidades, e as próprias jornalistas, que se entendem enquanto mulheres periféricas, também correspondem aos sujeitos que são falados e narrados.

É neste contexto que retomamos a importância operada pelo site, que propõe às mulheres periféricas "rejeitarem opressão psicológica internalizada" ao se autodefinirem. Ao se autodefinirem, estas mulheres validam-se enquanto sujeitos, enfrentando a visão colonial (COLLINS, 2016, p. 104–106). Esta autodefinição, que é uma redefinição, implica abrir o acesso a outras formas de visibilidade, ao mesmo tempo que há possibilidade de estar em outros territórios, a partir de outras lógicas:

.

> **Também estamos na academia, construindo nossas próprias teorias, muitas delas embasadas por uma vivência anterior enquanto mulheres e homens periféricos**. [...] para além do serviço social que uma pesquisa exerce, cada uma é um estudo em causa própria, no sentido de entender e contrapor tudo aquilo que os programas sensacionalistas falam sobre as bordas da cidade, jogando luz às memórias coletivas e lutas nos mais variados campos do conhecimento. (texto no site do coletivo: "Voz ela já tem, meu bem! São ouvidos que ela quer": o que as mulheres da periferia têm a dizer sobre si mesmas[123])

Nesse trecho há o reconhecimento do saber situado (HARAWAY, 1995) e ancestral, enfatizando a importância da história de um grupo subalternizado e exaltando práticas cotidianas. Collins (2016) argumenta que as mulheres negras (e isso se aplica também às mulheres periféricas), ao fazerem esse exercício de autorreflexão, fortalecem a comunidade que representam e possibilitam um distanciamento em relação ao pensamento da norma colonizadora, ressignificando as identidades, viabilizando novos olhares e lugares. Para Collins (2016):

> [...] definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de "outro" objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o "outro" implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. (COLLINS, 2016, p. 105)

---

[123] Link da matéria: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/voz-ela-ja-tem-meu-bem-sao-ouvidos-que-ela-quer-o-que-as-mulheres-da-periferia-tem-a-dizer-sobre-si-mesmas/

A objetivação do sujeito dominado “outro” classifica os negros e as mulheres em “relação a esse eixo branco masculino”, e faz com que as mulheres negras sejam definidas como “um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos” (COLLINS, 2016, p. 105). O coletivo, ao trazer estes relatos, ilumina os lugares sociais que estas mulheres ocupam, narrando suas distintas experiências em sua própria perspectiva.

Por fim, para a produção do coletivo o lugar e o ato de narrar-se aparece como pano de fundo. E, ao fazer isso, se mostra essencial para a transformação da relação de subalternidade dessas mulheres periféricas.

Lago e Lousa (2018), ao falar da importância da invisibilidade histórica que não pode mais ser negligenciada[124], considera que a “autorrepresentação é capaz de criar o reconhecimento por meio da escrita, que liga, por meio da alteridade, escritores e leitores, popularizando a literatura e fazendo com que esses sujeitos percebam que ela, a leitura, também pode ser para eles, falar deles e se aproximar de sua realidade” (LAGO e LOUSA, 2018, p. 32). Esse movimento fomenta e possibilita a construção e circulação de discursos contra-hegemônicos, em que as narrativas são apropriadas pelos sujeitos até então marginalizados, tornando-os sujeitos de suas ações e não apenas objeto do discurso hegemônico.

Resgatando Anzaldúa, que retrata que há uma estratégia do sujeito subalternizado na busca de sobreviver e reinventar, por meio da sua escrita consciente (no caso da autora enquanto mestiça[125]) enquanto ser de fronteira:

> Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da

[124] A autora pensa a literatura periférica, mas acredito que a lógica possa ser aplicada aos textos aqui analisados.

[125] A discussão da mestiça é essencial na obra de Anzaldúa, mas não foi possível aprofundar essa questão no escopo deste trabalho.

> audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Assim, para Anzaldúa a escrita é um ato de poder transformador e motivador, ao mesmo tempo que é um ato de rebeldia por meio do qual as mulheres fronteiriças conseguem, concomitantemente, narrar suas dores e perspectivas, desconstruindo as imagens estereotipadas, transformando esse ato em um momento de coragem, por assumirem o medo e serem levadas a tomar consciência de si a partir da sua condição de estar no mundo (ANZALDÚA, 2000).

A escrita, portanto, é não apenas necessária, mas essencial. A mestiça de Anzaldúa (ela mesma), que aqui está sendo construída analogamente às mulheres periféricas, não se debruça no ato de escrever apenas pelo prazer, pois, muitas vezes, ele é um ato, um processo de transcender medos e barreiras, ao mesmo tempo que é uma ação libertadora, um movimento que desata as relações de subalternidade e silenciamentos nas relações patriarcais. É uma escrita para visibilizar e criar espaços de uma escuta ativa, fazendo desse ato um momento de redescoberta e reconhecimento do passado e do presente, ao evocar trajetórias e memórias, compreendidas a partir das suas relações históricas, territoriais e sociais.

Tal processo de autorrepresentação por meio da escrita reflete também a condição de fronteira destas mulheres periféricas, que assumem o risco da exposição, da reconstrução e exaltação das suas identidades em relação aos marcadores que são imputados e que agora passam a compor sua existência: ”somos maioria de mulheres negras, somos mulheres, somos periféricas”, em uma busca também de construir memórias orais e vivências pessoais e familiares que possam formar e ilustrar a complexa experiência coletiva da condição feminina periférica.

5. CONCLUSÃO

Neste momento final, falo sobre os caminhos construídos durante esta dissertação, destacando as principais reflexões e reconhecendo os limites deste estudo, decorrentes da dimensão da temática. Também ofereço possíveis direcionamentos para novas pesquisas.

Esta dissertação teve como objetivo refletir sobre como projetos midiáticos que trabalham com a temática da autorrepresentação de mulheres periféricas desconstroem e ressignificam os estereótipos impostos pelas grandes mídias. O objeto empírico que elegi foi o projeto midiático **Nós, Mulheres da Periferia***.* Busquei perceber, por meio do site desse coletivo, como as cofundadoras constroem as suas representações de mulheres periféricas; busquei também, a partir dos pressupostos educomunicativos, verificar quais as potencialidades transformadoras da construção das representações das mulheres periféricas nesses espaços, em contraposição às narrativas midiáticas hegemônicas estereotipadas sobre esses sujeitos.

Nesse sentido, trouxe para a pesquisa uma reflexão sobre a terminologia **sujeito periférico 'generificado**'. Para pensar esses sujeitos, com os quais também me identifico, parti do exame da trajetória do termo **periferia**, apresentando a concepção que utilizei neste estudo, a de periferia, como um espaço paradoxal, com complexidades existentes em suas estruturas e em suas relações históricas e culturais com a sociedade. Portanto, o termo deixa de ter como base a delimitação geográfica - a de bairros afastados do centro - e consolida-se como "um modo compartilhado de estar no mundo" (D'ANDREA, 2013, p. 45), carregado de subjetividade, de identidade comunitária, além de ser um discurso a partir da valorização das experiências que lidam com os estigmas inscritos nesses sujeitos.

Assim, neste estudo, a experiência social do ser periférico é vista como um processo contra-hegemônico, corporificado (generificado), contextualizado, racializado, urbanizado e é calcado fundamentalmente na segregação socioespacial. E o reconhecimento da categoria **periferia** e do **sentir-se periférico** gerou um sentimento de pertencimento a uma situação social compartilhada, que se dá principalmente por meio da arte e tornou-se uma maneira de estabelecer uma diferença em relação a os outros grupos sociais.

Indaguei também sobre mudanças nas práticas políticas e sociais junto à atuação de movimentos sociais nos últimos anos, que identificam no ambiente virtual uma abertura para as mobilizações. Com base nisso, construí um recorte histórico sobre as trajetórias das lutas e dos caminhos dos movimentos das mulheres no Brasil para, em seguida, contextualizar e ampliar as discussões sobre o conceito de **Interseccionalidade**, essencial para pensar o sujeito mulheres periféricas. A essa discussão agreguei a do espaço generificado, discutindo autores/as que fazem ponte com perspectivas pós-estruturalistas e decolonialistas, pensando as relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço.

A partir do levantamento teórico realizado com os descritores “Mulheres Periféricas” e “Mulheres da Periferia”, desenvolvi o aprofundamento das reflexões sobre as produções de comunicação alternativas, o que me ajudou a pensar as pluralizações das vozes e demandas das mulheres, bem como a desconstrução de mitos, tabus e representações que as estigmatizam. Também constatei que a apropriação dos espaços de escuta ensejados pelas mídias digitais são estratégia de resistência, luta e emancipação dessa parcela social negligenciada, pois proporciona o rompimento do silêncio imposto, abrindo espaço para a desconstrução e aprofundamento de discursos, possibilitando fomentar o processo de (des)construção da representação das mulheres periféricas, potencializando conhecer as diversas vozes desses sujeitos, permeadas por variados marcadores de diferença.

A análise do objeto empírico, o coletivo **Nós, Mulheres da Periferia***,* tanto em conteúdos selecionados quanto nas falas das autoras por meio de entrevistas, permitiu analisar a construção narrativa e o modo como o coletivo desenvolve suas práticas jornalísticas. Aqui é importante ressaltar um dado de pesquisa percebido na exploração dos conteúdos: a característica marcante das comunicadoras do *Nós* de não utilizarem as fontes de notícias tradicionais. Ao invés disso, colocam nos conteúdos suas práticas e as de outras mulheres periféricas, como uma reiteração da existência e reescritura dos sujeitos periféricos generificados no debate público. Acredito que isso possibilita às mulheres da periferia narrar e reconstruir trajetórias e memórias das antepassadas, por meio de uma escrita jornalística que é atravessada pelo autoconhecimento e pela autorrepresentação, a partir de relatos pessoais ancorados na realidade em que estas mulheres que narram estão localizadas, evidenciando suas ações e a diversidade de suas vidas e lugares.

Assim, ao analisar a comunicação sobre, para e a partir das periferias, discorrendo especificamente sobre os conteúdos textuais do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia***,* foi possível observar a formação de ecossistemas educomunicativos. Ao propiciar espaço de encontros, aprendizados e trocas de saberes locais e específicos, acredito que viabilizam práticas que dialogam com a Educomunicação nesses processos de construção de identidades e valorização das vivências cotidianas, das subjetividades, das histórias e memórias.

Acredito, portanto, que uma perspectiva que nomeio como educomunicativa é consequência imediata desses fazeres intencionais, relacionando essas jornalistas a uma perspectiva intencionalmente educativa (mesmo que não percebida enquanto tal) no exercício profissional da comunicação.

A análise dos textos permitiu perceber quatro recorrências de sentido sobre o que é ser mulher periférica nas construções fornecidas pelo coletivo: 1) mulheres periféricas são diversas, são múltiplas, com trajetórias diferentes; 2) mulheres periféricas são lutadoras 3) a identidade das mulheres periféricas, como a dos sujeitos periféricos, é atravessada pela relação com o território e 4) mulheres periféricas são atravessadas em seu cotidiano por racismo, machismo e preconceito social. Outro sentido que também transparece nos textos, e nas entrevistas, se bem que não constitutivos do que identifico como a autorrepresentação do que é ser mulher da periferia, é a relação conturbada das autoras com o movimento feminista, o processo de se entenderem feministas; a relação do ser e viver na periferia com a corporeidade e a percepção da subalternidade das vozes das mulheres periféricas e a tentativa de resistir a isso.

A reflexão sobre o espaço de fala e as representações do sujeito periférico “mulher” em plataformas digitais, especificamente no site do coletivo *Nós Mulheres da Periferia,* e as múltiplas opressões que carregam as mulheres periféricas**,** começam a ser colocadas em jogo quando estas mulheres passam a se autorreconhecer e autorrepresentar, ao disputarem os espaços discursivos e se inscreverem em lugares de fala até então silenciados, apontando, ao contrário das representações hegemônicas estereotipadas, para a multiplicidade de diferenças que marcam corporalmente essas mulheres, que sofrem com a dominação branca elitista e que trabalham todos os dias para sustentar sua família.

Retomo, assim, a noção de "Escrevivência", de Conceição Evaristo (2009), que compreende que a experiência das autoras, inseridas de forma explícita nas suas obras, viabiliza narrativas que dizem respeito às experiências singulares, que apontam para uma profundidade coletiva de mulheres, sejam essas características compartilhadas por meio de marcadores sociais da diferença, ou pela identificação do relato da experiência vivenciada. Utilizando essa linguagem e escrita autoral como estratégia de aproximação e de criação de laços comuns com o seu público leitor, o **Nós**, elabora novas significações e sentidos, questionando e refletindo sobre e a partir das representações depreciativas disseminadas sobre estes corpos, construindo no processo tanto autoimagens positivadas e valorativas, quanto outras formas de compreender as concepções corporais de sujeitos periféricos generificados, considerando suas marcações sociais, históricas, estéticas e culturais.

Sendo assim, pontuo a importância de sites como o **Nós, Mulheres da Periferia***,* que parte de uma escrita e um olhar diferenciado e mais pessoal. Semelhante prática permite às comunicadoras apresentar novas formas de se comunicar e de ouvir suas fontes de notícias, visibilizando práticas cotidianas, compreendendo-as como parte fundamental da sociabilidade, identidade e das lutas sociais travadas, ainda que possuindo questões que se entrelaçam com as significações correntes das representações na sociedade.

Encerro esta pesquisa com o desejo de que, cada vez mais, essas narrativas autorais, de autorrepresentação, ganhem visibilidades e olhares, rompendo com os silenciamentos históricos e as hierarquias de conhecimento, valorizando, assim, diversas sabedorias e as memórias. E com a vontade de continuar a pesquisar e aprofundar sobre algumas temáticas que me foram aguçadas durante o processo desta pesquisa, como: refletir e analisar sobre as formas e coletivos de comunicação autorrepresentativa das mulheres periféricas na América Lática, aprofundando o arcabouço teórico com base nas autoras locais que falam sobre isso; como também compreender se a juventude periférica acessa esses conteúdos autorrepresentativos e quais são os impactos formativos nesses jovens ao conviverem com esses novos processos comunicativos. A pesquisa também aguçou em mim a vontade de mensurar, por meio de uma pesquisa mista (quantitativa e qualitativa), quais são os processos, atores e coletivos, com atuação comunicativa online, que atualmente marcam os processos representativos das mulheres jovens da periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. **A Era do Imprevisto - A grande transição do século XXI**. [s.l.] : Companhia das Letras, 2017.

ALBU, Debora. Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th Women's world congress (anais eletrônicos) 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis

ALBUQUERQUE, M. I. B. O direito à cidade e a mobilidade de mulheres: as potencialidades e as críticas às políticas de transporte exclusivo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11& 13th Women's World Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis. **Anais [**...**]** Florianópolis: Anais eletrônicos, 2017.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.

ALMEIDA, Eliza. O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.) **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Cap. 14. Campinas: Territorial, 2003. p. 213- 239

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131- 154, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086 Acesso em: 10 jul.2019.

ALMEIDA, Renato S. Cultura de periferia na periferia. **Le Monde Diplomatique Brasil.**, [S. l.], v. 5, n. 49, p. 36, 2011.

_____ . Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 56, p. 151–172, 2013.

AMORIM, Luciano Henrique da Silva. **Materna-idades: trajetórias femininas e pedagogias de um currículo marginal na periferia de Maceió - AL.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

AMORIM, V. G. de. **Gênero e educação superior: perspectivas de alunas de física**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000.

_____ .**La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

ARAÚJO, Vinicius Bindé Arbo de. **O papel das novas mídias na formação de uma cultura dos direitos humanos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

AZEVEDO, Gabriella. **Beijinho no ombro: uma análise sobre Valesca Popozuda e sua ascensão na mídia.** Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2016.

AZEVEDO, J. V. de. **Feminismo de revista: análise da apropriação do movimento feminista pelo mercado a partir da revista Elle**. 2015. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BAIRROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458–463, 1995.

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.· ed. São Paulo: Hucitec: 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, Z. **Feminismo negro na internet: Cyberfeminismo ou ativismo digital?** [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet

BATISTA, P. N. P. **Nós comemos e regurgitamos: feminismos transnacionais e coalizões potenciais a partir da marcha das vadias de Goiânia/GO**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. e Carlos Alberto Medeiros.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008..

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias de descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília,Brasília, 2007.

BERNARDINO, J. L. A. **Luz, câmera, limpando: interseccionalidades e representações sociais em Domésticas, o filme (2001) e Doméstica (2012)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BEZERRA, M. L. de M. **Think Olga: interseccionalidade, comunicação midiática no facebook e a apropriação da identificação de gênero no sujeito do feminismo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25545/1/MarianaLemosDeMoraisBezerra_DISSERT.pdf>.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BORELLI, S. H., & OLIVEIRA, R. D. Jovens urbanos, cultura e novas práticas Brasileira, políticas: acontecimentos estéticos-culturais e produção acadêmica Social/, (1960-2000). **Revista Internacional de Filosofia Iberoamericana y Teoría**, p. 57–69, 2010. Disponível em: <ISSN 1315-5216>.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 26, p. 329–376, 2006. DOI: 10.1590/S0104-83332006000100014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=pt&tlng=pt.

_____ ; PHOENIX, Ann. Ain"t I A Woman? Revisiting intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Massachusetts, v. 5, n. 3, p. 75–86, 2004.

BUITONI, Dulcilia Schroeder; LOPES, Martha. "Revista AzMina" e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 21, 2018. DOI: 10.9771/cgd.v4i2.24613.

CADORE, N. B. **Direitos humanos e perspectivas feministas para o direito no Brasil contemporâneo: uma análise da trajetória da ONG Themis de Porto Alegre (1993-2013)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia González. **Revista de Estudos Feministas,** Florianópolis, v.2, n.3, p. 965-986, 2014. 10.1590/s0104-026x2014000300015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015

_____ . **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 27–37, 1987.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO 2001, Durban. **Anais [...]**. Durban p. 1–6.

_____ . Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117–133, 2003. DOI: 10.1590/S0103-40142003000300008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=pt&tlng=pt.

CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2015.

_____ . **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. Minas de Luta: Cultura do quarto virtual nas ocupações das escolhas públicas em São Paulo. In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, SÃO PAULO 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anais eletrônicos: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_TOHPEE9JM7GX9ZQ6BKOR_26_5315_12_02_2017_12_55_55.pdf.

CASTILHOS, Bruno Henrique Silva de. U**ma bgirl dançando o jogo da vida na periferia.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CATOIA, Cinthia de Cassia; SEVERI, Fabiana Cristina; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Caso “Alyne Pimentel”: Violência de Gênero e Interseccionalidades. **Revista de Estud**os **Feministas**, Florianópolis , v. 28, n. 1, e60361, 2020 . Available in <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100205&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2020. Epub Mar 09, 2020. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n160361.

CHACHAM, A. S.; MAIA, M. B.; CAMARGO, M. B. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 2, p. 389–407, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>.

CHAVES, Viviany Moura; MEDEIROS JACOB, Michelle. Insegurança alimentar e nutricional no diário de uma favelada: Carolina Maria de Jesus em seu quarto de despejo. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 100–

115, 2019. DOI: 10.33362/ries.v8i1.1469. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/1469.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9–35, 2005. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c73631215.pdf>.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista de Estudos Feministas**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 691–703, 2005. DOI: 10.1590/s0104-026x2005000300014.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista** de |**Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf.

_____ . Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, California, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: http://socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article__Mapping_the_Margins_by_Kimblere_Crenshaw.pdf.

D´ANDREA, TIARAJÚ PABLO. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, *São Paulo,* 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. Novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, [S. l.], n. 94, p. 31–67, 2012. DOI: 10.1590/S0101-33002012000300002.

_____ . Qual a novidade dos rolezinhos?: Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 1, n. 98, p. 13–20, 2014. DOI: 10.1590/S0101-33002014000100002.

EBLE, Laeticia Jensen. **Escrever e inscrever-se na cidade: um estudo sobre literatura e hip-hop**. 2016. Tese (Doutorado em Literatura).Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FARENCENA, Ilcemara Regina;SILVA, Olívia Aparecida; MORAIS, Maria Perla Araújo. Maria e Duzu-Querença: o lugar de fala nos contos de Conceição Evaristo. Literatura Moderna e Contemporânea: Paisagens Culturais de Classe, Gênero, Etnia e Pós-Coloniais II v. 6, n. 5, 2019. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1031

FERREIRA, J.; HAMLIN, C. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Revista de Estudos Feministas**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 811–836, 2010.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos 'arranjos econômicos' alternativos para a produção jornalística. **Contemporanea | Comunicação e cultura**, v.15 – n.01, p. 47-63, jan-abr 2017.| ISSN: 18099386

FREIRE, S. de M. Mídia, violência e questão social: a pedagogia do capital. In: FREIRE, Silene de Moraes. (Org.). **Direitos Humanos e Questão Social na América Latina.** Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 177–192.

FREITAS, Guaciara Barbosa de. **A relação entre mídia e periferia : um estudo sobre o projeto central da periferia da tv globo**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2011.

FREITAS, Regiany Silva de. **Histórias de mulheres da periferia: construindo identidades discursivas de (re)existência**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência política). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 48, n. 1, 2005. DOI: 10.1590/s0034-77012005000100004.

GERMANO, I; NATANSOHNS, G; MARQUES, A; CARNEIRO, J; LIMA, A. Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede. In: **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos** (Orgs. COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GERMANO, Idilva Maria Pires; MIRANDA, Luciana Lobo et al.). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora:[s.d.]. p. 556.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 16, n. 47 maio-ago, 2011.

GONÇALVES, B. B. **#EstuproNãoÉCulpaDaVítima: As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo cometido no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, 2018.

GONZALEZ, Léila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [S. l.], v. Anpocs, p. 223–244, 1984.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomáz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____ . Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____ . **Cultura e representação. (**Org. e revisão técnica de ITUASSU, Arthur. Trad. de Daniel Miranda e William Oliveira). Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio/Apicuri, 2016.

HAZEU, M. T. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia.** 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011.

HENNING, C.E; Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In: **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, 2015.

HERMANN, N. **Ética e educação: outra sensibilidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em Jornalismo.** In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.** [online]. vol.26, n.1, pp.61-73, 2014. ISSN 0103-2070. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005.

HOOKS, Bell. Ain't I a Woman? **Black women and feminism.** Cambridge, MA: South End, 1981.

LAGO, C. ; GONÇALVES, G. O. ; KAZAN, E. M. . Jornalismo na lógica descolonial: o caso do **Nós, Mulheres da Periferia**. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2019, Goiânia. **Anais** do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2019.

LAGO-LOUSA, P. **Corpo, voz e resistência; a (des)construção da representação feminina nas obras poéticas de Elizandra Souza e Luiza Romão**. 2018. Disserttação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

_____ . O corpo e a voz da mulher periférica: a (auto)representação feminina na poética de Elizandra Souza e Luiza Romão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th Women's World Congress, Florianópolis. **ANAIS [...]** FLORIANÓPOLIS: ANAIS eletrônicos, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499442687_ARQUIVO_V3_Ocorpoeavozdamulherperiferica.pdf>.

LIMA, V. C. **Políticas Culturais e Juventude na Periferia Urbana: Emancipação ou exclusão**. Rio de Janeiro.

LEVY, A. S. **Os corres das minas: a construção da identidade feminista da Crew Laf**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

LOBO, Krisstarah Dayane. **Perspectivas de gênero nas representações sociais da mulher presa por tráfico de drogas no Brasil. 2019.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Ciências Jurídicas. Direito, Florianópolis, 2019.

LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Loyola, 2001.

LUNZ, Leandro da Silva. Mulheres na política: Myrthes Bevilácqua Corradi e Luzia Alves Toledo no poder legislativo – 1980 a 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; FREITAS, Viviane Gonçalves. Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero** ANO XX, n. 40, AGO. / DEZ. 2017 ISSN 1517-3283

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo Opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão – São Paulo: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. A **comunicação na educação.** São Paulo: Contexto, 2014.

_____ . Retos culturales de la educación a la comunicación. In: Comunicación, Educación y Cultura. Relaciones, aproximaciones y nuevos retos. Bogotá, Cátefra Unesco de Comuncación Social. Facultad de Comunicación y Lenguaje, Pontificia Universidade Javeriana, 1999.

MATSUNAGA, Priscila Saemi. As representações sociais da mulher no movimento hip hop. **Psicologia e Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 108–116, 2008. DOI: 10.1590/s0102-71822008000100012.

MAURO, Rosana. **A Construção Teleficcional da Mulher Popular: Aspectos Discursivos da Midiatização de Classe e Gênero em João Emanuel Carneiro**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 2019.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 535–547, 2006. DOI: 10.1590/S0104-026X2006000200013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200013&lng=pt&tlng=pt.

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos. 2017 Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MIRANDA, D. B. **Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MONGIM, L. M., Etnicidade e Literatura: a Presença do Negro na Literatura Marginal Periférica. 2019. Tese (Douturado em Letras). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MOUTINHO, L.; ALVES, V.; MATEUZI, M. “Quanto Mais Você Me Nega, Mais Eu Me Reafirmo”: Visibilidade e Afetos na Cena Negra Periférica Paulistana. **Revista TOMO**, 1 jul. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/5428>.

NAPOLITANO, Sira. **Veredas do feminino: da psicossociologia comunitária à fraternidade**. 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106092>

NASCIMENTO, Érica Peçanha do Nascimento1. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 16, p. 111–128, 2010. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/rua/.

_____ . **Escritores Marginais na Literatura**. Rio de Janeiro: Tramas Urbanas, 2009.

NASCIMENTO, Larissa Silva. **Autoras Periféricas em Mídias Alternativas**. 2018. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

NASCIMENTO, Silvana. O Corpo da Antropóloga e Os Desafios da Experiência Próxima. **Revista De Antropologia, [S. l.]** 62 (2), 459 -84, 2019 . https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.161080.

NATANSOHN, Graciela. Que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero? In: **NAHANSOHN, Graciela (Org.). Internet em código feminino. Teorias e práticas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 15–38.

OLIVEIRA, Amanda Antunes Reis Santos de. **Mulheres do rap: uma antropologia compartilhada sobre agências, performances e identidades nas periferias Brasília**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Danielle Regina de. **Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, E. C. B. de. **Do gangsta às minas: o rap do Distrito Federal e as masculinidades negras (1990 a 2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Mariana Edi Rocha Gonçalves de; RODRIGUES, Larisse de Oliveira. Descolonizando o feminismo: desafios para a construção do feminismo latino-americano. In: Seminário internacional fazendo gênero 10 (anais eletrônicos), Florianópolis, 2013, **Anais [...]**. [s.l: s.n].

PAIVA, Raquel. Contra-mídia hegemônica, In: COUTINHO, E. G (Org.). **Comunicação e Contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PARANHOS, Ranulfo; FILHO, Dalson Britto Figueiredo; DA ROCHA, Enivaldo Carvalho; JÚNIOR, José Alexandre da Silva; FREITAS, Diego. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, [S. l.], v. 18, n. 42, p. 384–411, 2016. DOI: 10.1590/15174522-018004221.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. V**idas de Mães na Favela: reinvenções da maternidade nas experiências de mulheres na periferia de Fortaleza.** 2019. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

PEREIRA, Helder Rodrigues. A crise da identidade na cultura pós-moderna. **Mental**, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 89–100, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000100007&lng=pt&nrm=iso.

PEREIRA, Mirlei. **A Pobreza Urbana No Brasil : Considerações a partir das Análises Geográficas.** [S. l.], n. 1, p. 1–9, 2008.

PESAMOSCA, Barbara Della Méa. **Análise da cobertura da Lei do Feminicídio pelos portais online**. 2015, Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2015.

PINHEIRO, Micaella Schmitz. **Corpo poético de Yzalú: análise da diferença.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2019.

PINHEIRO, Rose Mara. O Desafio do Ensino do Ciberjornalismo frente às Mídias Móveis. **Aturá**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 200–219, 2018.

PINTO, Joana Plaza; SANTOS, Karla Cristina dos:VERAS, Viviana. Como domar uma língua - Glória Anzaldúa (trad.) **Caderno de Letras da Universidade Federal Fluminense**, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p.297-309, 2009. Disponível em http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/wp-content/uploads/sites/26/2019/10/15-anzaldua%C2%A6%C3%BC_como-domar-uma-lingua-selvagem.pdf

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura,** Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263–274, 2016.

QUINTELA, D. F. **Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RAMOS, D. P. .**Representações sobre gênero e política no Distrito Federal**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RAMOS, Izabela Nalio. **Entre "perifeminas" e "minas de artilharia": participação e identidades de mulheres no hip hop e no funk.** 2016. Dissertação (Mestrado em Antroologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-24012017-130121/.

REIS, MAÍRA LOPES. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **ESPAÇO E CULTURA**, [S. l.], v. 38, p. 11–34, 2015. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura.

RIBEIRO, D. **O que é: Lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANTOS, A. F. Do Ficcional ao Real Intersecções Entre a Dramaturgia do Espetáculo Antônia e a Narrativa de Mulheres Negras. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades - 10 anos, Campina Grande - PB. **Anais [...]** Campina Grande - PB: 2017a.

SANTOS, Elaine. Uma sabedoria no desespero. Há que gritar aos ouvidos da aparente surdez: Somos todas Carolina! **Ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, [S. l.], n. 35, 2017. DOI: 10.22355/exaequo.2017.35.11. Disponível em: http://exaequo.apem-estudos.org/artigo/35-uma-sabedoria-no-desespero-ha-que-gritar-aos-ouvidos-da-aparente-surdez-somos-todas-carolina.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 7–32, 2016.

SANTOS, Heloisa Souza dos. J**ornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: análise do Think Olga e Revista AzMina.** 2019. Dissertação (Mestrado. em Comunicação), FAAC, 2019.

SANTOS, José Adailton Sousa dos. **Existimos porque resistimos: história, lutas e conquistas do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes-Gami.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SANTOS, L. L. dos. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, género e epistemologias do Sul*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 114, p. 161–186, 1 dez. 2017b. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6797>.

SANTOS, Milton. **A metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Edusp. 1990.

_____. **Metamorfose do espaço habitado.** Hucitec, S.Paulo, 1996

_____. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Hucitec, 1979.

_____.Região: globalização e identidade, In: LIMA, L. C. (Org.). **Conhecimento e Reconhecimento.** Fortaleza: EDUECE, 2003.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetoria particular. **Cadernos. de pesquisa**, n.64, 1988. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182

SCHMIDT, S. P. Cravo, canela, bala e favela. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 799–817, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300010&lng=pt&tlng=pt>.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias : ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Andressa Marques da. **Por uma promessa de vida mais viva: relações afetivas de mulheres negras no rap e no romance brasileiro contemporâneo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Bruna Soares David; NONATO, Cláudia. JORNALISMO PERIFÉRICO : UM MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS. [S. l.], v. 2, p. 1–16, 2019.

SILVA, Célia Regina da. **Estratégias de Comunicação e Ativismo Feminino na Esfera Pública Midiática: Estudo sobre a participação de jovens negras no hip-hop, a construção de identidades e sua presença na internet**. 2011. Tese (Doutorado em Processo Comunicacionais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Elisabeth Andrade de Oliveira. Violência sexual contra mulheres – da gênese ao enfrentamento histórico e perspectiva. In: **16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. Brasília, DF, Brasil, v. 16 n. 1, 2019.

SILVA, E. P. **Women victims of violence in the slums of Paraisópolis: possibilities of struggle and resistance**. 2014. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Gabriela Marluce da. **“Elas por Elas”: representações e identidades da mulher na 3ª saída do bloco Não Mexe Comigo Que Eu Não Ando Só , em Porto Alegre. 2019.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela. Alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: SENACRIO, 2005.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades** (Organizadora Joseli Maria Silva). Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

_____ ; MATTOS, R. C. de. **Nas tramas das pseudoconcreticidades: quando discursos emancipatórios mascaram a real condição de precariedade e superexploração do trabalho feminino na Rocinha - RJ**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Kelly Santos da. **Moda: significados da indumentária na construção das identidades faveladas**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História da Arte). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Monique Pfeifer Rodrigues da. **Sofrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciárias da Zona Sul de Natal-RN.** 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Biblio 3W.* **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona
Nº 262, 15 de noviembre de 2000. [ISSN 1138-9796]

SILVA, V. F. F. **Movimento do custo de vida: resistência periférica e organização popular no contexto da ditadura na década de 1970 em São Paulo.** 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal de São Paulo, 2018.

SILVEIRA, Isabella Batista. **"Lute como uma menina": gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019.

SOARES, Camila; MARTINEZ, Flavia Wegrzyn; TOZETTO, Susana Soares. A constituição das representações dos sujeitos: uma análise com base em Bourdieu, Chartier e Lefebvre. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 170–189, 2019.

SOARES, R. (2019). Identidades e subjetividades. **Novos Olhares**, 8(2), 7-20.2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2019.163906

SOTERO, Edilza; RIOS, Flavia. Gênero em perspectiva interseccional, **Plural, Revista de Ciências Sociais**. v. 26, n.1, São Paulo, 2019. DOI: 10.1590/2179-8966/2017/31230. Disponível em: ://www.revistas.usp.br/plural/issue/view/11185

SOUSA, L. R. de. **Arte como possibilidade de enfrentamento às violências contra**

as mulheres. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, A. R. Q. de. **Nossa bandeira é nosso peito: gênero, corporalidade e política –, na Marcha das Vadias / Aline Ribeiro Quintanilha de Souza**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia).Universidade Federal Fluminense Niterói, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 27-55, 2006. DOI: 10.1590/s0034-76122006000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf

VARGAS, J. C. **Body, experience and feminism: a study about the slut walk movement in Santa Maria**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 30–55, 2018. Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2121.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. Por uma Educomunicação Ciberpopular: Ativismo e Diálogo nas Mídias Digitais. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 550–571, 2016. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2016v1n2p550. Disponível em: https://sistemas2.uft.edu.br:8004/index.php/campo/article/view/2752.

WAJCMAN, July. Continuidad y cambio. Género y culturas de la tecnologia y el trabajo. In: 2008, **Anais [...]**.: Grupo de Género en la Sociedad de la Información. OSSIC, 2008.

ANEXO 1 - Script do programa utilizado para coleta de dados

```
import requests
from bs4 import BeautifulSoup

import csv

with open('noticias.csv', 'w') as csvfile:
    spamwriter = csv.writer(csvfile)
    spamwriter.writerow(['Titulo', 'Link', 'Autor', 'Data', 'Tags'])

    # Loop ate a ultima paginacao do blog
    # TODO: Identificar paginacao automaticamente
    for i in range(1, 44):
                                                    page                                    =
requests.get('http://nosmulheresdaperiferia.com.br/category/noticias/page/' + str(i)
+ '/')
        soup = BeautifulSoup(page.text, 'html.parser')
        site_main_context = soup.find(class_='site-main')
        article_list = site_main_context.find_all('article')
        for article_item in article_list:
            ## Main
            # Titutlo
            article_entry_title = article_item.find(class_='entry-title')
            article_title = article_entry_title.a.text
            article_href = article_entry_title.a['href']
            print(article_title)
            print(article_href)

            ## Child
            # Autor e data
            child_page = requests.get(article_href)
```

```
        child_soup = BeautifulSoup(child_page.text, 'html.parser')
        child_autor_e_data = child_soup.find(class_='autor-e-data')
        article_autor = child_autor_e_data.a.text
        print(article_autor.strip())
        article_data = child_autor_e_data.a.next_sibling
        print(article_data[2:].strip())

        # Tags
        child_class_tags = child_soup.find(class_='post_tag')
        if child_class_tags is not None:
            child_tags = child_class_tags.find_all('a')
            tags = []
            tags.clear()
            for tag in child_tags:
                tags.append(tag.text)
            print('; '.join(map(str,tags)))

            spamwriter.writerow([article_title, article_href, article_autor.strip(),
article_data[2:].strip(), '; '.join(map(str,tags))])


        print()
```

Anexo 2 – Tabelas descritivas das matérias analisadas no site **Nós, Mulheres da Periferia**

Tabelas com informações sobre os textos analisados do site do coletivo **Nós, Mulheres da Periferia**: disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1N_yAQvbSfWowRJ33syyRKaDfWZR9wJlN/view?usp=sharing

Anexo 3 – Tabelas descritivas do Estado da Arte

O Estado da Arte desta pesquisa sobre a temática **mulheres periféricas** retrata, a partir dos trabalhos acadêmicos, alguns dos aspectos e dimensões que vêm sendo destacados, debatidos e privilegiados quando o assunto é mulheres habitantes da periferia no Brasil. Para tal, utilizamos como base de pesquisa três bibliotecas online: a plataforma SciELO, o Google Scholar e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Empregamos como palavras descritoras os termos "mulheres da periferia" e "mulheres periféricas", nas três bibliotecas online.

A pesquisa realizada[126] na plataforma SciELO com estes descritores revelou a produção de 18 trabalhos acadêmicos pertencentes a campos das ciências humanas[127] e da psicologia, áreas estas escolhidas por serem relevantes para esta pesquisa[128] e atuarem como delimitação temática para este levantamento. No Google Scholar, 277 trabalhos acadêmicos foram encontrados na delimitação temática. Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 31 materiais foram descobertos.

---

[126] Iniciamos o processo de estruturação do estado da arte em 29.05.2018, realizando a coleta na plataforma Scielo; já nas outras plataformas (Google Scholar e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), trabalho semelhante foi realizado em 05.06.2018. No processo de análise dos dados obtidos a partir do levantamento realizado, uma das nossas hipóteses era em relação ao aumento exponencial de pesquisas que dialogassem com o nosso estudo. Entretanto, inicialmente não observamos isso entre os textos elencados para este estado da arte. Assim surgiu a necessidade de atualizar os dados do levantamento do ano de 2018, devido à queda brusca do número de artigos sobre a temática neste ano, o que não condizia com a projeção gráfica e com o fato de que, em 2018, questões referentes a representações e identidades das mulheres periféricas entram na agenda noticiosa de alguns veículos tradicionais e nas mídias sociais, sendo essas relacionadas normalmente com questões referentes à mudança de governo ou ao brutal assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), que se identificava como mulher negra, periférica (ou favelada) e lésbica, e de Anderson Gomes, na noite do dia 14 de março de 2018, logo depois de saírem de um evento em que se discutia sobre negritude, representatividade e feminismo. Mas, devido ao tempo de produção e publicação de artigos e demandas acadêmicas, foi pouco perceptível o reflexo desse movimento no primeiro semestre de 2018. A segunda busca foi realizada em 20 de março de 2019, referente a esse período não pesquisado. Ela demonstrou que dobrou o número de artigos que abordavam o tema, mostrando o impacto e a reverberação do assunto na atualidade. Na plataforma SciELO, encontramos 4 materiais pertencentes a campos relevantes a esta pesquisa; no Google Scholar, 105 materiais em critérios abertos, e na BDTD 4 materiais. Em 02 de abril de 2020, foi realizada uma terceira busca, que resultou nos seguintesdados: na plataforma SciELO, 3 materiais pertencentes a campos relevantes a esta pesquisa; no Google Scholar 129 materiais em critérios abertos e na BDTD, 2 materiais. A partir desse mapeamento, reiniciamos o processo de leitura flutuante, categorização e tabulação dos textos revelados.

[127] Entendendo que esta área abrange revistas acadêmicas do campo da comunicação, educação, sociologia, antropologia, entre outros. Por meio das revistas: **Educar em Revista, Psicologia & Sociedade**, **Revista de Estudos Feministas**, **Saúde e Sociedade**, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, **Revista Brasileira de Estudos de População**, **Ex aequo** e **Revista Direito GV**, entre outras.

[128] Com temáticas aborto, violência doméstica, vulnerabilidade social correlacionada à saúde, maternidade, parto hospitalar, vivência na periferia, entre outras.

Ao somar os resultados encontrados pelos três repositórios de pesquisas, o levantamento expressou um total de 326 trabalhos acadêmicos que se utilizam da terminologia base da nossa pesquisa - mulheres moradoras das periferias - dentro do campo determinado. A partir desse mapeamento iniciamos um trabalho de leitura flutuante (segundo Bardin), categorização e tabulação dos textos encontrados.

Os conteúdos das produções passam pela temática chave do projeto (mulheres periféricas), e grande parte dos textos selecionados discutem os “lugares” e as demandas dessas mulheres na sociedade, com uma variedade de enfoques e diversas construções teóricas e metodológicas. Os assuntos encontrados dialogam com este projeto e ajudam a refletir sobre a problemática proposta nesta pesquisa[129], como por exemplo ao levantarem reflexão sobre as representações sociais das mulheres, construídas pelos movimentos culturais periféricos; sobre a vulnerabilidade destas mulheres. Também é possível verificar que alguns textos partem de lugares distintos à aderência ao campo dos estudos de gênero, enquanto outros apresentam bastante diálogo e utilização de base teórica do campo[130], abordando também a questão das localidades periféricas como espaços de resistência e luta, assim como seus habitantes.

Disponibilizaremos no link a seguir uma tabela simplificada da categorização dos conteúdos desse estado da arte:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1liIk1VkrrYomfox8xV5ZiG7MvFhLtSikSq_QYqwyQLE/edit?usp=sharing

[129] Mesmo que havendo concepções contrárias às propostas aqui apresentadas.
[130] Como SILVA (2011a), QUINTELA (2017), BATISTA (2017), SANTOS (2017b), MOUTINHO; ALVES; MATEUZI (2016), SCHMIDT (2009), (SCHMIDT, 2009), SCHMIDT (2009), LAGO-LOUSA (2017), dentre outros.

Anexo 4 – Arquivo com as quatro entrevistas decupadas realizadas para esta pesquisa

Link para entrevistas na integra: https://docs.google.com/document/d/1_i3elN_PQYGF_AMN-Ujj4bhcdESz1xjnt0y12JZbP0I/edit?usp=sharing